

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIANA PAULA MUÑOZ ARRUDA

**A PETIÇÃO NO PROCESSO JUDICIAL CÍVEL: PEDIDO OU EXIGÊNCIA?
UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA TEORIA DA POLIDEZ DE BROWN E LEVINSON**

CURITIBA
2010

MARIANA PAULA MUÑOZ ARRUDA

**A PETIÇÃO NO PROCESSO JUDICIAL CÍVEL: PEDIDO OU EXIGÊNCIA?
UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA TEORIA DA POLIDEZ DE BROWN E LEVINSON**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elena Godoi

CURITIBA
2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

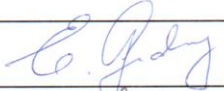

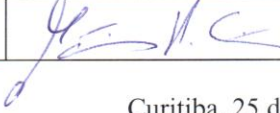
P A R E C E R

Defesa de dissertação da mestranda MARIANA PAULA MUÑOZ ARRUDA para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Os abaixo assinados ELENA GODOI, LUIZ ANTONIO DA SILVA e MÁRCIO RENATO GUIMARÃES arguíram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a dissertação:

“A petição no processo judicial cível: Pedido ou exigência? uma discussão a partir da teoria da polidez de Brown e Levinson”

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADA Não APROVADA
ELENA GODOI		Aprovada
LUIZ ANTONIO DA SILVA		Aprovada
MÁRCIO RENATO GUIMARÃES		Aprovada

Curitiba, 25 de março de 2010


Prof.ª Dr.ª Maria José Foltran
Coordenadora

Prof.ª Dr.ª Maria José Foltran
Coordenadora
Matrícula SIAPE: 0344084

AGRADECIMENTOS

À professora Elena Godoi, que iluminou o meu caminho.

Aos professores Márcio Renato Guimarães e Teresa Cristina Wachowicz, que removeram os obstáculos.

Ao professor Luiz Antônio da Silva, pela gentileza em aceitar fazer parte da banca examinadora.

Aos colegas do grupo de estudos Linguagem e Cultura e aos funcionários da pós-graduação, pelo incentivo.

À Universidade Federal do Paraná, que possibilitou minha caminhada.

*No existe otro camino que el del lenguaje; fuera del lenguaje no
existe un lugar en el que podamos apoyarnos. Los seres humanos
vivimos en un mundo lingüístico.*

Rafael Echeverría

RESUMO

No presente trabalho, pretendemos detectar o uso dos diferentes tipos de estratégias de polidez utilizados em petições iniciais de processos judiciais cíveis, a fim de determinar se essas petições configuram pedido ou exigência. As estratégias de polidez utilizadas durante um processo judicial são imensamente diferentes, dependem do objetivo ou objetivos visados por cada peça processual, como demonstrar um direito próprio na petição inicial, defender-se de uma acusação na contestação, ou mesmo decidir na sentença, em que o Juiz, diante da imparcialidade que lhe é exigida pela lei, utiliza-se de um vocabulário e argumentação próprios para aquele ato. As estratégias de polidez variam de acordo com o tema e com o desenrolar do processo. Utilizamos as estratégias de polidez como propõem Brown e Levinson (1987), em *Politeness: some universals in language usage*. Nossa hipótese era a de encontrar polidez negativa, o que efetivamente ocorreu na maioria dos casos, aparecendo a preferência por determinados tipos de sub-estratégias de polidez negativa.

Palavras-chave: Pragmática. Teoria da Polidez. Discurso jurídico. Petição inicial.

ABSTRACT

In this dissertation we intend to detect different kinds of politeness strategies used in civil initial petition in juridical process. We want to determine if petitions studied represent request or requirement. During a judicial process many different politeness strategies can be used. They depend on the purpose or purposes of each processual piece as to show a proper right in the initial petition, to defend oneself from an accusation in the contesting or even to decide in the sentence, in which the Judge, because of the impartiality that law requires, uses a vocabulary and argumentation that are proper for that act. The politeness strategies change according to the subject and the process development. We used the different politeness strategies, as suggested by Brown and Levinson (1987) in *Politeness: some universals in language usage*. Our hypothesis was to find negative politeness. Effectively we found out negative politeness in the most cases but they appear preferably like sub-strategies types of negative politeness.

Key words: Pragmatics. Politeness Theory. Juridical discourse. Initial petition.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	O ESTADO DA ARTE	11
2.1	AGRESSIVIDADE E TATO	11
2.2	CARÁTER RITUAL	13
2.3	PODER E STATUS	14
2.4	NOÇÕES DE POLIDEZ	23
2.5	O PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO DE GRICE	27
2.6	OS ESTUDOS DE ROBIN LAKOFF E FRASER	28
2.7	AS MÁXIMAS DE POLIDEZ DE LEECH	31
3	O MODELO DE BROWN E LEVINSON	34
3.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	34
3.2	O CONCEITO DE FACE	36
3.3	AS ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ DE BROWN E LEVINSON	39
3.3.1	<i>Bald on Record</i>	43
3.3.2	Polidez Positiva	44
3.3.3	Polidez Negativa	49
3.3.4	<i>Off Record</i>	52
4	ANÁLISE DO CORPUS	57
4.1	METODOLOGIA	57
4.2	MODELO DE PETIÇÃO	59
4.3	ANÁLISE	60
4.4	RESULTADOS DA ANÁLISE	78
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	83
	ANEXOS	87

1 INTRODUÇÃO

A idéia de que todos os indivíduos têm sua imagem pública e querem mantê-la a salvo, e que o bom funcionamento das relações sociais exige manter a salvo a dos outros, constitui um fator determinante na interação verbal. Assim, verifica-se que cada indivíduo procura assumir uma imagem positiva no contato com outros indivíduos. Da mesma forma, o falante busca resguardar a imagem do ouvinte. O estudo das imagens, a própria e a dos outros, desdobra-se em outras áreas do conhecimento (antropologia, sociologia e lingüística). Interessa-nos o estudo pragmático-lingüístico.

A pragmática estuda os processos por meio dos quais os seres humanos produzem e interpretam significados quando usam a linguagem. A definição de pragmática, dada por Escandell (1996), é a seguinte:

*Pese a las divergencias en otros aspectos, puede decirse que hay una cierta unanimidad en lo que se refiere al objetivo central de la teoría: se entiende por **pragmática** el estudio de los principios que regulan el uso del lenguaje en la comunicación, es decir, las condiciones que determinan tanto el empleo de un enunciado concreto por parte de un hablante concreto en una situación comunicativa concreta, como su interpretación por parte del destinatario.*

*La pragmática es, por tanto, una disciplina que toma en consideración los factores extralingüísticos que determinan el uso del lenguaje, precisamente todos aquellos factores a los que no puede hacer referencia un estudio puramente gramatical: nociones como las de **emisor, destinatario, intención comunicativa, contexto verbal, situación o conocimiento del mundo** van a resultar de capital importancia.*¹ (ESCANDELL, 1996)

¹ Em que pesem as divergências em outros aspectos, pode-se dizer que há uma certa unanimidade no que se refere ao objetivo central da teoria: entende-se por pragmática o estudo dos princípios que regulam o uso da linguagem na comunicação, ou seja, as condições que determinam tanto o emprego de um enunciado específico por parte de um determinado falante numa situação comunicativa específica, como sua interpretação por parte do destinatário.

Assim, pode-se dizer que, sem a pragmática, muitos fenômenos lingüísticos, como por exemplo o que estamos apresentando aqui, ficariam sem explicação, ou com explicação inadequada, motivo pelo qual a escolhemos como fonte de nosso estudo.

Dentro da pragmática, escolhemos a Teoria da Polidez de Brown e Levinson (1987), que é a teoria mais influente e a mais abordada pelos lingüistas, com as mais diferentes línguas do mundo, baseada no conceito de salvação da face (imagem pública) e exposta no clássico livro de 1987: *Politeness: some universals in language usage*. Nesse livro, a polidez é vista como um dos elementos essenciais da vida social humana e, portanto, como uma condição necessária para uma cooperação lingüística eficaz. A posição teórica desses autores vai além de uma mera extensão das idéias de Grice (1975), principalmente porque inclui conceitos advindos da antropologia social e da psicologia social. O princípio da cooperação de Grice tem como meta assegurar uma transmissão de informação eficaz e a polidez é uma estratégia a serviço das relações sociais. A Teoria da Polidez postula um conjunto de construtos teóricos das estratégias conversacionais tomadas pelos falantes.

O *corpus* deste trabalho é constituído de petições iniciais de processos judiciais cíveis. A justificativa desta pesquisa é a de que apesar dos muitos trabalhos sobre análise de conversação e sobre o discurso jurídico, não encontramos na literatura textos específicos sobre a polidez e o discurso jurídico, no tema proposto. Assim, enfatizamos a necessidade da distinção entre as várias formas de polidez utilizadas no discurso jurídico, especialmente na petição inicial, na língua portuguesa, e entendemos que os estudos sobre polidez podem se beneficiar desta pesquisa.

A pragmática é, portanto, uma disciplina que leva em consideração os fatores extralingüísticos que determinam o uso da linguagem, precisamente todos aqueles fatores aos que não pode fazer referência um estudo puramente gramatical: noções como as de emissor, destinatário, intenção comunicativa, contexto verbal, situação ou conhecimento do mundo vão resultar de capital importância.

Nossos objetivos são os de analisar as estratégias e conceitos de polidez trazidos pelos autores Brown e Levinson (1987), estudar as noções de imagem pública apresentadas na revisão de literatura, comparar as atitudes lingüísticas na petição inicial no discurso jurídico, analisar se a relação de poder entre os interlocutores (tratada por Brown e Levinson) dentro de um processo judicial influencia nas escolhas das estratégias de polidez, bem como concluir quais estratégias de polidez prevalecem no discurso jurídico em petições cíveis na língua portuguesa, a fim de estabelecer o que prevalece, se pedido ou exigência.

Assim, passaremos por uma fundamentação teórica que abarca temas que se referem diretamente à polidez, tais como agressividade, tato, caráter ritual, poder e status.

Após, abordaremos noções gerais sobre polidez, conceituando e também trazendo ao texto suporte histórico, bem como teorias e comentários sobre polidez, que nos ajudam a estudar e interpretar o modelo de Brown e Levinson (1987), o qual é nossa fonte teórica principal para a análise do *corpus* escolhido: petições iniciais em processos jurídicos na área cível.

2 O ESTADO DA ARTE

Começaremos por alguns tópicos abordados em *Politeness: some universals in language usage*, de Brown e Levinson (1987), a fim de introduzir o tema polidez a partir de aspectos importantes relacionados diretamente ao nosso propósito de estudo, como agressividade, tato, caráter ritual, poder e status.

2.1 AGRESSIVIDADE E TATO

O problema para um grupo social é controlar sua agressividade interna enquanto retém esse potencial de agressão dentro de um controle social e especialmente na competição externa com outros grupos (MAYNARD-SMITH, 1987).

Nessa perspectiva, polidez, deferência e tato tomam um significado social que vai além do nível de regras de boas maneiras e livros de etiqueta (GOFFMAN, 1971). A polidez como protocolo formal diplomático ² (para o qual deve haver um modelo) pressupõe o potencial para a agressividade que procura desarmar-se, o que torna possível a comunicação entre partes potencialmente agressivas. Esse aspecto insere-se diretamente no tema de Direito a ser estudado.

Segundo Goffman (1971), o ofensor pode passar outros interesses, que não os intencionais. Uma falha para orientar a ofensa virtual conta como uma quebra diplomática. Então é construído um sistema de sinais de paz vs intenção agressiva (DAVIDSON, 1984), no qual, com freqüência, atos triviais requerem uma constante

² A definição de diplomático no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2009) é: **Diplomático.** [Do fr. *Diplomatique.*] Adj. **1.** Da diplomacia, ou respeitante a ela. **2.** Fig. Grave, discreto, cortês. **3.** Referente a diploma. ~ V. *carreira* __, *corpo* – e *edição* __a. • S. m. **4.** Especialista em diplomática; diplomatista.

vigilância sobre a maneira pela qual a interação social é conduzida. Esse sistema é, então, responsável pela formação de muitas interações diárias, o que constitui uma potente forma de controle social.

Brown & Levinson (1987) partem do princípio de que toda sociedade tem que controlar a agressividade dos seus membros, ao mesmo tempo em que tenta canalizar esse potencial de agressividade como instrumento de controle interno e como força nas relações competitivas com outros grupos sociais.

Harris (1984) enfatiza a necessidade de distinguir os requerimentos do *status-based* institucional de face e o lado mais pessoal da imagem pública. Este está envolvido em noções populares de tato e bondade em relação ao pessoal, individual, sentimento dos outros, uma distinção que pode ser correlacionada com outras formas de polidez. A atenção para um aspecto da face pode ser independente da atenção com o outro, como por exemplo, o médico pode ser polido ao informar ao seu paciente que este está morrendo, sem ser diplomático, ou vice-versa. Porém, não está claro que a noção folclórica de tato seja relevante em todas as sociedades. Talvez reflita a parcialidade de uma cultura obsessiva com direitos e vontades individuais, bem como com o tato (WIERZBICKA, 1985).

Leech (1983), cujas máximas veremos em 2.7, distingue tato de outros modos de polidez em algumas diferentes linhas, em termos de maximizar o benefício e limitar o custo para o destinatário (para o qual então atravessa as categorias de polidez negativa e positiva enquanto capta elementos essenciais de ambos). Então compara a máxima de tato (talvez o mais importante tipo de polidez na sociedade de língua inglesa), com máximas de generosidade, modéstia, aprovação, concordância e simpatia, e sugere que aquela variabilidade intercultural desaparece na relativa importância dada para cada uma dessas máximas. Além disso, comenta que, por exemplo, os japoneses não aceitam elogios de outros a si mesmos, indicando que a máxima da modéstia tem precedência no Japão sobre a máxima da concordância.

2.2 CARÁTER RITUAL

O caráter ritual da polidez tem sido muito enfatizado por Goffman e outros. Segundo Goffman (1967), na sociedade contemporânea, os rituais obrigatórios com extenso cerimonial envolvendo ritos estão em decadência. Os que permanecem são rituais breves e interpessoais.

Um diagnóstico de ritual é freqüentemente dado como comportamento repetitivo ou pré-moldado, apesar da teoria de Brown e Levinson (1987) subestimar a importância da rotina na polidez, acentuando a produção geradora de polidez lingüística. Fórmulas polidas originam claramente um importante elemento, concentrado na noção folclórica e na distinção entre tato pessoal e polidez posicional, sendo essa associada com *formulaic decorum*³ (COULMAS, 1979, 1981).

Entretanto, Brown e Levinson (1987) enfocam a polidez como um modelo ou protótipo para outros tipos de ritual. Citam o trabalho de Strecker (1988), o qual tenta mostrar que muitas estratégias de polidez postuladas por eles apresentam paralelos ou explorações na estrutura do ritual e cerimônia, e comenta que esse trabalho recorda seus pensamentos sobre a inter-relação na polidez interpessoal e os ritos formais que têm preocupado antropologistas.

Brown e Levinson (1987) consideram que rituais interpessoais não são pobres resíduos de rituais iniciais de alguma era primária, mas possuem uma origem primordial e são modelo para todo tipo de ritual. Citam Durkheim (1915), que já tinha a mesma visão: “*The human personality is a sacred thing; one dare not violate it nor*

³ A tradução de *formulaic* é “formulaico” (ALMEIDA FILHO, 1997) e de *decorum* é “decoro” (Dicionário de latim-português e português-latim, 2006).

infringe its bounds, while at the same time the greatest good is in communion with others.”⁴.

2.3 PODER E STATUS

O poder - um dos três fatores que estabelecem o nível da polidez, como veremos em 3.1 - está sempre presente na comunicação. Para este estudo, dos discursos em processos judiciais, torna-se importante a sua análise, motivo desta explanação.

Brown e Levinson (1987) citam vários estudos sobre poder baseados em suas estratégias, pertinentes ao nosso trabalho. Esses trabalhos são relacionados a processos judiciais (O'BARR, 1982), entrevistas policiais e tribunais de justiça (THOMAS, 1983, 1985).

Holmes e Stubbe (2003) exploram a relação entre poder e polidez em lugares de trabalho, começando com exemplos de um breve excerto retirado de um encontro de uma organização internacional. Encontraram explícito exercício de poder e autoridade e uma aparente desconsideração das normas conversacionais de polidez:

This short excerpt illustrates nicely the ongoing negotiations between power and politeness which are typical of interactions in many workplaces. Effective management of workplace relationships takes account of the face needs of colleagues, as well as the objectives of the organisation and the individuals involved. Before describing the database used in the analyses of workplace interaction in this book, we will briefly discuss the concepts of power, politeness and context which underpin the analyses, and in the

⁴ A personalidade humana é uma coisa sagrada; não devemos ousar violá-la ou infringir seus limites, enquanto ao mesmo tempo o maior bem está na comunhão com outros.

*process introduce the theoretical frameworks we have found useful.*⁵

Echeverría (2006) cita Foucault, um dos maiores pensadores contemporâneos que nos mostrou como o poder permeia, sem exceção, o conjunto da vida social. Sua grande contribuição foi precisamente a de revelar como o poder está presente em toda a instituição, em todo o discurso, em toda relação social. Após, critica Foucault, dizendo que cada vez que Foucault aponta o poder escuta-se uma acusação. Porém, Echeverría não está sustentando que toda forma de poder seja, a partir de um ponto de vista ético, aceitável. Não basta exhibir a presença de poder para que isto, por si mesmo, seja suficiente para impugná-lo. A posição de Foucault tem como base um ideal anárquico de vida social (a idéia de que é possível uma convivência social sem poder) e de uma ética conseqüente que faz do poder um elemento pecaminoso. Para ele, o aceitável, o que garante a paz social é a ausência de poder. Para Echeverría, que difere de Foucault, a aceitação e a paz se opõem ao ressentimento que surge a partir da impotência, e são aliadas da superação da resignação, que nega a possibilidade de ação. Assim, aceitação e paz se identificam com o compromisso de expandir o possível e incrementar o poder.

Consideramos as idéias de Foucault desejáveis, porém utópicas, pois o exercício do poder é inerente ao ser humano. Mesmo que se elimine o poder constituído haverá o exercício individual de poder.

Echeverría (2006), na sua *Ontología del Lenguaje*, argumenta que o poder é o principal critério para optar entre diferentes interpretações. Fala do poder da linguagem e também da linguagem do poder. O seu postulado central com relação ao poder é que este é um fenômeno que emerge da capacidade de linguagem dos seres humanos. Sem a linguagem, o fenômeno do poder não existe.

⁵ Este curto excerto ilustra muito bem as negociações que ocorrem entre poder e polidez que são típicos nas interações em muitos lugares de trabalho. A administração efetiva da relação de lugares de trabalho leva em conta a necessidade dos colegas bem como os objetivos da organização e individuais envolvidos. Antes de descrever os dados base usados na análise da interação em lugar de trabalho neste livro, discutiremos os conceitos de poder, polidez e contexto, os quais conduzem as análises e no processo introduziremos a estrutura teórica que consideramos útil.

Interessa-nos sobremaneira sua exposição sobre o poder da linguagem. A primeira relação do poder com a linguagem surge do reconhecimento de que o poder é uma distinção lingüística, uma distinção que fazemos na linguagem.

Quando Echeverría (2006) examina a linguagem em seu conjunto, distingue quatro domínios diferentes de competências lingüísticas, e, portanto, quatro fontes diferentes de poder.

O primeiro é o domínio das distinções. O autor afirma que nossas distinções nos convertem em observadores diferentes, e, de acordo com o tipo de observador que formos, as nossas possibilidades de ação serão diferentes. Sem uma determinada distinção, haverá fenômenos que não observaremos e, por isso, estaremos muito cegos para a possibilidade de interferir neles.

O segundo domínio de competências lingüísticas é o domínio dos atos lingüísticos. Cada ato lingüístico e cada modalidade e aspecto dentro dele, é fonte de poder.

Dentro do conjunto dos atos lingüísticos, há particularmente dois que são tradicionalmente os indicadores mais importantes do julgamento de poder. O autor refere-se às declarações e aos pedidos, nosso objeto de estudo. Diz que o presidente da república de um determinado país tem poder porque, diferente do que acontece com os outros cidadãos do país, seus pedidos se aceitam e se cumprem. Poderá haver muitas e diferentes razões para isso. Porém o seu poder se manifesta centralmente no exercício desses dois atos lingüísticos acima comentados.

Outro exemplo é o de um assaltante na rua que pede que se entregue a carteira. Poderá haver muitas razões que nos levem a comportar-nos de uma ou de outra forma em relação ao seu pedido. O fato de que tenha uma faca na mão e que pensemos sobre as conseqüências de dizer não, são algumas delas. No entanto, seu poder se manifestará em sua capacidade de fazer-nos aceitar o seu pedido. Seu poder é, de qualquer forma, o poder da palavra.

Isso leva a um ponto que o autor considera da maior importância: o poder sobre os outros, que se exerce impondo a própria palavra e fazendo que outros a cumpram.

O terceiro domínio das competências lingüísticas relacionadas com o poder se refere às narrativas. Elas nos proporcionam uma base a partir da qual atuamos no mundo. Segundo o tipo de narrativa que sustentemos, nossas possibilidades de ação serão diferentes. Daí podermos falar do poder da linguagem fazendo referência ao poder de nossas narrativas.

O quarto domínio de competências lingüísticas, também relacionadas com o poder, é o domínio das conversações. Através delas, podemos não só agir diretamente e modificar o estado atual das coisas, como também modificar o estado do possível, de modo a poder, posteriormente, interferir diretamente.

Echeverría (2006) fala de sedução, autoridade institucional e força, como estratégias de poder.

A estratégia da sedução compreende a nossa capacidade de originar nos outros o julgamento de que somos uma possibilidade para eles. Cada vez que conseguimos levar ao outro o julgamento de que somos uma possibilidade para ele, estamos no jogo da sedução, e podemos ser uma possibilidade em termos de nossas capacidades profissionais, de nossas interpretações sobre a vida, de que temos um produto que dá conta de suas inquietações, etc. Um caso particular de sedução é a persuasão, a qual consiste na capacidade de gerar no outro o julgamento de que nossas interpretações são as mais poderosas, e, portanto, que elas expandem as possibilidades de quem as aceita.

A segunda estratégia de poder pessoal guarda relação com a autoridade institucional. Neste caso, nossas declarações e pedidos têm aceitação social, não pela possibilidade do que somos para os outros como pessoas, mas porque estamos investidos da autoridade que a sociedade confere a um determinado cargo institucional. Enquanto se ocupe este cargo institucional, tem-se o poder que a comunidade lhe confere. Então o poder não resulta da capacidade de ação da

pessoa como tal, pois no momento em que abandonamos o cargo, perdemos com ele o poder que antes possuíamos.

A terceira estratégia corresponde à força, nossa capacidade de destruição como meio de submissão ou de persuasão do outro.

Em todos esses casos, nas estratégias de sedução, de poder institucional e de força, nosso poder pessoal é função do julgamento de possibilidade do outro.

Watts (1991) começa a calcular a questão de status que os interlocutores ganham ou perdem no curso da interação com respeito ao controle e ocupação do espaço. Locher (2004) tem reservas com relação a esse método, porém considera útil seu conceito de status:

*an individual's position in the structure of social relationships with respect to other individuals. Position may be determined in a number of ways, through education, wealth, age, sex, etc., or by the possession of specific mental or physical abilities. Status is thus dependent on the set of values attached to these and many other features by the culture concerned, and it is crucially involved in systems of social hierarchies which help to determine Who possesses greater potential Power in what social activities. It thus fluctuates from culture to culture and, within a culture, from social group to social group.*⁶ (WATTS, 1991)

O status está ligado ao “*the degree to which her/his own self-image or positive face corresponds to the perceptions of the other members*”⁷ (WATTS, 1991). O status pode ser ganho ou perdido durante a interação, por exemplo, por confirmação

⁶ uma posição individual na estrutura da relação social com respeito a outros indivíduos. A posição pode ser determinada por muitos meios, através da educação, fortuna, idade, sexo, etc., ou pela posse de habilidades específicas, mentais ou físicas. Status é então dependente do lugar dos valores unidos a estes e muitas outras características relacionadas à cultura, e é crucialmente envolvido em sistemas de hierarquias sociais que ajudam a determinar quem possui o maior potencial de poder em tais atividades sociais. Isto então flutua de cultura para cultura e, até uma cultura, de grupo social para grupo social.

⁷ grau para o qual a self-image ou face positiva corresponde às percepções de outras pessoas.

de um tema ou recusa para aceitar um outro. Watts (1991) considera a interação livre como sendo “*similar to a long card game played for low stakes*”⁸, onde não há claramente ganhadores ou perdedores no final, mas apesar de tudo os participantes tentam a contagem de pontos. Efeitos negativos serão usualmente nivelados pela necessidade de preservar o equilíbrio social.

Em relação ao discurso familiar, Watts (1991) lança a hipótese de que “*power and the exercise of power... depends on the status of the family member prior to the social activity and also on the degree to which that member is able to control the topic*”⁹. Segundo Watts (1991), o status não é visto como sinônimo de poder, mas a sua sede. Entretanto, enquanto pessoas com alto status podem abster-se de exercitar o poder, interlocutores com status mais baixo podem exercitar o poder sobre pessoas com maior status. Assim, alto status nem sempre coexiste com poder. Este tema será melhor elucidado quando da análise do *corpus* desta pesquisa.

Locher (2004) cita um estudo de Diamond (1996) que diz que “*institutionalized status alone does not account for the relative power and political effectiveness of the members*”¹⁰. Diamond define status como “*status as rank ascribed to individuals either on the basis of birth (such as sex, age, nationality, race) i. e. without reference to abilities, or achieved through individual effort*”¹¹ (DIAMOND, 1996). Ela chama a primeira parte desta definição “classe institucional”, e a segunda, “classe local”. Enquanto a primeira é freqüentemente dada, a segunda é negociável.

Segundo Locher (2004), o status captura um aspecto pessoal. Esse aspecto, no entanto, é múltiplo. Dependendo de onde está o foco, uma classe diferente

⁸ semelhante a um longo jogo de cartas com baixas apostas.

⁹ poder e o exercício do poder... depende do status do membro da família prioritário à atividade social e também sobre o grau para o qual aquele membro é capaz de controlar o tópico.

¹⁰ status institucionalizado sozinho não explica o relativo poder e eficácia política de seus membros.

¹¹ status como classe atribuída aos indivíduos com base no nascimento (como sexo, idade, nacionalidade, raça) isto é sem referência a habilidades, ou realizada através de esforço individual.

emergirá. Por exemplo, um foco no sexo, idade e nacionalidade conduz a diferentes quadros. O sexo poderia colocar o homem antes da mulher. A nacionalidade e a idade podem influenciar a percepção de status dos integrantes.

Locher (2004) ainda afirma que variáveis como esperteza, afeto, envolvimento, bem como diferenças culturais dos interlocutores são fatores, que, combinados, compõem o status. Diferenças de status entre dois interagentes são intuitivamente reconhecidas como tendo uma influência sobre a produção lingüística. A autora cita Berger (1994), o qual descreve estudos mostrando que a percepção de diferenças de status entre dois interagentes influencia sua linguagem corporal e comportamento lingüístico. Ele afirma que é comum a suposição de que as pessoas com alto status mantêm sua classe por uma razão, tal como competência ou esperteza.

Vários pesquisadores em polidez têm tentado captar a influência do status sobre a produção lingüística e sua proximidade do poder. Brown e Levinson (1987) vêem status como parte de sua variável P (o poder diferencial de interagentes). Leech (1983) argumenta que o status é um dos fatores mais estáveis, influenciando a distância social e a autoridade (seu sinônimo para poder). Holmes (1995, *apud* Locher, 2004) considera poder relativo de um interagente sobre outro como status hierárquico.

Nesses estudos lingüísticos, Locher (2004) comenta que poder como conceito não é uma matéria muito discutida, no entanto, considera que o status é reconhecido como uma das muitas variáveis que influenciam a produção lingüística e o exercício do poder. Ela menciona a distância social somada ao status, a qual os pesquisadores consideram como mais uma variável influente.

Brown e Gilman (1960, *apud* Locher, 2004) unem dominação e subordinação com poder; e distância e proximidade com solidariedade. Eles usam dicotomia hierárquica *versus* igualdade, e proximidade *versus* distância, para desenhar a rede bidimensional, a fim de mostrar que culturas diferentes variam. Por exemplo, americanos percebem a relação entre empregado e empregador como uma relação

de hierarquia e distância, enquanto os japoneses vêem a mesma relação em termos de hierarquia e proximidade.

Na discussão de Locher (2004) sobre poder, há uma valorização das observações de Tannen (1994), para confirmar que não significa que uma pessoa com alto status possa automaticamente exercer o poder sobre uma pessoa com mais baixo status. Trata-se de uma super simplificação para igualar poder com status hierárquico. Entretanto, a concepção americana de poder e solidariedade as vê como “fins opostos de um simples simultâneo *continuum*, representando simetria/assimetria, hierarquia/igualdade e distância/proximidade” (TANNEN, 1994). Esses dados são relevantes para Locher no inglês americano. Então pode se esperar que uma pessoa de alto status seja melhor aceita para exercer o poder do que uma pessoa de baixo status.

Sobre poder e linguagem, Locher (2004) considera que, antes de tudo, deveria ser observado que a linguagem é um dos mais óbvios significados através do qual o poder é exercido. Berger (1994, *apud* LOCHER, 2004) fala que, enquanto a pesquisa sobre poder tem focado preferentemente o conteúdo lingüístico (negligenciando outros fatores como orientação corporal, velocidade de fala, entonação, fluência, distância de interação, etc., o que deveria ser “mais significativa na determinação da experiência de poder e dominação”), o potencial do uso da linguagem para exercitar o poder não tem sido negado, nem suficientemente descrito.

Locher (2004) cita Ng e Bradac (1993), que discutem quatro pontos. No primeiro, a linguagem revela poder; no segundo, a linguagem cria poder; no terceiro, reflete poder; e, no quarto, a linguagem obscurece ou despolitiza poder. O aspecto dinâmico da linguagem é descrito nos três primeiros pontos. Ele pode indicar quem está na posição de poder e também os meios através dos quais diferenciais de poder são mudados ou confirmados. O último ponto pode ser equacionado com as definições de Wartenberg (1990) da influência e manipulação, onde a linguagem é usada para obscurecer o exercício do poder ou torná-lo invisível.

Fairclough (1989, 1992, 1995, *apud* LOCHER, 2004) também trabalha com a noção de interconexão de linguagem e poder na sociedade. Seu estudo sustenta valiosos *insights* na dominação através da linguagem. Ele tem interesse em explicar “a existência de convenções como resultado de relações de poder e lutas contra o poder”. Um dos principais interesses desse autor são as ideologias. Como as crenças e as convenções, estas ideologias são freqüentemente consideradas matérias de senso comum pelos comunicadores, então permanecem não reconhecidas como construções culturais. Ele descreve o seu *link* de poder como segue:

*Ideologies are closely linked to power, because the nature of ideological assumptions embedded in particular conventions, and so the nature of those conventions themselves, depends on the power relations which underlie the conventions; and because they are a means of legitimizing existing social relations and differences of power, simply through the recurrence of ordinary, familiar ways of behaving which take these relations and power differences for granted.*¹² (FAIRCLOUGH, 1989, *apud* LOCHER, 2004).

A principal afirmação de Fairclough (1989, *apud* LOCHER, 2004) é que a linguagem conecta-se com o social por ser o domínio primário da ideologia, e por serem ambos um lugar e um suporte na luta pelo poder. O poder propriamente dito é conceituado em termos de assimetria entre dois participantes em eventos de fala, e em termos de desigual capacidade para controlar como os textos são produzidos, distribuídos e consumidos, especialmente os contextos socioculturais.

Fairclough (1989, *apud* LOCHER, 2004) distingue dois poderes: o poder dentro e o poder por trás do discurso. O poder dentro do discurso trata de exercício atual de poder, por exemplo, para constranger outros pelo uso da linguagem. O

¹² As ideologias estão proximamente ligadas ao poder porque a natureza das suposições ideológicas está encravada em convenções particulares, assim, a natureza das próprias convenções depende das relações de poder, as quais se situam nas convenções; e porque elas são um meio de legitimar a existência de relações sociais e diferenças de poder, simplesmente através da recorrência do modo familiar de comportamento, estas relações e diferenças de poder são admitidas.

poder por trás do discurso refere-se ao modo pelo qual as relações de poder formam e constituem a ordem social de instituições ou sociedades.

Muitos estudos sobre a linguagem também tratam de poder. Locher (2004) menciona alguns, como Brown e Gilman (1960), um estudo clássico de termos do discurso. Segundo a autora, muitas pesquisas sobre poder têm sido realizadas em lugares institucionais, como tribunais, campo médico e discurso no lugar de trabalho.

2.4 NOÇÕES DE POLIDEZ

Assim como Haverkate (1994), apresentamos as definições lexicográficas como introdução às definições pragmático-lingüísticas, as quais serão expostas no decorrer do trabalho. Com elas observamos que a polidez se apresenta como um fenômeno constitutivamente cultural e indica estratégias lingüísticas do processo interacional.

Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2009), os conceitos de polidez, de polido e de cortesia são:

Polidez (ê). S. f. **1.** Qualidade ou estado de polido. **2.** Delicadeza, cortesia, civilidade, urbanidade. **3.** E. Ling. Indicação dessas qualidades no discurso, através da escolha do tom de voz, de formas de tratamento mais ou menos formais [você vs. o senhor/seu (1), e ainda o chamamento pelo prenome ou pelo sobrenome], ou de marcadores como *por favor*, *por gentileza*, etc.

Polido. [Part. de *polir*] Adj. **1.** Alisado, liso. **2.** Lustroso, luzidio, brunido, envernizado. **3.** Atencioso, delicado, cortês, civilizado, civil: “Muito cortês, sinceramente polido, recebeu-me Sua Mercê à porta da rua” (Luís Guimarães, *Samurais e Mandarins*, p. 11)

Cortesia. S. f. **1.** Maneiras de homem de corte (ô). **2.** P. ext. Delicadeza, amabilidade, urbanidade. **3.** Cumprimento, mesura, reverência. **4.** Oferta ou presente feito por qualquer organização comercial ou industrial a clientes seus, como prova de cortesia, de amabilidade. Fazer cortesia com o chapéu alheio. Mostrar-se generoso ou pródigo à custa de outrem.

Para Antônio Houaiss (2009), as definições das palavras acima são:

polidez \ê\ S.f. (c 1539) **1**. Caráter ou qualidade do que é polido **2** atitude gentil; cortesia, civilidade **3** LING característica do discurso, que indica cortesia, gentileza, civilidade, etc., do locutor (autêntica ou não), e que se expressa esp. nas formas de tratamento, em expressões que atenuam o tom autoritário do imperativo (com *por gentileza, por favor, se me permite*, etc. e outras fórmulas de etiqueta lingüística • ETIM *polido* + *ez* • SIN/VAR ver sinonímia de *delicadeza* • ANT *impolidez*, grosseria, *secura*; ver tb. antonímia de *delicadeza*

polido *adj.* (s XIV) que se poliu **1** tornado lustroso por fricção, *brunido* **2** *p. ext.* que recebeu polimento, verniz ou similar; *envernizado*, *luzidio* **3** *fig.* que recebeu fina educação; *cortês*, *atencioso* • ETIM lat *politus*, *a*, *um* 'polido, liso, lustrado, lustroso; instruído, culto' • SIN/VAR antonímia de *malcriado* • ANT *analfabeto*, *boçal*, *descortês*, *grosseirão*, *impolido*, *impolítico*, *incivil*, *indelicado*, *labrego*, *labrosta*, *lapuz*, *mazorral*, *rude*, *rugoso*, *tosco*; ver tb. sinonímia de *malcriado*

cortesia S. f. (s XIII) **1** atributo, característica do que se apresenta de modo *cortês* **2** civilidade, educação no trato com outrem; *amabilidade*, *polidez* <*agradeceu o jantar e por c. convidou-lhes para um passeio*> **3** gesto, dito *delicado*, *educado* **4** cumprimento respeitoso em que se reverencia uma pessoa, *ger. considerada especial*; *mesura*, *vênia* <*diante do rei, inclinou a cabeça por c.*> **5** pequeno regalo ou oferta oferecido a alguém como prova de *amabilidade* e *atenção* <*ao sair do restaurante, recebeu flores como c.*> • *cortesias* s.f.pl. TAUR **6** saudações ao público que fazem os toureiros antes e depois da lide (*toureação*) • ETIM *cortês* + *-ia* • SIN/VAR ver sinonímia de *delicadeza*, *favor*, *homenagem* e *saudação* • ANT *brutalidade*, *incivilidade*, *lapuzice*; ver tb. antonímia de *delicadeza*

Como vemos, os dicionários apresentam, em geral, três níveis de acepção para a palavra **polidez**: um primeiro “denotativo”, que é o significado inicial derivado de “polir”; um segundo é o significado “figurado” ou “metafórico” de *polido/polidez* no sentido de “delicadeza, cortesia, civilidade, urbanidade”; e o terceiro, que é o nosso alvo, a definição técnica de *polidez*.

Interessante destacar que a segunda acepção parece ter duas faces: uma primeira que se refere a algum tipo de concessão (“delicadeza, cortesia”) e uma

outra que remete a regras de caráter social (“civildade, urbanidade”). E é dessa segunda “face” que provém a definição técnica de polidez, sobretudo o seu aspecto de atividade até certo ponto codificada e/ou conjunto de recursos discursivos (e/ou lingüísticos).

A noção de polidez se desenvolveu a partir da noção de face de Goffman (1971). Para Goffman (1971), há dois conceitos para a palavra polidez: o primeiro, sendo um conjunto de normas sociais, estabelecidas por cada sociedade, que regulam o comportamento adequado de seus membros; e o segundo, como estratégia conversacional, nosso objeto de estudo.

Partindo de um conceito amplo, a polidez é um conjunto de estratégias que usamos quando falamos, para que a comunicação seja harmoniosa e fluida. Como atividade social, é um mecanismo mediante o qual asseguramos o equilíbrio entre falante e ouvinte ou escritor e leitor. No nosso caso, escritor e leitor (advogado e juiz).

A polidez é inerente às relações humanas, nas mais variadas instâncias em que o ser humano vive, e tem como função geral “possibilitar uma gestão harmoniosa da relação interpessoal” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1992). A polidez se manifesta por atos lingüísticos e não lingüísticos, certamente com a prevalência dos primeiros, já que as relações humanas, na sua maioria, ocorrem lingüisticamente, ou, no mínimo, são acompanhadas de atos lingüísticos.

A polidez explica por que utilizamos a linguagem do modo como fazemos:

- a) por que dizemos mais do que dizemos (como fazemos para transmitir significados não literais);
- b) como fazemos para interpretar a linguagem indireta de modo correto. O modelo de Brown e Levinson (1987), descrito na Teoria da Polidez, nos permite explicar a relação entre o uso da linguagem e o contexto social, e chegar a uma interpretação dos padrões de realização das mensagens em atos de fala intencionais. Além disso, a teoria nos proporciona uma interessante visão da natureza social da linguagem humana.

Locher (2004), ao tratar de poder e polidez, define polidez como:

*My definition of politeness calls for a qualitative approach to data that takes the dynamics of an interaction into account. Politeness cannot be investigated without looking in detail at the context, the speakers, the situation and the evoked norms. In the end, however, politeness will always be identified and evaluated by both the speaker and the hearer as norm-based and, in this sense, ultimately also moralistic.*¹³

Mills (2003), por sua vez, sugere a ampliação das definições de polidez e impolidez e cita autores que opinam nessa mesma direção:

*In contrast to a great deal of research in this area, I believe that impoliteness has to be seen as an assessment of someone's behaviour rather than a quality intrinsic to an utterance.*¹⁴

Com atenção a isso, em nosso trabalho, o qual se baseia fundamentalmente em Brown e Levinson (1987), diferentes definições são apresentadas no desenrolar do levantamento teórico.

Conforme já abordamos, quando tratamos da polidez verbal, não pensamos naquela polidez no sentido cotidiano, mas na eficácia das relações interpessoais através da linguagem. Por isso, dizer a verdade, que é norma de eficácia informativa contida no princípio de cooperação e nas máximas de Grice (1975), pode ser impolido em determinadas circunstâncias. Assim, a polidez é também um dos problemas do interesse da pragmática, pois trata da descrição dos princípios que guiam a comunicação humana.

¹³ A minha definição de polidez requer uma aproximação qualitativa dos dados que levem a dinâmica da interação em consideração. Polidez não pode ser pesquisada sem observar os detalhes, o contexto, os falantes, a situação e as normas evocadas. No final, entretanto, a polidez deve ser sempre identificada e avaliada por ambos: o falante e o ouvinte como norma básica e, neste sentido, finalmente também moralístico.

¹⁴ Em contraste com a grande concordância na pesquisa nessa área eu acredito que a impolidez tem sido vista como uma avaliação de alguns comportamentos em lugar da qualidade intrínseca para o enunciado.

Assim, entende-se por polidez o comportamento lingüístico apropriado, que leva em conta as variáveis socioculturais da interação, e que faz com que a intenção do emissor seja comunicada de forma eficaz ao destinatário. Quando falamos de polidez estamos nos referindo a um comportamento lingüístico que nos chama a atenção sobre si mesmo, já que é o que se espera no contexto no qual tem lugar a interação. Num sentido amplo, a polidez seria um marco que dá conta da dimensão interpessoal dos discursos.

Para Brown e Levinson (1987) a comunicação é um tipo de conduta racional, que busca a máxima eficácia. Assim, a comunicação está sujeita ao princípio da cooperação de Grice (1975), o qual é entendido como o marco socialmente neutro no qual se desenvolvem os intercâmbios comunicativos, e que pressupõe sua racionalidade e eficácia. Supõe-se também que somente nos apartamos dele quando se tem uma boa razão para fazê-lo, e a polidez – a necessidade de manter as relações sociais – pode ser uma destas boas razões (ESCANDELL, 1996).

Iniciaremos comentando as principais teorias sobre polidez. Brown e Levinson (1987) devem muito às propostas que os precederam, apresentando os aspectos gerais que mais tarde esses dois autores desenvolveram de forma mais aprofundada. Primeiramente falaremos de Grice (1975), Lakoff (1973), Fraser (1980) e Leech (1983), para depois entrarmos na teoria de Brown e Levinson (1987).

2.5 O PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO DE GRICE

As teorias fundadoras da polidez surgem do princípio de cooperação na conversação exposto por Grice (1975).

Segundo Grice, entre os falantes há um acordo prévio, tácito, de colaboração na tarefa de comunicar-se. Ele chama esse acordo “princípio de cooperação”. Este princípio compreende certas categorias que o autor chama de máximas, que por sua vez contêm as sub-máximas.

Essas máximas são:

- a) De quantidade: compreende as sub-máximas “que sua contribuição seja tão informativa quanto requeira o propósito do diálogo” e “que sua contribuição não seja mais informativa do que o necessário”;
- b) De qualidade: “procure que a sua contribuição seja verdadeira”. Contém as sub-máximas “não diga algo que acredite ser falso” e “não diga algo sobre o que não tenha provas suficientes”;
- c) De relevância: contém uma única máxima, “diga coisas relevantes”;
- d) De modo: “seja claro”. Compreende as sub-máximas “evite ser obscuro”, “evite ser ambíguo”, “seja breve” e “seja organizado”.

Uma das conseqüências principais do sistema das máximas é a de que possam ser burladas. Estes desvios das normas ocupam um papel central na teoria de Grice. Trata-se das chamadas implicaturas, que podem exercer diversas funções comunicativas. As implicaturas servem, com freqüência, como estratégias de polidez. Por exemplo, a máxima de qualidade pode deixar de ser cumprida por motivos de polidez, quando a verdade encerra uma ameaça à imagem do ouvinte. É o que normalmente se considera como uma mentira piedosa.

2.6 OS ESTUDOS DE ROBIN LAKOFF E FRASER

Robin T. Lakoff (1973), a qual pode ser considerada como a mãe da teoria moderna de polidez, porque foi ela possivelmente a primeira pesquisadora que examinou polidez a partir de uma perspectiva pragmática define polidez como:

[...] a system of interpersonal relations designed to facilitate interaction by minimizing the potential for conflict and confrontation inherent in all human

*interchange.*¹⁵ (LAKOFF, 1990)

Fraser (1980, *apud* Haverkate, 1994), sustenta que a polidez verbal reside essencialmente no que chama “contrato conversacional”. Entende que esse contrato corresponde aos direitos e obrigações mútuas que se estabelecem a partir de uma conversação. As convenções correspondentes podem variar de uma cultura para outra, mas cabe supor que, na sua maioria, são de caráter universal. Assim, os interlocutores fixam explícita ou implicitamente as formas de tratamento, como por exemplo, no português brasileiro (PB) a opção entre o uso de o “senhor/a senhora” ou “você”.

Estabelecendo uma relação intrínseca entre o contrato conversacional e a polidez verbal, Fraser (1980, *apud* Haverkate, 1994) formula a seguinte definição:

*Given this notion of the conversational contract, we can say that an utterance is polite, to the extent to which the speaker, in the hearer's opinion, has not violated the rights or obligations which are in effect at that moment.*¹⁶ (1980)

Haverkate (1994) considera importante acrescentar a essa definição de Fraser, que as normas de polidez determinam o estilo da interação verbal, porém não afetam o conteúdo proposicional do que se comunica. Dito de outra maneira, o expressar polidez não é um ato autônomo; é um ato que se efetua como sub-ato do ato de fala. Além disso, diz que convém destacar que essa definição não encerra nenhuma informação sobre a atualização empírica da polidez, ou seja, sobre as distintas formas lingüísticas com que se manifesta. Assim, surge a pergunta: quais são as estratégias verbais utilizadas pelo falante polido? Segundo Haverkate, a resposta a essa pergunta com tanta ressonância na bibliografia pragmático-lingüística é a dada por Lakoff (1973).

¹⁵ [...] um sistema de relações interpessoais designado para facilitar a interação através da minimização do potencial para o conflito e confrontação inerente a toda troca humana.

¹⁶ Dada a noção de contrato conversacional, podemos dizer que um enunciado é polido no sentido de que o falante, na opinião do ouvinte, não violou os direitos ou obrigações vigentes naquele momento em que o profere.

Em seu trabalho, Lakoff (1973) faz uma releitura do estudo de Grice (1975) sobre as máximas conversacionais, e propõe uma série de regras de polidez, a fim de limitar ao máximo o risco potencial de conflito numa interação verbal. A sua intenção era mostrar que nem sempre as máximas propostas por Grice precisam ser respeitadas, indagando qual seria o objetivo básico da interação, isto é, ser claro e romper a interação, ou mantê-la?

São duas as regras básicas propostas por essa autora:

- a) seja claro;
- b) seja polido.

A primeira quer expressar o mesmo tipo de conteúdo das máximas que desenvolvem o princípio de cooperação de Grice (1975), e é dirigida fundamentalmente para assegurar uma transmissão eficaz da informação; a segunda, recolhe a faceta da relação interpessoal. A polidez se entende como um mecanismo que tenta reduzir as tensões criadas na interação. A regra geral “seja polido” apresenta três modalidades diferentes:

- a) não imponha, mantenha distância;
- b) ofereça opções, use a deferência;
- c) seja amigável, reforce os laços de camaradagem.

A distância é caracterizada como estratégia de impessoalidade. O locutor deverá pedir permissão quando considerar necessário entrar em assunto que seja da alçada do interlocutor.

Na deferência, o falante permite que o interlocutor tome as suas próprias decisões acerca das possíveis interpretações da mensagem. Dessa forma, o falante não parecerá impositivo, permitindo que o interlocutor tenha liberdade de ação.

A camaradagem corresponde à informalidade. O interlocutor deve sentir-se bem por meio de um comportamento amistoso.

Uma questão significativa no modelo de Lakoff (1973) diz respeito à questão da universalidade das máximas de polidez. Ela afirma que as máximas são universais e aceita que os costumes variam, mas diz que as suas afirmações não são contraditórias. Segundo a autora, o que ocorre no caso de duas culturas que apresentam diferenças na interpretação de boas maneiras de uma ação ou uma expressão, é que apresentam as mesmas máximas, com diferente predomínio de cada uma delas.

2.7 AS MÁXIMAS DE POLIDEZ DE LEECH

Leech (1983) propõe um princípio de polidez desenvolvido numa série de máximas, assim como Grice (1975). Estabelece uma classificação não estanque de categorias de ação: ações que instauram a polidez (agradecer), ações que não interferem nela (informar), ações que entram em conflito com ela (ordenar) e ações que inviabilizam o bom relacionamento (acusar).

Para o autor, a polidez é o princípio regulador da distância social e seu equilíbrio. É o ponto de referência que nos permite medir a adequação entre o enunciado e o grau de distância social existente entre os interlocutores. Esse tipo de polidez chama-se polidez relativa, pois depende das posições sociais dos interlocutores. Existe ainda uma polidez absoluta, que é uma característica própria de alguns atos. Como assinala Leech (1983): “algumas elocuções (por exemplo as ordens) são inerentemente impolidas e outras (por exemplo os oferecimentos) são inerentemente polidas”. Essa polidez, entendida no sentido absoluto, avalia-se numa escala em termos de custo-benefício, que suponha o cumprimento da ação para o destinatário ou o emissor.

Apresentamos a classificação geral de intenções de Leech (1983) em quatro categorias principais:

- a) ações que apóiam a polidez: agradecer, felicitar, cumprimentar, convidar, oferecer,...;
- b) ações praticamente indiferentes à polidez: afirmar, informar, anunciar,...;
- c) ações que entram em conflito com a polidez: perguntar, pedir, ordenar,...;
- d) ações dirigidas frontalmente contra a manutenção da relação entre os interlocutores: ameaçar, acusar, maldizer,...

Observemos que estas quatro categorias não formam grupos fechados, mas são pontos chave de um *continuum*.

Com base nessa classificação, Leech (1983) estabelece dois tipos de polidez, positiva e negativa: “A polidez negativa consiste em minimizar a impolidez das elocuções impolidas, e a polidez positiva, em maximizar a polidez das polidas” (LEECH, 1983).

Enquanto a polidez negativa costuma ser imprescindível para a manutenção das boas relações, a polidez positiva é secundária, segundo o autor. Nessa perspectiva, um dos aspectos que despertam mais interesse é o das ações que podem entrar em conflito com a polidez (as da alínea “c” acima).

O princípio de polidez de Leech (1983) se desdobra também em uma série de máximas:

- a) máxima de tato: supondo que você é o autorizado e o seu interlocutor é que deve autorizar;
- b) máxima de generosidade: minimize seu próprio benefício; maximize o benefício do seu interlocutor;
- c) máxima de aprovação: minimize o desprezo em direção ao outro, maximize o apreço em direção ao outro;
- d) máxima de modéstia: minimize o apreço a si mesmo, maximize o apreço ao outro;
- e) máxima de acordo: minimize o desacordo com o outro, maximize o acordo;
- f) máxima de simpatia: minimize a antipatia, maximize a simpatia.

Para o autor, todas essas máximas têm dupla vertente: a polidez negativa é mais importante e autenticamente necessária. A polidez positiva tem um valor secundário. Nem todas as máximas se aplicam de igual maneira a todos os tipos de atos: a máxima de tato funciona nos pedidos; as de generosidade, aprovação e modéstia parecem mais gerais; e as de acordo e simpatia serão aplicadas principalmente aos atos de tipo assertivo.

A polidez é, então, um princípio regulador da conduta que está situado na metade do caminho entre a distância social e a intenção do emissor, tornando possível a manutenção do equilíbrio social entre os interlocutores, mesmo que a intenção do emissor esteja dentro das máximas qualificadas como inerentemente impolidas. Assim, os mecanismos que emprega são estratégias para reduzir ou evitar as tensões na interação social.

O enfoque de Leech (1983) tem recebido críticas, por expor excessivas máximas não justificadas, devido a princípios independentes, e também porque talvez essas máximas sirvam para uma sociedade, e não para outra.

Entendemos que as observações de Leech são de grande importância, haja vista o grande número de citações sobre o seu trabalho na grande maioria dos estudos sobre polidez.

Historiado esse instrumental teórico sobre polidez (Grice, Lakoff, Fraser e Leech), passamos à proposta de Brown e Levinson (1987), modelo que seguiremos para a posterior análise dos dados.

3 O MODELO DE BROWN E LEVINSON

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A teoria de Brown e Levinson (1987), apesar de não ser a primeira teoria sobre polidez, é certamente a mais influente, o que inúmeras reações, críticas e revisões testemunham, pois estão fundamentadas nessa teoria. Concordamos com Eelen (2001) quando diz que os nomes Brown e Levinson podem ser considerados como sinônimos de polidez, uma vez que a maioria dos estudos de polidez baseia-se nesses autores. Ademais, Kerbrat-Orecchioni (1997), afirma que “*it is impossible to talk about it without referring to Brown & Levinson’s theory*”¹⁷.

A noção de imagem social de Goffman (1967) foi retomada por Brown e Levinson (1987) na obra *Politeness: some universals in language usage*, como ponto de partida para a sua proposta.

A idéia de polidez, em Brown e Levinson (1987), baseia-se em duas noções:

- a) a noção de que a comunicação é uma atividade racional que tem algum objetivo; e
- b) a noção de que cada indivíduo deseja preservar a sua face, ou seja, a sua imagem pública.

Assim, há duas propriedades básicas que os indivíduos apresentam, as quais servem para explicar o seu comportamento comunicativo: a racionalidade e a imagem pública. Na primeira, cada indivíduo possui um modo de raciocínio que se pode definir precisamente, e que o conduz dos fins que persegue aos meios

¹⁷ é impossível falar sobre isso sem referir-se à teoria de Brown e Levinson.

necessários para tentar conseguir tais fins. Esta propriedade está ligada ao princípio da cooperação. Na segunda, cada indivíduo tem e reclama para si uma certa imagem pública que quer conservar. Esta propriedade está ligada à polidez. (ESCANDELL, 1996).

A noção de racionalidade implica o fato de que os interlocutores pensam estrategicamente e que têm consciência de suas escolhas lingüísticas. A imagem pública (face) consiste em dois tipos de desejo:

- a) o desejo de auto-afirmação, de não querer receber imposições, ter liberdade de ação: face negativa; e
- b) o desejo de ser aprovado, aceito, apreciado pelo(s) parceiro(s) da atividade comunicativa: face positiva.

O termo em inglês *face* é empregado em sentido metafórico, referindo-se à personalidade do homem como membro individual da sociedade da qual forma parte. A imagem de cada ser humano se compõe de dois fatores complementares, marcados com os termos positivo e negativo. O primeiro fator representa a imagem positiva que o indivíduo tem de si mesmo e que aspira seja reconhecida e reforçada pelos outros membros da sociedade. O segundo se refere ao desejo de cada indivíduo de que seus atos não sejam impedidos por outros.

Brown e Levinson (1987) assumem que, em princípio, tanto o falante como o ouvinte, em situações comunicativas, desejam manter a sua própria face e a do interlocutor. Entretanto, no mesmo ato da comunicação, a imagem pública nunca é estável e fica constantemente ameaçada pelos fatores lingüísticos disponíveis. Frequentemente os interlocutores são levados a cometer atos de ameaça à face (*Face Threatening Acts* ou *FTA's*). A necessidade de produzir um enunciado que ameace a face do ouvinte e o desejo de não feri-la, como também não ferir a sua própria, estão sempre em conflito, o que leva às várias atenuações dos atos de fala.

Três fatores sociais, ou três variáveis, estabelecem o nível da polidez, os “jogos” dos dois tipos de desejo e o conseqüente risco à manutenção da face:

- a) o **poder** relativo do ouvinte sobre o falante e vice-versa – P (O, F);
- b) a **distância social** entre os dois – D (F, O); e
- c) o **grau de imposição** do próprio ato comunicativo, ou seja, o risco de “perder” a *face* em um contexto cultural específico - R_x .

A soma desses fatores determina o “peso” (W_x) de um *FTA* e, assim, determina também a escolha de uma estratégia verbal. Brown e Levinson (1987) apresentam a seguinte fórmula:

$$W_x = D (S, H) + P (H, S) + R_x$$

Assim, nessa fórmula, W_x (*weightness*) é o peso de um *FTA*, D (*distance*) é a distância social entre falante e ouvinte, S (*speaker*) é o falante, H (*hearer*) é o ouvinte, P (*power*) é o poder e R_x (*rating of imposition*) é o grau de imposição do ato comunicativo.

Desse modo, o conceito de imagem pública – ou *face* - é o elemento principal da teoria de Brown e Levinson. Da necessidade de salvaguardá-la é que derivam todas as estratégias de polidez.

3.2 O CONCEITO DE FACE

Passamos a discutir as noções de *face*, elemento principal da Teoria da Polidez de Brown e Levinson (1987).

Segundo Brown e Levinson (1987), a noção e a designação de *face* positiva e negativa derivam primeiramente dos ritos positivo e negativo de Durkheim (1915). Observam um elo simples e direto quando tomam emprestada a diferença entre polidez positiva e negativa da distinção de Durkheim (1915) entre rito positivo e negativo e transcrevem a citação inteiramente:

By definition sacred beings are separate beings. That which characterizes

*them is that there is a break of continuity between them and the profane beings. ... A whole group of rites has the object of realizing this state of separation which is essential. Since their function is to prevent undue mixings and to keep one of these two domains from encroaching upon the other, they are only able to impose abstentions or negative acts.*¹⁸
(DURKHEIM, 1915).

Goffman (1971), em cuja obra temos que buscar as origens do conceito de imagem, como categoria pragmático-lingüística, considera a exortação como um ato do falante, cuja finalidade é pedir licença ao interlocutor para infringir esses direitos. Para ele, um pedido é: “... *asking license of a potentially offended person to engage in what could be considered a violation of his rights*”¹⁹.

Brown e Levinson (1987) definem polidez da seguinte forma:

*Central to our model is a highly abstract notion of face which consists of two specific kinds of desire (face-wants) attributed by interactants to one another: the desire to be unimpeded in one's actions (negative face), and the desire (in some respects) to be approved of (positive face).*²⁰

Em outras palavras, segundo Victoria Escandell (1996), a face tem duas vertentes:

Negativa: deseo de tener libertad de acción, de no sufrir imposiciones por parte de los demás, de dominar el propio territorio.

Positiva: deseo de ser apreciado por los demás, y de que otros compartan

¹⁸ Por definição, existências sagradas são existências separadas: o que as caracteriza é que há uma quebra de continuidade entre elas e as coisas profanas. O grupo inteiro de ritos tem como objeto realizar este estado de separação, o qual é essencial. Desde que sua função é prevenir misturas indevidas e manter um dos dois domínios da invasão do outro, eles estão aptos para impor abstenções ou atos negativos.

¹⁹ ... pedir licença a uma pessoa potencialmente ofendida para participar no que poderia considerar-se como uma violação de seus direitos.

²⁰ O centro do nosso modelo o ocupa uma noção muito abstrata de face, que consiste em dois tipos específicos de desejos (*face-wants*), que os interlocutores se atribuem mutuamente: o desejo de que alguém não veja impedidos seus atos (*negative face*) e o desejo de que os atos de alguém sejam aprovados (até certo ponto) (*positive face*).

*los mismos deseos.*²¹ (ESCANDELL, 1996)

O conceito de face é muito abstrato e consiste em dois tipos específicos de desejo (*face wants*) atribuído à interação de um para outro: o desejo impedido em uma ação (*negative face*) e o desejo (em alguns casos) aprovado (*positive face*). Esta é a noção de face, a qual se sustenta universal, mas que em qualquer sociedade particular espera ser o sujeito de muita elaboração cultural. Por outro lado, deve ser apreciado o núcleo do conceito para especificações culturais diversas, tais como: que tipos de atos ameaçam face, que classe de pessoas tem especial direito para *face-protection* e que tipo de estilo pessoal ameaçam a face (em termos de simpatia, desenvoltura, relações sociais, etc.). Assim, as noções de face estão naturalmente ligadas às mais fundamentais idéias a respeito da natureza da pessoa social, honra ou virtude, vergonha e redenção, e também conceitos religiosos - assuntos tratados por Geertz (1960) quanto à descrição da religião javanesa.

A imagem pública é para Brown e Levinson (1987) uma noção abstrata e universal, que inclui dois tipos de desejos: o de não ser incomodado (face negativa) e o de ser apreciado (face positiva). Assim, a interação é considerada como um elemento potencialmente ameaçador da imagem (perder a imagem), e a obrigação dos participantes no evento comunicativo é de preservá-la (salvar a imagem) dos atos potencialmente ameaçadores (*FTA's*), mediante o trabalho de manter a imagem (ou *facework*). Desta perspectiva, o ato de emitir uma opinião crítica, por exemplo, constitui um ato potencialmente ameaçador para o amor próprio do criticado. Para evitá-lo, é necessário o trabalho de reparação da imagem (*facework*), que consiste em dois tipos de estratégias, positiva e negativa.

Kerbrat-Orecchioni afirma:

Aparece, pues, que la originalidad del trabajo de Brown e Levinson consiste,

²¹ Negativa: desejo de ter liberdade de ação, de não sofrer imposições pelos outros, de dominar o próprio território.

Positiva: desejo de ser apreciado pelos outros, e de que outros compartilhem os mesmos desejos.

*finalmente, sobre todo, en cruzar Searle con Goffman, es decir, en 'reciclar' la noción de acto de habla, considerando estos actos en relación con los efectos que pueden tener sobre las imágenes de las partes presentes y, al mismo tiempo, volviendo esta noción apta para servir de base a una teoría nueva de la cortesía. Fruto principal de este cruce: la noción de FTA, pero también toda suerte de nociones y categorías descriptivas anexas, como las que componen la panoplia de esos suavizadores (softeners o mitigadores) que la lengua pone generosamente a nuestra disposición, a fin de que podamos 'pulir' las aristas de otro modo demasiado aceradas de los FTA's que nos vemos llevados a cometer, volviéndolas así menos hirientes para las delicadas imágenes de nuestros compañeros de interacción.*²²
(KERBRAT-ORECCHIONI, 2004)

Segundo Haverkate (1994), a maior parte dos estudos dedicados ao conceito de imagem está centrada na análise das estratégias que servem para proteger a imagem negativa do interlocutor. O foco de interesse, portanto, são as normas de interação que estabelecem que os atos do indivíduo não sejam impedidos injustificadamente.

3.3 AS ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ DE BROWN E LEVINSON

Brown & Levinson (1987) distinguem uma série de estratégias conversacionais usadas pelos interlocutores para atenuar as ações ameaçadoras. Essas estratégias vão desde a estratégia de evitar tais ações completamente até realizá-las de diferentes maneiras, atendendo à imagem positiva ou negativa do

²² Parece, pois, que a originalidade do trabalho de Brown e Levinson consiste, finalmente, sobretudo, em sobrepor Searle e Goffman, ou seja, em reciclar a noção clássica de ato de fala, considerando estes atos em relação aos efeitos que podem ter sobre as imagens das partes presentes e, ao mesmo tempo, tornando esta noção apta para servir de base a uma teoria nova da polidez. Fruto principal desta sobreposição: a noção de FTA, mas também todo tipo de noções e categorias descritivas anexas, como as que compõem o conjunto desses atenuadores (*softeners* ou mitigadores) que a língua põe generosamente à nossa disposição, a fim de que possamos polir as arestas de outro modo muito endurecidas dos FTA's que nos vemos levados a cometer, fazendo assim com que firam menos as imagens delicadas dos nossos companheiros de interação.

interlocutor e, de passagem, envolvendo a sua própria. Quanto mais indireto é o ato comunicativo, menos ameaçador ele é, pois permite mais espaço para a negociação.

Os tipos de estratégias existentes e as circunstâncias que determinam a escolha de uma ou outra estratégia de polidez são cinco, segundo Brown e Levinson (1987):

- a) aberta e direta, sem reparação (*on record, without redress*): o falante mostra abertamente o desejo de transmitir sua intenção e não quer neutralizar um dano potencial (Ex.: Leia a **petição.**);
- b) aberta e indireta, com reparação e com polidez positiva (*on record, with redress, with positive politeness*): o falante formula um enunciado por meio de uma pergunta e mostra que deseja as mesmas coisas que o ouvinte; dirige-se à face positiva do ouvinte (Ex.: Pode ler a **petição?**);
- c) aberta e indireta, com reparação e com polidez negativa (*on record, with redress, with negative politeness*): neste caso, além de formular uma pergunta, o falante insere um elemento de negação, uma expressão de gentileza e o verbo está no futuro do pretérito. O falante busca satisfazer a face negativa do ouvinte (Ex.: Você não se importaria de ler a **petição**, por favor?);
- d) encoberta (*off record*): o falante não evidencia sua verdadeira intenção, não se comprometendo com a interpretação realizada pelo ouvinte (Ex.: A **petição** não foi lida.);
- e) evitar completamente a realização do ato ameaçador: o falante evita ofender seu interlocutor, não se evidenciando marca lingüística de interesse.

As estratégias incluem vários recursos lexicais, gramaticais e discursivos e também a entonação e as formas de tratamento, que entram em jogo de maneiras diferentes em diferentes línguas e culturas.

Brown & Levinson (1987) consideram 15 estratégias de polidez positiva, listam 10 estratégias de polidez negativa e 15 *off record*. Contudo, como já mencionamos, os autores consideram, na interação, uma série de fatores sociais.

Apresentamos a seguir um quadro contendo as estratégias e sub-estratégias, para, após, falarmos sobre cada uma delas, dando exemplos dos próprios autores.

Estratégias de polidez propostas por Brown e Levinson (1987)	
Polidez positiva	1. Perceba o outro. Mostre-se interessado pelos desejos e necessidades do outro.
	2. Exagere o interesse, a aprovação e a simpatia pelo outro.
	3. Intensifique o interesse pelo outro.
	4. Use marcas de identidade de grupo.
	5. Procure acordo.
	6. Evite desacordo.
	7. Pressuponha, declare pontos em comum.
	8. Faça brincadeiras.
	9. Explícite e pressuponha os conhecimentos sobre os desejos do outro.
	10. Ofereça, prometa.
	11. Seja otimista.
	12. Inclua o ouvinte na atividade.
	13. Dê ou peça razões, explicações.
	14. Simule ou explícite reciprocidade.
	15. Dê presentes.
Polidez negativa	1. Seja convencionalmente indireto.
	2. Questione, seja evasivo.
	3. Seja pessimista.
	4. Minimize a imposição.

	5. Mostre respeito.
	6. Peça desculpas.
	7. Impessoalize o falante e o ouvinte. Evite os pronomes “eu” e “você”.
	8. Declare o FTA como uma regra geral.
	9. Nominalize.
	10. Vá diretamente como se estivesse assumindo o débito, ou como se não estivesse endividando o ouvinte.
Off Record (Encoberta)	1. Dê pistas.
	2. Dê chaves de associação.
	3. Pressuponha.
	4. Diminua a importância.
	5. Exagere, aumente a importância.
	6. Use tautologias.
	7. Use contradições.
	8. Seja irônico.
	9. Use metáforas.
	10. Faça perguntas retóricas.
	11. Seja ambíguo.
	12. Seja vago.
	13. Hipergeneralize.
	14. Desloque o ouvinte.
	15. Seja incompleto, use elipse.

Brown e Levinson (1987) comparam exemplos do inglês, do tamil e do tzeltal. Apresentamos a seguir alguns de seus exemplos do inglês, com as devidas traduções, a fim de explicitar esses conceitos antes de entrar na análise do *corpus*. Deixamos de lado os exemplos do tamil e do tzeltal, pois os exemplos do inglês são suficientes para o propósito de exemplificar cada estratégia de polidez.

3.3.1 *Bald on Record*

A estratégia chamada *bald on record* supõe que a intenção comunicativa do falante está bem clara e que ele observa as máximas do princípio de cooperação de Grice (1975). Essa estratégia, que se apresenta como, digamos, impolida, é usada em circunstâncias específicas: quando existe alguma urgência ou emergência e a preocupação com a face fica em segundo lugar; quando o enunciado é proferido para atender os interesses do ouvinte e não requer os sacrifícios da face do falante; quando o poder social (status) do falante é muito superior ao do ouvinte.

Assim, trazemos alguns exemplos dados por Brown e Levinson (1987) referentes às circunstâncias acima:

- a) quando existe alguma urgência ou emergência e a preocupação com a face fica em segundo lugar:

Help!

[Me ajude!]

comparado com a não urgência de

Please, help me, if you would be so kind.

[Por favor, me ajude, por gentileza.]

- b) quando o enunciado é proferido para atender os interesses do ouvinte e não requer os sacrifícios da face do falante:

Careful! He's a dangerous man.

[Cuidado! Ele é um homem perigoso.]

- c) quando o poder social (status) do falante é muito superior ao do ouvinte:

Bring me wine, Jeeves.

[Traga-me vinho, Jeeves.]

3.3.2 Polidez Positiva

As estratégias da chamada polidez positiva são baseadas na “aproximação” do falante ao ouvinte, enquanto as da polidez negativa no “evitamento” dos conflitos, em uma espécie de “fuga”. Ao usar a polidez positiva, a “polidez de solidariedade”, o falante procura o acordo com seu ouvinte. Isso pode ser feito demonstrando o interesse pelas coisas do interlocutor, a simpatia por ele, manifestando os interesses e conhecimentos comuns por pertencer ao mesmo grupo.

- ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ POSITIVA

1. Perceba o outro. Mostre-se interessado pelos desejos e necessidades do outro.

Goodness, you cut your hair! (...) By the way, I came to borrow some flour.

[Minha nossa, você cortou o cabelo! (...) A propósito, eu vim tomar emprestado um pouco de farinha.]

You must be hungry, it's a long time since breakfast. How about some lunch?

[Você deve estar com fome, já passou um longo tempo do café da manhã. Que tal um almoço?]

2. Exagere o interesse, a aprovação e a simpatia pelo outro.

Yes, isn't ghástly the way it always seems to rain just when you've hung your laundry out!

[Sim, não é justamente horrível o modo como sempre parece chover justo quando você estendeu suas roupas!]

How absolutely márvellous!

extraórdinary!

dévastating!

incrédible!

[Que absolutamente maravilhoso/ extraordinário/ devastador/ incrível!]

3. Intensifique o interesse pelo outro.

Trata-se de um modo de intensificar o interesse pelo outro e valorizar a sua própria contribuição para a conversação por meio de fazer uma boa história, colocando o ouvinte no meio dela.

I come down the stairs, and what do you think I see? – a huge mess all over the place, the phone's off the hook and clothes are scattered all over...

[Eu caí das estrelas, e o que você acha que eu vi? – uma grande bagunça em todo o lugar, o telefone fora de lugar e as roupas espalhadas por toda a parte.]

You always do the dishes! I'll do them this time.

[Você sempre lava a louça! Eu o farei desta vez.]

4. Use marcas de identidade de grupo.

Bring me your dirty clothes to wash, honey.

darling.

Johnny.

[Traga-me suas roupas sujas para lavar, docinho/ querido/ Johnny.]

Here mate, I was keeping that seat for a friend of mine...

[Aqui parceiro, eu estava guardando este assento para um amigo meu.]

5. Procure acordo.

A: *I had a flat tyre on the way home.*

B: *Oh God, a flat tyre!*

[A: Tive um pneu esvaziado no caminho de casa.]

[B: Oh Deus, um pneu esvaziado!]

A: *John went to London this weekend!*

B: *To Lóndon!*

[A: John foi para Londres neste final de semana!]

[B: Para Londres!]

6. Evite desacordo.

A: *That's where you live, Florida?*

B: *That's where I was Born.*

[A: É onde você mora, Florida?]

[B: É onde eu nasci.]

A: *Can you hear me?*

B: *Barely.*

[A: Você pode me ouvir?]

[B: Um pouco.]

7. Pressuponha, declare pontos em comum.

A: *Oh this cut hurts awfully, Mum.*

B: *Yes, dear, it hurts terribly, I know.*

[A: Oh este corte dói muito, mamãe.]

[B: Sim querido, ele dói terrivelmente, eu sei.]

Don't you think it's marvellous!?

[Você não acha que é maravilhoso?]

8. Faça brincadeiras.

OK if I tackle those cookies now?

[Tudo bem se eu atacar aqueles biscoitos agora?]

How about lending me this old heap of junk? (H's new Cadillac)

[Que tal você me levar nesse monte de traste? (O ouvinte tem um Cadillac novo)]

9. Explicita e pressuponha os conhecimentos sobre os desejos do outro.

Look, I know you want the car back by 5.0, so should (n't) I go to town now?
(request)

[Olhe, eu sei que você quer o carro de volta as 5, então eu poderia (ou não) ir para a cidade agora? (pedido)]

I know you love roses but the florist didn't have any more, so I brought you geraniums instead. (offer + apology)

[Eu sei que você adora rosas mas a florista não tinha mais, então eu trouxe gerânios no lugar. (oferta + desculpas)]

10. Ofereça, prometa.

Oferta e promessa são o natural resultado da escolha dessas estratégias; mesmo se elas forem falsas. Elas demonstram as boas intenções do falante em satisfazer a face positiva do ouvinte.

I'll drop by sometime next week.

[Eu te farei uma visita curta neste fim de semana].

11. Seja otimista.

Wait a minute, you haven't brushed your hair! (as husband goes out of the door)

[Espere um minuto, você não penteou os seus cabelos! (quando o marido sai pela porta)]

I'm borrowing your scissors for a sec – OK?

[Eu estou tomando emprestadas suas tesouras por um segundo – tudo bem?]

12. Inclua o ouvinte na atividade.

Let's stop for a bite. (i. e. I want a bite, so let's stop)

[Vamos parar para um lanche. (Eu quero um lanche, então vamos parar.)]

Give us a break. (i. e. me)

[Dê-nos um tempo. (me)]

13. Dê ou peça razões, explicações.

Why don't we go to the seashore!

[Por que nós não vamos para a praia!]

Why didn't you do the dishes?!

[Por que você não lava a louça?!]

14. Simule ou explicita reciprocidade.

I'll do X for you if you do Y for me.

[Eu farei X para você se você fizer Y para mim.]

I did X for you last week, so you do Y for me this week.

[Eu fiz X para você semana passada, então você faz Y para mim esta semana.]

15. Dê presentes para o ouvinte (coisas, simpatia, compreensão, cooperação).

O falante pode satisfazer a face positiva do ouvinte satisfazendo alguns desejos do ouvinte. Aqui temos a clássica ação de polidez positiva de dar presentes, não só presentes tangíveis, mas relações humanas como o desejo de ser querido, admirado, cuidado, entendido e ouvido.

3.3.3 Polidez Negativa

As estratégias da polidez negativa procuram evitar conflitos e se dirigem à face negativa do interlocutor. Entretanto, essas estratégias costumam ser mais indiretas (embora mais raramente também possam ser diretas), incluir modalidade verbal, tautologias, elipses, metáforas, ironias, ambigüidades: enfim, vários tipos de expressões “evitadoras de conflito” específicas e outros meios para minimizar a imposição (Rx), violando, com isso, freqüentemente, as máximas griceanas.

Young (1994, *apud* Eelen, 1994) interpreta a teoria de Brown e Levinson como sendo sobre “*universal principles of sociability*”²³ e esses autores também insinuam isso, quando discutem estratégias de polidez negativa a partir de uma perspectiva intercultural, dizendo:

*When we think of politeness in Western cultures, it is negative-politeness behaviour that springs to mind. In our culture, negative politeness is the most elaborate and the most conventionalized set of linguistic strategies for FTA redress; it is the stuff that fills the etiquette books (but not exclusively – positive politeness gets some attention).*²⁴ (BROWN E LEVINSON, 1987)

- ESTRATÉGIAS DE POLIDEZ NEGATIVA

1. Seja convencionalmente indireto.

Why for God's sake are you painting your house purple?!
in the world

²³ princípios universais de sociabilidade

²⁴ Quando pensamos sobre a polidez nas culturas ocidentais, o primeiro que nos vem à cabeça é o comportamento de polidez negativa. Em nossa cultura, a polidez negativa é a categoria mais elaborada e convencionalizada das estratégias lingüísticas para a compensação de FTA; é a matéria que enche os manuais de etiqueta (mas não exclusivamente – a polidez positiva recebe alguma atenção).

in Christ's name

the hell

[Por que por amor de Deus você está pintando sua casa de roxo?!]

[no mundo]

[em nome de Cristo]

[inferno]

You could perhaps pass the salt.

[Você poderia talvez passar o sal.]

2. Questione, seja evasivo.

This paper is not technically social anthropology.

[Este artigo não é tecnicamente antropologia social.]

I suppose that Harry is coming.

guess

think

[Eu suponho/acho/penso que Harry está vindo.]

3. Seja pessimista.

Now (at the end of the month) you will no have any money, will you?

[Agora (até o fim do mês) você não terá nenhum dinheiro, você terá?]

4. Minimize a imposição.

Could I have a taste (slice) of that cake?

[Eu poderia experimentar (um pedaço) daquele bolo?]

Just a second. (a few minutes)

[Só um segundo. (alguns minutos)]

5. Mostre respeito.

Excuse me, sir, but would you mind if I close the window?

[Desculpe-me, senhor, mas o senhor se importaria se eu fecho a janela?]

6. Peça desculpas.

I don't want to bother you, but...

interrupt

[Eu não quero incomodar/interromper você, mas...]

7. Impessoalize o falante e o ouvinte. Evite os pronomes “eu” e “você”.

It is necessary that...

[É necessário que...]

It would be desirable (for me)...

[Deveria ser desejável (para mim)...]

8. Declare o FTA como uma regra geral.

We don't sit on tables, we sit on chairs, Johnny.

[Nós não sentamos em mesas, nós sentamos em cadeiras, Johnny.]

9. Nominalize.

(a) We regret that we cannot...

(b) It is regretted/regrettable that we cannot...

(c) It is our regret that we cannot...

(a) [Nós lamentamos que nós não possamos...]

(b) [É lamentado/lamentável que nós não possamos...]

(c) [É nosso lamento que nós não possamos...]

Temos que (c) é mais formal que (b) e (b) que (a). A versão (a) parece muito mais uma sentença do inglês falado e a (c) do escrito. Então, como o sujeito está nominalizado, a sentença fica mais formal em (c).

10. Vá diretamente como se estivesse assumindo o débito, ou como se não estivesse endividando o ouvinte.

I could easily do it for you. (oferta)

[Eu poderia facilmente fazê-lo para você.]

I'd be eternally grateful if you would... (pedido)

[Eu seria eternamente grato se você pudesse...]

3.3.4 Off Record

Há também as estratégias chamadas de *off record* ou encobertas. Com o uso desse tipo de estratégia, a intenção comunicativa do falante está longe de ser clara, e o ouvinte terá que se esforçar para ativar os mecanismos de inferência e tentar descobrir as intenções do falante. Estão aqui insinuações, exageros, ambigüidades, ironia, metáforas, tautologias, etc.

- ESTRATÉGIAS OFF RECORD

1. Dê pistas.

It's cold in here. (Shut the window)

[Está frio aqui. (Feche a janela)]

This soup's a bit bland. (Pass the salt)

[Esta sopa está com pouco gosto. (Passe o sal)]

2. Dê chaves de associação.

My house isn't very far away... There's the path that leads to my house.
(Please come visit me)

[A minha casa não é muito longe... Há o caminho que conduz para a minha casa. (Por favor venha me visitar)]

3. Pressuponha.

I washed the car again today.

[Eu lavei o carro de novo hoje.]

4. Diminua a importância.

A: What do you think of Harry?

B: Nothing wróng with him. (I don't think he's very good)

[A: O que você pensa do Harry?]

[B: Nada errado com ele. (Eu não penso que ele é muito bom)]

5. Exagere, aumente a importância.

I tried to call a húndred times, but there was never any answer.

[Eu tentei ligar umas cem vezes, mas nunca havia qualquer resposta.]

Why are you álways smoking?

[Por que você está sempre fumando?]

6. Use tautologias.

War is war.

[Guerra é guerra.]

You're men, why don't you do something about it?

[Vocês são homens, por que não fazem alguma coisa a respeito disso?]

7. Use contradições.

A: Are you upset about that?

B: Well, yes and no.

I am and I'm not.

[A: Você está perturbado sobre aquilo?]

[B: Bem, sim e não.]

[estou e não estou.]

8. Seja irônico.

Because perhaps I wánt to go looking for trouble. (Of course I don't!)

[Porque talvez eu queira procurar por problema. (É claro que não!)]

John's a real genius. (after John has just done twenty stupid things in a row)

[O John é realmente um gênio. (depois de John ter feito vinte coisas estúpidas em uma briga)]

9. Use metáforas.

Harry's a real fish. (He drinks like a fish)

swims

is slimy

is cold-blooded

[O Harry é realmente um peixe. (Ele bebe como um peixe)]

[nada]

[é magro]

[tem sangue frio]

10. Faça perguntas retóricas.

How many times do I have to tell you...? (Too many)

[Quantas vezes eu tenho que te dizer...? (Muitas vezes)]

What can I say? (Nothing, it's so bad)

[O que eu posso dizer? (Nada, é tão ruim)]

11. Seja ambíguo.

John's a pretty sharp cookie.

smooth

[John é uma pessoa muito esperta/rude.]

[John é uma pessoa muito confiável/falsa.]

As orações acima podem ser elogio ou insulto, dependendo da conotação de *sharp* ou *smooth* que for utilizada.

12. Seja vago.

I'm going (you know where)

[Estou indo (você sabe onde)]

Looks like someone may have had too much to drink.

[Parece que alguém pode ter tido muito para beber.]

13. Hipergeneralize.

He who laughs last laughs longest.

[Quem ri por último ri mais tempo.]

A penny saved is a penny earned.

[Um centavo salvo é um centavo ganho.]

14. Desloque o ouvinte.

Neste caso, diferentemente dos anteriores, Brown e Levinson (1987) citam um exemplo de Tripp (1972), em que a secretária num escritório pede para outra – mas com polidez negativa – que passe o grampeador, em circunstância em que o professor está muito mais perto do grampeador do que a outra secretária. A face do professor não é ameaçada, e ele pode escolher fazê-lo ele mesmo como um bônus.

15. Seja incompleto, use elipse.

Well, if one leaves one's tea on the wobbly table...

[Bem, se a gente deixa nosso chá sobre a mesa bamba...]

4 ANÁLISE DO CORPUS

4.1 METODOLOGIA

O presente trabalho enfoca as estratégias de polidez utilizadas durante um processo judicial à luz da Teoria da Polidez de Brown e Levinson. Estas estratégias dependem do objetivo ou objetivos visados por cada peça processual, como demonstrar um direito próprio na petição inicial, defender-se de uma acusação na contestação, ou mesmo decidir na sentença, em que o Juiz, diante da imparcialidade que lhe é exigida pela lei, utiliza-se de um vocabulário e argumentação próprios para aquele ato.

A lei nos traz, objetivamente, os elementos que devem constar da petição inicial num processo. O artigo 282 do Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973) estabelece que:

Art. 282. A petição inicial indicará:

I – o juiz ou tribunal, a que é dirigida;

II – os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu;

III – o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV – o pedido, com as suas especificações;

V – o valor da causa;

VI – as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;

VII – o requerimento para a citação do réu.

Pela leitura da parte negritada acima transcrita, vemos que o autor da ação expõe, por meio do seu procurador, na petição inicial, em resumo, os fatos e os fundamentos do seu pedido, bem como as provas pelas quais pretende demonstrar o seu direito.

A polidez varia de acordo com o tema e com o deslinde do processo. O objeto em si, se cível ou criminal, por exemplo, pode demonstrar essa variação. No entanto, não é só isso: a diferença de estar no pólo ativo (autor) ou no pólo passivo (réu) da demanda jurisdicional pode acarretar o uso de um ou de outro recurso lingüístico.

Para a análise do *corpus*, utilizaremos subsídios retirados do levantamento teórico, tais como conceitos e estratégias de polidez, noções de face, poder e distância, encontrados em Brown e Levinson (1987) e na bibliografia que trata e desenvolve a teoria.

O *corpus* deste trabalho consiste em petições iniciais em processos cíveis colhidos no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Escolhemos petições da área cível do Direito para termos dados de mesma área e que tivessem a possibilidade de variação em relação à presença de estratégias de polidez, ou de impolidez (como veremos mais adiante). Deixamos de lado, assim, petições de ações de outras áreas do Direito, a fim de termos dados homogêneos e comparáveis.

Assim, propomos aqui o estudo, na petição inicial cível, da utilização da polidez no discurso jurídico. Tal estudo pode revelar a intensidade e a relevância do uso das variadas formas de polidez, como propõem Brown e Levinson (1987).

Para efeitos de análise, trazemos sete petições de processos cíveis, as quais foram digitalizadas e encontram-se em anexo. Serão destacadas em cores diferentes as diferentes estratégias de polidez encontradas, conforme legenda explicativa, nessas sete petições. Além dos destaques no anexo 1, a primeira petição será analisada também no corpo deste texto, detalhadamente, com o fim de exemplificação.

Trazemos a seguir um modelo de petição, com algumas observações, para, após, passarmos à análise dos dados colhidos.

4.2 MODELO DE PETIÇÃO

Antes de entrar na análise do *corpus* propriamente dita, gostaríamos de trazer um breve exemplo de modelo de petição cível com algumas instruções de ordem prática feitas para profissionais do Direito (COLNADO e de SOUZA, 2009, p. 2-3):

ENDEREÇAMENTO (art. 282, I)

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da ____ Vara Cível da
Comarca de ____

QUALIFICAÇÃO DAS PARTES (art. 282, II)

Fulano de Tal, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador do RG n. ____ e
inscrito no CPF n. ____, residente e domiciliado na Rua ____, Cidade de ____,
Estado de ____, CEP ____.

DOS FATOS E DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO PEDIDO (art. 282, III)

A narração dos fatos deve ser clara e concisa, procurando evitar-se
agressões, palavras de baixo calão e longas narrativas. Deve-se procurar
destacar todos os pontos importantes de forma direta, uma vez que a
narrativa dos fatos deve procurar justificar e demonstrar de modo
inequívoco o pedido do Autor.

DO PEDIDO (art. 282, IV)

Ante do exposto, requer-se a condenação da ré ao pagamento do principal
da dívida no valor de ____.

DO VALOR DA CAUSA (art. 282, V)

Dá à causa o valor de R\$ ____ (valor também por extenso)

Atribui-se à presente o valor de R\$ ____ (valor também por extenso)

DAS PROVAS (art. 282, VI)

Para a comprovação do alegado requer-se a produção de todos os meios
de prova em direito admitidos.

Requer-se provar o alegado com o depoimento pessoal do réu, sob pena de
confesso, inquirição das testemunhas, que comparecerão
independentemente de intimação, e demais meios de prova permitidos em
lei.

DA CITAÇÃO (art. 282, VII)

Requer-se a citação do réu para comparecer e defender-se na audiência
que for designada por Vossa Excelência, sob pena de confissão e revelia.

Sobre os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido, Colnado e de Souza (2009) estabelecem que “a narração dos fatos deve ser clara e concisa, procurando evitar-se agressões, palavras de baixo calão e longas narrativas”. Tal observação é de suma importância para a nossa análise, tendo em vista que agressões aparecem nos dados, como casos de imposição. Alertam também que “deve-se procurar destacar todos os pontos importantes de forma direta, uma vez que a narrativa dos fatos deve procurar justificar e demonstrar de modo inequívoco o pedido do Autor”. Quando esses autores falam em “forma direta”, não estão se referindo à forma direta lingüística, a qual veremos como estratégia *on record*, mas sim a evitar longas narrativas. Os autores escrevem para advogados, não pensando em termos lingüísticos. A demonstração de modo inequívoco poderá ser realizada de várias formas, o que será objeto de estudo. Nos pedidos finais, os autores indicam o uso do verbo *requerer*, o que também será visto nas análises a seguir.

4.3 ANÁLISE

Nos seguintes trechos selecionados, de uma primeira petição escolhida para análise, temos exemplos de estratégias de polidez positiva, de polidez negativa, *off record*, e, ainda, de impolidez. Observamos que, apesar de os autores da ação necessitarem e almejarem um provimento jurisdicional a seu favor, utilizam-se, através de seu advogado, de algumas estratégias que, a princípio, poderiam ferir as regras dos manuais mais utilizados no Direito. No entanto, tais estratégias que aparecem como imposições, são, na maioria das vezes, amenizadas, como veremos.

Assim, a princípio, há distância social entre os interlocutores (advogado dos autores da ação) e juiz. Pode-se dizer que advogado ostenta menos poder, já que depende de uma decisão (sentença) que será dada pelo juiz. Não há relação de hierarquia juridicamente, no entanto socialmente o advogado ostenta menos poder em relação ao juiz, em razão do poder que este tem de decidir no processo.

Apresentamos aqui a análise de trechos de uma petição inicial, a qual se encontra completa no anexo 1, com o fim de exemplificar as estratégias. Nos anexos (1 a 7) apresentamos a ocorrência de estratégias destacando-as com diferentes cores, conforme legenda. Com a análise da incidência das estratégias, chegaremos à conclusão do que prevalece no *corpus* escolhido.

Observamos que nesta análise, quando falamos em “imposição”, estamos nos referindo aos atos de ameaça à face (*FTA's*), estudados no levantamento teórico.

Trata-se de ação de revisão de contrato efetuado pela parte autora com uma instituição financeira, na qual, em resumo, discute os juros cobrados pela instituição. Transcrevemos alguns trechos, e após cada um deles, comentamos.

Tendo em vista o descaso e pouca consideração da REQUERIDA, quanto a cobrar valores abusivos e exagerados, os REQUERENTES não vislumbram outra alternativa, senão o ajuizamento da presente ação.

A parte autora, através de seu advogado, inicia a petição afirmando e justificando o ajuizamento da ação, ao explicar o porquê, ou seja, o “descaso e pouca consideração”. Aqui está sendo direta, sem rodeios, tentando proteger a sua face, e ferindo a face negativa da outra parte, ao usar palavras impositivas. A petição já inicia, então, com exemplo de imposição. Haveria manutenção da distância social e inverte-se o poder, já que o advogado investe-se na função de juiz ao “julgar” a outra parte, havendo inversão de papéis em relação ao poder.

No entanto, na segunda parte em destaque, afirma que os requerentes não vislumbram outra alternativa a não ser o ajuizamento da ação, ou seja, o advogado está utilizando-se de estratégia de polidez negativa (sub-estratégia 4), minimizando a imposição feita anteriormente. Sendo assim, o caráter impositivo da primeira parte é abrandado pela segunda parte. Desse modo, a imposição fica abarcada pela estratégia de polidez negativa. Com isto, mantém-se a distância e a relação de poder entre advogado e juiz.

Na parte concernente ao direito geral das obrigações, uma das alterações mais significativas processadas pelo novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2.002), foi a que tem por fundamento a manutenção do equilíbrio econômico do contrato, princípio há muito consagrado na doutrina e jurisprudência.

Na primeira parte está presente a sub-estratégia de polidez negativa 4, pois o advogado se apóia em uma alteração legislativa, minimizando a imposição. Mantém-se a distância social e o poder.

O termo “mais significativas” é estratégia *off record* (sub-estratégia 5: exagere, aumente a importância). No entanto, o exagero fica encaixado na estratégia de polidez negativa.

Na segunda parte destacada, aparece também a mesma sub-estratégia de polidez negativa, a 4, minimizando a imposição, mantendo-se a distância social e o poder. Ocorre o mesmo já comentado no parágrafo anterior, em relação à expressão “há muito consagrado”.

Assim, o princípio *pacta sunt servanda* (os contratos devem ser cumpridos) sofre um abrandamento, daí havendo a necessidade de intervenção do Poder Judiciário, de modo a restaurar a igualdade contratual entre as partes.

Nesse trecho, o autor minimiza a imposição ao juiz, ao se apoiar em um princípio para fazer seu pedido, estratégia de polidez negativa (sub-estratégia 4).

Afirma que há a necessidade de intervenção do Poder Judiciário, ou seja, está dizendo de maneira encoberta que é necessária a atuação do juiz a quem faz o pedido, fazendo-o com respeito e impessoalizando a figura do juiz (sub-estratégia 7 de polidez negativa).

Ainda, o advogado emprega “de modo a restaurar”, com o verbo no infinitivo, o que minimiza a imposição (estratégia negativa, sub-estratégia 4). Poderia ter escrito “para que o Judiciário restaure...”, o que seria caso de imposição.

Nos três casos acima, há preservação da distância e do poder.

Segundo o novo Código Civil, as disposições sobre a onerosidade excessiva, a teor dos artigos 478 *usque* 480, revelam-se inaugurais, porque não contempladas no velho Código, de 1916. **Favor conferir** na íntegra o disposto no artigo 480, a saber (sublinhas e negritos nossos):

Neste exemplo há uso de estratégia de polidez negativa, ao advogado pedir o favor ao Juiz de conferir o artigo citado a seguir, configurando a sub-estratégia 7, da impessoalização do juiz, pois há o emprego de “favor conferir”, e não de “confira”. O uso do infinitivo fez esse papel de retirar o caráter impositivo do imperativo, por ser uma forma impessoal. Assim, há manutenção da distância social e do poder.

Donde, portanto, pelas novas previsões agora encartadas na codificação, poder-se [sic] fazer algumas considerações, a saber: a) aplicação restrita aos contratos de execução continuada ou diferida; b) modificação eqüitativa das condições contestadas, pela parte beneficiada, na hipótese de continuidade do pactuado; e c) redução de valor ou alteração da forma de execução da prestação, nos contratos cujas obrigações são unilaterais, por sua natureza.

Neste caso, o autor minimiza a imposição (sub-estratégia 4 de polidez negativa), tendo em vista pautar-se na nova legislação. “Donde, portanto” revela que já havia falado da nova legislação no parágrafo anterior, tornando-se “óbvio” um deferimento nesse sentido. Assim, “portanto” é a única conclusão, é uma imposição. No entanto, a imposição está abrandada pelo uso de estratégia de polidez negativa, preservando a sua face e também a do juiz, já que a responsabilidade é transferida para a norma jurídica, e não para a parte que pede, nem ao magistrado que irá decidir. Assim, pode-se dizer também que há uma manutenção da distância entre falante e ouvinte (ou escritor e leitor), bem como do poder pertencente ao magistrado.

Na segunda parte em destaque, temos o uso de estratégia de polidez negativa, desta vez de impessoalização da voz do advogado, que não diz “posso dizer” (sub-estratégia 7).

Em outro viés de interpretação, na matéria focada, o insigne MIGUEL REALE, que liderou a etapa final da elaboração da nova codificação civil, suscita que o desfazimento da avença, diante da onerosidade excessiva, figura com um dos “meios de preservar o equilíbrio contratual”, vinculando ademais a possibilidade rescisória ao denominado cunho social dos ajustes, como prescreve o novo Código.

Neste caso há minimização da imposição em relação ao magistrado que irá decidir, já que o advogado fundamenta o pedido em observação de um renomado jurista (sub-estratégia 4 de polidez negativa). Afasta, assim, a sua responsabilidade e também a do magistrado, mantendo a distância entre escritor e leitor, bem como o poder.

Não se pode tirar de vista ademais, que a tudo o quanto foi dito acima, soma-se o aspecto relacionado com a função social do contrato. Com efeito, o contrato, mesmo este objeto da presente revisional, possui várias funções e dentre essas funções destaca-se obviamente a econômica, que é a que mais interessa para o momento.

Vê-se uma impessoalização de falante e ouvinte, com o uso da partícula “se”, utilizando novamente estratégia de polidez negativa e sub-estratégia 7. Poderia ter escrito “não esqueça que...”, o que seria caso de impolidez. Assim, há manutenção da distância e do poder.

Estes, portanto, os motivos de direito a determinarem e mesmo autorizarem a propositura da presente ação, visando a revisão via judicial do contrato bancário acima mencionado, no sentido a se proceder à dedução de valores já pagos, aplicando-se juros na forma legal e justa.

Aqui o autor da ação está dando explicações, dizendo “Estes, portanto,...”, declinando os motivos ensejadores do seu pedido. Ao dar explicações, está

escolhendo estratégia de polidez positiva, de solidariedade, estando presente a estratégia 13. Assim, há uma busca na aproximação entre falante e ouvinte (no nosso caso, escritor e leitor) e uma conseqüente diminuição da distância social. A relação de poder é mantida.

Quanto ao fato de dizer que os motivos de direito é que vão determinar e autorizar a propositura da ação está utilizando-se de polidez negativa, já que minimiza a imposição ao juiz (estratégia 4). Há manutenção da distância e do poder.

O Código de Defesa do Consumidor (CDC, Lei n. 8.078, de 11/09/1990), **revela-se aplicável** em todas as circunstâncias onde se verificar a relação jurídica de consumo.

Vemos novamente o emprego da partícula “se”, a qual está minimizando a imposição (sub-estratégia 4). Poderia ter empregado “é aplicável”, o que seria caso de imposição. Assim, mantêm-se a distância e o poder.

No que diz respeito à aplicabilidade do CDC às instituições financeiras, **a questão já se encontra sedimentada no eg. STJ, nos termos da Súmula n. 297**, a saber (negritos nossos):

“Súmula n. 297. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.”

Novamente o advogado se pauta em uma decisão de tribunal, o que tem a função de minimizar a imposição, caracterizando o uso de estratégia de polidez negativa (sub-estratégia 4).

Diante dessa situação, **a presente demanda deverá ser analisada sob a ótica do CDC**, a fim de que se dê a efetiva e adequada tutela aos REQUERENTES, em razão do pólo que ocupam na relação jurídica ora *sub judice*, sendo-lhes devidos todos os direitos e garantias de ordem material e processual propiciados pela legislação consumerista.

No trecho acima, o advogado, além de fundamentar-se na legislação (o CDC, Código de Defesa do Consumidor) - e o respaldo na lei está tirando responsabilidade do autor, atenuando a agressividade em relação à outra parte e em

relação ao magistrado – configurando estratégia de polidez negativa (sub-estratégia 4), também está utilizando a sub-estratégia 7, de impessoalização do ouvinte/juiz. No entanto, prevalece a primeira.

Favor conferir pelas respostas dadas aos seguintes quesitos constantes no Parecer Técnico Contábil n. 736/2008 (em anexo), *verbis* (destaques no original; comentários nossos):
[...]

O emprego novamente de “Favor conferir...” evidencia o uso de estratégia de polidez negativa, ao advogado pedir o favor ao Juiz de conferir as respostas dadas aos quesitos do parecer técnico, configurando a sub-estratégia 7, da impessoalização do juiz, pois há o emprego de “favor conferir”, e não de “confira”. Assim, trata-se de imposição encoberta, em que o uso do infinitivo fez esse papel de retirar o caráter impositivo do imperativo. Assim, há manutenção da distância social e do poder.

Donde, por consequência, asseverar-se [sic] que o desequilíbrio contratual salta aos olhos em uma breve leitura.

Aqui há utilização de estratégia de polidez negativa, com o uso da partícula “se”, havendo uma impessoalização do falante/escritor (sub-estratégia 7). Com isto, os elementos tais como “salta aos olhos” (expressão idiomática de muita força e imposição encoberta) e “uma breve leitura” (expressão idiomática que poderia ser interpretada como ironia, estratégia *off record*) ficam suavizados, por estarem encaixadas no enunciado de polidez negativa.

De plano, **mister citar as doudas lições do mestre ARNALDO RIZZARDO**, em Contratos de Crédito Bancário, Editora RT, p. 239, relativamente à capitalização de juros:
[...]

Presente nesse exemplo a impessoalização do advogado, que diz “mister citar” e não “cito”, estratégia de polidez negativa e sua sub-estratégia 7.

Também configura estratégia de polidez negativa o uso da sub-estratégia 5, em “as doudas lições do mestre...”, mostrando respeito ao poder do mesmo. A figura de presença “doudas lições” encaixa-se no enunciado de polidez negativa, deixando de configurar estratégia *off record*, enfatizando a relação de poder do outro.

Em ambos os trechos citados acima há permanência da distância social entre interlocutores, bem como do poder.

De efeito, pela fórmula e critérios utilizados pela REQUERIDA para o cálculo do seu crédito, **tem-se inabalável certeza da exigência de juros sobre juros**, prática que, conforme determina a lei (Decreto n. 22.626/33, arts. 4º e 11) é nula de pleno direito, porque possibilita a cobrança de juros capitalizados.

Neste exemplo, seguindo a Teoria da Polidez, ao dizer “tem-se”, há impessoalização, minimizando a imposição, ao não dizer “tenho inabalável certeza...”, tratando-se de estratégia de polidez negativa (sub-estratégia 7). Com isso, mantêm-se a distância e o poder. Ademais, pode ser notada a presença da hipérbole “inabalável certeza” que reforçaria esta polidez, embora a Teoria da Polidez não contemple as hipérboles, as quais seriam estratégia *off record*, mas está inserida na sub-estratégia 7 de polidez negativa.

Não há como deixar de concluir, também que a mecânica do financiamento diluído em contratos encadeados e sucessivos, resulta na essência da condenada prática do anatocismo que, como cediço, é proibido inclusive para as operações financeiras, consoante a vigente Súmula n. 121 do Supremo Tribunal Federal, já que a “Súmula 596 não afasta a aplicação da Súmula 121” (RE n. 1000.336, rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA, DJU 24/05/85), entendimento hoje recepcionado **pela totalidade dos tribunais brasileiros**. O inteiro teor da Súmula 121 do STF, abaixo segue: [...]

Estratégia de polidez negativa se faz presente no primeiro trecho em destaque, uma vez que há diminuição da imposição (sub-estratégia 4). Poderia ter escrito “Conclui-se que...”, que seria estratégia de polidez negativa (sub-estratégia 7). Assim, há preservação da distância social, bem como do poder.

A palavra “totalidade” configura o uso de hipérbole, caracterizando estratégia *off record* (sub-estratégia 5), pois está exagerando, aumentando a importância.

Ademais, dessa limitação dos percentuais de juros, **há vedação legal à sua cumulação. Nesse particular, o Decreto 22.626, de 07/04/1933, é claro:**
[...]

Ao se apoiar na lei para fazer sua fundamentação, a parte autora minimiza a imposição de decisão ao juiz (sub-estratégia 4 de polidez negativa), pois coloca a responsabilidade de um futuro provimento jurisdicional a seu favor na lei, e não no juiz, protegendo tanto a sua face, quanto a face negativa do juiz, mantendo a distância e a relação de poder.

Nesse caso, **invoca-se ainda** o comando ínsito contido no artigo 591, do Código Civil (CC), **pois cediço que** a capitalização de juros, sob qualquer ângulo evidenciado, é prática vedada por lei, ou seja, prática nula *pleno jure*. **E sendo dessa forma**, todas as operações firmadas com base nesse critério não podem ser validadas *ex vi* do artigo 166, incisos II e VII, também do CC.

Mais uma vez vemos a presença da partícula “se” como impessoalizadora de do falante, sub-estratégia 7 de polidez negativa para se manter a distância social e o poder.

Na segunda parte destacada, “pois cediço que” pode ser entendido como estratégia de polidez negativa, na sub-estratégia da impessoalização (7), pois não se diz quem sabe, mas que é cediço, ou seja, é sabido, sabe-se, algo que todos sabem. Assim, são mantidos a distância e o poder.

A utilização de “E sendo dessa forma,...” caracteriza o uso de estratégia de polidez positiva, pois o advogado está dando explicações, razões (sub-estratégia 13). Vê-se diminuição da distância social, pela aproximação do falante com o ouvinte. O poder fica preservado.

A necessária e devida prova pericial demonstrará bem a cobrança capitalizada dos juros, configurando-se, assim, a prática de anatocismo por parte da REQUERIDA; que proporcionou, por conseguinte, seu enriquecimento ilícito em detrimento dos REQUERENTES.

Desta vez a parte autora da ação afirma que “a necessária e devida prova pericial demonstrará...” afirmando de modo direto, utilizando o futuro simples, o que configura imposição. Poderia ter requerido a prova pericial, ao invés de afirmar que é necessária, devida, e que ela demonstrará a cobrança, ou seja, não cogita a hipótese de não haver a perícia, colocando-se à frente do juiz, aparentemente fazendo um julgamento. Haveria inversão de papéis, manutenção da distância e afetação da relação de poder. No entanto, essa imposição fica dentro de uma estratégia de polidez negativa, a que tira a responsabilidade do Juiz, configurando impessoalidade (sub-estratégia 7).

Impõe-se, assim, a devolução em dobro de tudo quanto tenha a REQUERIDA cobrado dos REQUERENTES indevidamente, conforme previsão do Código do Consumidor (art. 42, parágrafo único, da Lei n. 8.078/90).

Está afirmando que a devolução em dobro de tudo o que a ré tenha cobrado indevidamente, se impõe, portanto surge, novamente, uma imposição. No entanto, o “se” impessoaliza escritor e leitor, o que configura a sub-estratégia 7 de polidez negativa, a qual predomina em relação ao verbo impositivo. Assim, há manutenção da distância e do poder.

Frise-se bem: o anatocismo é VEDADO no ordenamento jurídico brasileiro, pela Lei de Usura.

Mais uma vez o emprego da partícula “se” como estratégia de polidez negativa, minimizando a imposição por parte do advogado ao juiz (sub-estratégia 4) e impessoalizando a figura do advogado (sub-estratégia 7), prevalecendo esta. Assim, preserva-se a distância social, bem como o poder.

Na seqüência, como que já antecipando eventual defesa que a REQUERIDA venha a formalizar, amparada na Medida Provisória n. 2.170-

36/2001, desde já, **assevera-se** que a mesma não tem aplicação ao caso ora *sub judice*.

A parte em destaque refere-se a estratégia de polidez negativa, mais uma vez, com a partícula “se” impessoalizando a voz do escritor, que deixa de dizer “assevero”. Trata-se do emprego da sub-estratégia 7, mantendo-se a distância e o poder.

E tal se dá em função de que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, devidamente instado, reprimiu o valimento constitucional da autorização legislativa provisória. Com efeito, a decisão de incompatibilidade constitucional da Medida Provisória n. 2.170-36/2001 veio embasada no desrespeito a requisito formal para a adoção do texto provisório, qual seja, a imprescindível situação de urgência (art. 62, *caput*, da CF/88).

No trecho em destaque “E tal se dá em função de que...” há o emprego de estratégia de polidez positiva, de solidariedade (sub-estratégia 13). O advogado dá explicações, razões. Assim, há diminuição da distância social e preservação do poder do juiz.

No entanto, há uma sobreposição de estratégias, pois no segundo trecho sublinhado o advogado recorre novamente a uma decisão de um tribunal, minimizando a imposição, utilizando-se da sub-estratégia 4 de polidez negativa.

De se destacar, assim, que a regra constante no art. 5º da MP n. 2.170-36/2001 teve declarada a sua inconstitucionalidade, o que inviabiliza a sua invocação para amparar a conduta das instituições financeiras.

Novamente a utilização da partícula “se” para impessoalizar a parte autora, por seu advogado, ao invés de dizer “destaco”, estratégia de polidez negativa e sua sub-estratégia 7. Há manutenção da distância e do poder.

Favor conferir o teor da ementa do julgamento do Incidente de Inconstitucionalidade na AC n. 2001.71.00.004856-0/RS, tendo por Relator o Des. Federal Luiz Carlos de Castro Lugon (sublinhas e negritos nossos): [...]

Presente o uso de estratégia de polidez negativa, ao advogado pedir o favor ao juiz de conferir “o teor da ementa...”, configurando a sub-estratégia 7, da impessoalização do juiz, pois há o emprego de “favor conferir”, e não de “confira”. O uso do infinitivo fez esse papel de retirar o caráter impositivo do imperativo. Assim, há manutenção da distância social e do poder.

Assim, considerando que a Medida Provisória n. 2170-36/2001 não tem aplicação ao caso ora *sub judice*, **fica patente** o abuso do poder econômico por parte da REQUERIDA; conduta esta a merecer, bem por isso, retificação por parte do PODER JUDICIÁRIO, mediante a procedência *in totum* desta revisional.

Há minimização da imposição neste caso, pois é o “abuso do poder econômico” que fica patente, retirando responsabilidade do advogado, minimizando a imposição, caracterizando estratégia de polidez negativa (sub-estratégia 4).

No presente caso, a REQUERIDA cobrou da primeira REQUERENTE – e esta efetivamente pagou em parte – **montantes que de maneira nenhuma são devidos, já que encorpados de juros capitalizados**.

Primeiramente, ao dizer “montantes que de maneira nenhuma são devidos”, o advogado está minimizando a imposição, pois não disse “montantes indevidos”. A expressão “de maneira nenhuma”, que, sozinha, seria um exagero, podendo configurar estratégia *off record*, encontra-se dentro de uma estratégia de polidez negativa (sub-estratégia 4).

Na segunda parte destacada, “já que” caracteriza o uso de estratégia de polidez positiva, pois o advogado dá explicações, razões (sub-estratégia 13). A distância social é, assim, encurtada, e o poder permanece.

Portanto, a sanção capitulada no art. 42 do CDC **deve ser aplicada** à REQUERIDA, **em face da** sua conduta ilícita e abusiva, devendo o valor da repetição ser apurado após a realização da prova pericial.

Aqui a impessoalidade, sub-estratégia 7 de polidez negativa, preserva a distância e o poder, bem como atenua a imposição do verbo *dever*.

Na segunda parte destacada há utilização de estratégia de polidez positiva, a sub-estratégia 13, uma vez que o advogado dá explicações, razões. A distância social é diminuída e o poder é mantido.

Art. 6º São direitos básicos do Consumidor:

...

VIII – a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com inversão do ônus da prova, a seu favor, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência;

In casu, perfeitamente possível que a inversão seja deferida, eis que a REQUERIDA tem melhores condições técnicas para demonstrar minuciosamente de que forma chegou aos valores declinados no ora *sub judice*.

O termo “que a inversão seja deferida” está mostrando respeito diante do juiz (sub-estratégia 5), o que é socialmente esperado, pois o advogado requer, e o juiz, defere. Caso de uso de estratégia de polidez negativa, evidenciando a distância e a relação de poder, pois o poder é de quem decide. Há também o uso da sub-estratégia 7, com a impessoalização “seja deferida”, deixando de utilizar “que Vossa Excelência defira”. Prevalece a primeira.

Ainda, nem se compara o poder econômico-financeiro da REQUERIDA, uma das maiores entidades bancárias do país, com a situação financeira em que se encontram os REQUERENTES. **A hipossuficiência é latente, merecendo bem por isso a proteção judicial.**

Ao afirmar que “A hipossuficiência é latente,...”, há uma imposição, mas na segunda parte destacada, há utilização de impessoalização da pessoa do juiz (sub-estratégia 7 de polidez negativa), pois fala em “proteção judicial”, e não do juiz. Assim, resta a preservação tanto da distância, quanto do poder, pois a construção não é direta, é atenuada.

Além do mais, ressalte-se que as alegações formuladas neste petição apresentam inequívoca verossimilhança, devendo também por esse motivo haver a inversão do onus probandi, imputando-se o mesmo à REQUERIDA.

Na primeira e na terceira partes, o advogado utiliza-se de estratégia de polidez negativa, em “ressalte-se” e em “imputando-se”, pois há impessoalidade em relação ao falante, ora escritor (sub-estratégia 7 de polidez negativa).

O verbo *dever*, na segunda parte, apesar de ser impositivo, é atenuado pelo uso do gerúndio, o que minimiza a imposição (sub-estratégia 4 de polidez negativa).

Neste contexto, portanto, seja em relação à hipossuficiência, à capacidade técnica ou à verossimilhança propriamente dita, **a inversão do ônus da prova se impõe como medida para equilibrar a relação entre as partes.**

Apesar do caráter impositivo do verbo *impor*, trata-se de uso de estratégia de polidez negativa, pois há atenuação dessa construção logo após, em “como medida para...”. O “se” impessoaliza o escritor e o leitor, preservando a distância entre eles, bem como o poder do juiz (sub-estratégia 7).

No caso ora em tela, s. m. j., **pela redação do mencionado artigo de lei, verifica-se plenamente cabível tal concessão,** há vista estarem atendidos todos os seus requisitos. **Favor conferir...**

Apoiando-se na redação da lei, o advogado está garantindo a proteção tanto da sua face, quanto da face do juiz, pois afinal é a lei que diz, e não ele. Trata-se de estratégia de polidez negativa, uma vez que minimiza a imposição (sub-estratégia 4).

Na segunda parte destacada, há também estratégia de polidez negativa, pois há impessoalização da voz tanto do escritor como do leitor, com o uso do “se” (sub-estratégia 7).

Na terceira parte em destaque, há uso de estratégia de polidez negativa, ao advogado pedir o favor ao juiz de conferir o artigo citado a seguir, configurando a sub-estratégia 7, da impessoalização do juiz, pois há o emprego de “favor conferir”, e não de “confira”. O uso do infinitivo fez esse papel de retirar o caráter impositivo do imperativo.

Assim, há manutenção da distância social e do poder nos três casos acima.

Principiando pela análise do requisito inserto no *caput*, do artigo 273, do Código de Processo Civil – qual seja: prova inequívoca para convencimento da verossimilhança do alegado -, no caso presente, considerando a exposição dos fatos supra, vale dizer, quanto à forma com que o contrato bancário sobredito foi celebrado, culminando no saldo devedor vultoso e em manifesto locupletamento indevido em favor da REQUERIDA, **nota-se caracterizada plenamente** a prova inequívoca para convencimento da verossimilhança do alegado, eis que os REQUERENTES estão calcados em razões refletas [sic] de juridicidade, havendo, sem dúvida, um direito em potencial a ser protegido, ou seja, **o direito de revisar judicialmente o contrato bancário celebrado entre partes**, de modo a se encontrar o correto saldo devedor ainda pendente de pagamento.

Na primeira parte ressaltada, vemos que há impessoalização com o uso do “se”, o que é característica de estratégia de polidez negativa (sub-estratégia 7).

A segunda, “o direito de revisar judicialmente...”, também revela o emprego de estratégia de polidez negativa, ao impessoalizar a figura do juiz, preservando a face negativa do juiz (sub-estratégia 7). Assim, há manutenção da distância social e também do poder.

Já, no que se refere ao disposto no inciso I, do artigo 273 (Código de Processo Civil), em relação à constatação de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, **os REQUERENTES informam que há notícias de a REQUERIDA já haver procedido** a inclusão dos seus nomes nos cadastros de inadimplentes/mau pagadores [sic] junto à SERASA.

O advogado está sendo convencionalmente indireto, ao afirmar que “há notícias...”, caracterizando estratégia de polidez negativa e sua sub-estratégia 1 (seja convencionalmente indireto). Há, assim, preservação da distância e do poder.

Assim, referida comunicação à SERASA torna a dívida de conhecimento público e daí, **causando transtornos na vida financeira dos REQUERENTES.**

Nesse caso há utilização de estratégia de polidez negativa, está minimizando a imposição, pois há diferença entre “causar transtornos” (sub-estratégia 4) e “haver manifesto prejuízo”. Permanecem preservados distância e poder.

Flagrante, portanto, o manifesto prejuízo aos REQUERENTES, já que quaisquer transações bancárias e/ou comerciais hodiernamente estão sendo precedidas de consultas aos órgãos protetivos de crédito, entre eles, a SERASA.

Trata-se de uso de estratégia de polidez positiva, pois o advogado está dando explicações (sub-estratégia 13).

Além do que, enquanto pendente a lide, a REQUERIDA não poderia se valer do citado meio coercitivo, prejudicando ou arruinando totalmente o crédito dos REQUERENTES na praça, tão só com o propósito de obrigá-los a saldarem o débito; mais ainda no caso presente, onde o mesmo está a se revelar totalmente indevido, **cabendo ao PODER JUDICIÁRIO definir o seu montante** (obs: sendo este exatamente o objeto desta ação revisional).

Na parte destacada aparece estratégia de polidez negativa, uma vez que o advogado faz a opção em dizer que cabe ao Poder Judiciário – e não ao “juiz” – definir o montante do débito. Trata-se da sub-estratégia 7, pois impessoaliza o leitor/juiz. Há, assim, preservação da distância social e do poder do juiz.

A propósito, **a jurisprudência colhida perante o (extinto) Egrégio Tribunal de Alçada do Estado do Paraná (TA/PR), bem demonstra que** em casos semelhantes ao ora em comento, o entendimento dos Eméritos

Magistrados Paranaenses volta-se pela exclusão do nome de devedores (pessoas físicas ou jurídicas), das listas da SERASA ou de qualquer outro cadastro do gênero. **Favor conferir** pelos julgados a seguir reproduzidos, a saber (sublinhas e negritos nossos):

[...]

Justificando o pedido através da jurisprudência, o advogado está dando explicações, para dizer que isso demonstra casos semelhantes, e, assim, utiliza-se de estratégia de polidez positiva (sub-estratégia 13). Há então diminuição da distância social entre advogado e juiz e preservação do poder do juiz.

Na segunda parte em destaque, há uso de estratégia de polidez negativa, ao advogado pedir o favor ao juiz de conferir os julgados a seguir, configurando a sub-estratégia 7, da impessoalização do juiz, pois há o emprego de “favor conferir”, e não de “confira”. O uso do infinitivo fez esse papel de retirar o caráter impositivo do imperativo. Assim, há manutenção da distância social e do poder.

Presente e caracterizado, por conseguinte, o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, exigência que se faz necessária para abalizar a antecipação da tutela, **quanto a se determinar** a baixa/cancelamento da comunicação acerca desta dívida junto à SERASA.

A primeira parte em destaque demonstra o emprego de estratégia de polidez positiva, pois dá explicações (sub-estratégia 13). Há diminuição da distância social e preservação do poder do juiz.

A segunda revela o uso de estratégia de polidez negativa, pelo emprego da partícula “se” e também do verbo “determinar” no infinitivo, o que caracteriza impessoalização e minimização da imposição (sub-estratégias 7 e 4), prevalecendo a primeira. Assim, preserva-se distância e poder.

Decisão esta que deve perdurar até o julgamento final da presente ação, haja vista a flagrante e manifesta irregularidade e mesmo, ilegalidade do suposto saldo devedor, ainda pendente entre partes.

Novamente há presença de um verbo que traz imposição, o verbo *dever*. No entanto esse caráter impositivo é abrandado pela expressão *deve perdurar*, pois trata-se de diminuição da imposição (sub-estratégia 4 de polidez negativa), uma vez que afirma que a decisão é que deve perdurar, e não que a decisão que o Juiz dará deve perdurar, há também uma impessoalização em relação ao Juiz (sub-estratégia 7 de polidez negativa), prevalecendo a primeira.

Assim, primeiramente o advogado utiliza estratégia de polidez negativa, abrandando uma imposição que virá a seguir, no segundo trecho destacado, em que explica por que a decisão deve perdurar, configurando estratégia de polidez positiva (sub-estratégia 13). A expressão “flagrante e manifesta irregularidade” configura caso de impolidez, o que aqui prevalece em relação à estratégia de polidez positiva. Dessa forma, há um encurtamento da distância entre advogado e Juiz, bem como uma inversão na relação de poder.

Entendem, os REQUERENTES, que, **em face da evidente robustez do direito invocado, não se faz necessário o oferecimento de caução; contudo, se Vossa Excelência entender necessária** a prestação de caução, requerem o prazo de 05 (cinco) dias para fazê-lo.

Primeiramente, há emprego de imposição afirmando que “em face da evidente robustez...”, mas é abrandada em “não se faz necessário...” há impessoalização do escritor/leitor, estratégia de polidez negativa (sub-estratégia 7).

Em “contudo, se Vossa Excelência entender necessária...”, há a utilização de estratégia de polidez negativa (sub-estratégia 5), tendo em vista haver respeito ao magistrado.

Ante todo o exposto, após apresentados os fundamentos de fato e de direito que dão ampla guarida ao pedido do provimento estatal, presentes as condições para a regular admissibilidade do exercício do direito de ação, há vista que há legitimidade de partes, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido, **vêm, os REQUERENTES, mui respeitosamente diante deste d. Juízo, pleitear a Vossa Excelência que haja por determinar:**

[...]

Ao final da petição, o advogado requer, em nome dos autores, utilizando-se de estratégia de polidez negativa, e não impõe, como se viu em outros exemplos na mesma petição. Assim, primeiramente mostra respeito pelo magistrado (sub-estratégia 5) e após minimiza a imposição (sub-estratégia 4), pleiteando. Há preservação, então, da distância social entre advogado e juiz, bem como do poder do juiz.

4.4 RESULTADOS DA ANÁLISE

Após a análise e contagem das incidências das estratégias de polidez de Brown e Levinson no nosso *corpus* apresentado nos anexos, temos o seguinte resultado: 1 caso de estratégia *on record*, 91 de polidez positiva, 273 de polidez negativa, 3 de estratégias *off record* e 10 de impolidez.

Os resultados da análise do nosso *corpus* mostram claramente que, prevalecendo as estratégias de polidez negativa, dessa são utilizadas somente as sub-estratégias 1, 4, 5 e 7, ou seja, o repertório é limitado.

A sub-estratégia mais utilizada foi a 4 de polidez negativa, seguida pela 13 de polidez positiva e pela 7 de polidez negativa.

Observamos que alguns casos de imposição que aparecem no *corpus* não podemos considerar como estratégias *on record*, abertas, tal como propostas pela Teoria da Polidez. Por esse motivo preferimos usar o termo *imposição*. Além disso, alguns casos de estratégias *off record* foram computados pela sub-estratégia que prevaleceu no enunciado.

Ressaltamos que em situações em que encontramos sobreposição de estratégias, optamos sempre pela que prevalece. Além disso, observamos que deixamos de analisar as estratégias ocorridas em citações como doutrina e jurisprudência, bem como nas questões direcionadas ao perito (página 115), uma

vez que nosso propósito foi o de analisar a voz dos advogados escritores das petições.

Estratégias e sub-estratégias de Brown e Levinson (1987)		n°
On Record		1
Polidez positiva	1. Perceba o outro. Mostre-se interessado pelos desejos e necessidades do outro.	
	2. Exagere o interesse, a aprovação e a simpatia pelo outro.	
	3. Intensifique o interesse pelo outro.	
	4. Use marcas de identidade de grupo.	
	5. Procure acordo.	
	6. Evite desacordo.	
	7. Pressuponha, declare pontos em comum.	
	8. Faça brincadeiras.	
	9. Explícite e pressuponha os conhecimentos sobre os desejos do outro.	
	10. Ofereça, prometa.	
	11. Seja otimista.	
	12. Inclua o ouvinte na atividade.	
	13. Dê ou peça razões, explicações.	91
	14. Simule ou explícite reciprocidade.	
	15. Dê presentes.	
Polidez negativa	1. Seja convencionalmente indireto.	1
	2. Questione, seja evasivo.	
	3. Seja pessimista.	
	4. Minimize a imposição.	185
	5. Mostre respeito.	7
	6. Peça desculpas.	

	7. Impessoalize o falante e o ouvinte. Evite os pronomes “eu” e “você”.	80
	8. Declare o FTA como uma regra geral.	
	9. Nominalize.	
	10. Vá diretamente como se estivesse assumindo o débito, ou como se não estivesse endividando o ouvinte.	
Off Record (Encoberta)	1. Dê pistas.	
	2. Dê chaves de associação.	
	3. Pressuponha.	
	4. Diminua a importância.	
	5. Exagere, aumente a importância.	3
	6. Use tautologias.	
	7. Use contradições.	
	8. Seja irônico.	
	9. Use metáforas.	
	10. Faça perguntas retóricas.	
	11. Seja ambíguo.	
	12. Seja vago.	
	13. Hipergeneralize.	
	14. Desloque o ouvinte.	
	15. Seja incompleto, use elipse.	
Impolidez		10

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expectativa inicial da pesquisa era a de encontrar no *corpus* evidências de polidez negativa. No entanto, além de polidez negativa, encontramos, também, estratégias de polidez positiva, e também de *off record*, estas últimas em número muito pequeno. Alguns casos de impolidez também foram encontrados.

Independentemente do mérito, ou seja, do resultado do julgamento, é importante ressaltar que, aos olhos do Juiz, é muito relevante que não haja imposições na petição inicial, ou se houver imposição, que seu grau seja limitado. Assim, como vimos na petição analisada, o uso constante de imposição pode causar estranhamento e como consequência provocar efeitos indesejáveis.

Dessa maneira, a grande maioria das imposições encontradas foi atenuada pelo uso de estratégias de polidez negativa, o que nos mostra ser essa característica relevante nos textos jurídicos estudados.

Isso porque a imposição pode causar impressão errônea do leitor da petição (Juiz), ou seja, a quebra das regras de acordos sociais específicos pode interferir no bom andamento da interação social.

Assim, esse efeito de um ato lingüístico ser polido ou impolido tem a ver com a existência de uma norma cultural específica. Como vimos no exemplo de petição de um manual jurídico, há uma forma relativamente fixa de expor os fatos e fazer o pedido na petição inicial de um processo jurídico na área cível, o que foi estrategicamente seguido na maioria dos exemplos do nosso *corpus*.

As imposições ocorridas ficam na maioria das vezes atenuadas pelo uso da polidez negativa. Portanto, se a nossa pergunta foi se a petição inicial pode ser vista como um pedido ou uma exigência, é possível agora concluir que esta é um tipo de pedido, mas com “exigência” implícita, abrandada pela utilização predominante de estratégias de polidez negativa.

O propósito dessa dissertação foi aplicar a Teoria da Polidez proposta por Brown e Levinson (1987). Entretanto, a petição inicial, como gênero textual específico, coloca desafios para a teoria, pois como o texto da petição consiste em períodos bastante longos, apesar da prevalência das estratégias da polidez negativa, aparecem essas sobreposições de outras estratégias. Esse fenômeno merece futuros estudos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, J. C. P. de; SCHMITZ, J. R. **Glossário de lingüística aplicada: português-inglês: inglês-português**. Campinas: Pontes, 1997.

BALLESTEROS MARTÍN, F. J. Mecanismos de atenuación en español e inglés. Implicaciones pragmáticas en la cortesía. **CLAC**, 11, 2002.

BERGER, C. Power, dominance, and social interaction. In: KNAPP, M. L.; GERALD R. m. (Eds.). *Handbook of Interpersonal Communication*. Thousand Oaks: Sage, 450-507. In: LOCHER, M. A. **Power and Politeness in Action: disagreements in oral communication**. Berlim: Mouton de Gruyter, 2004.

BRASIL. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Código de Processo Civil, Brasília, DF, 11 jan. 1973.

BRAVO, D.; BRIZ, A. (Eds.). **Pragmática sociocultural**: estudios sobre el discurso de cortesía en español. Barcelona: Ariel, 2004.

BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness**: some universals in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEEK, T. (Ed.). *Style in language*. Cambridge: MIT Press, 1960. In: LOCHER, M. A. **Power and Politeness in Action: disagreements in oral communication**. Berlim: Mouton de Gruyter, 2004.

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, A. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

COLNAGO, R.; DE SOUZA, J. N. **Prática forense civil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

COULMAS, F. On the sociolinguistic relevance of routine formulae. **Journal of pragmatics**, 3 (3/4), 239-66, 1979.

_____. **Conversational routine**: explorations in standardized communication situations and prepatterned speech. The Hague: Mouton De Gruyter, 1981a.

_____. **Poison to your soul**: thanks and apologies contrastively viewed. The Hague: Mouton De Gruyter, 1981b.

DAVIDSON, J. **Subsequent versions of invitations, offers, requests and proposals dealing with potential or actual rejection**. Irvine: University of California, 1984.

DIAMOND, J. Status and Power in verbal interaction. A Study of Discourse in a Close-knit Social Network. Amsterdam: John Benjamins, 1996. In: LOCHER, M. A. **Power and Politeness in Action**: disagreements in oral communication. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

DICIONÁRIO. **Dicionário latim-português e português-latim**. Porto: Porto Editora, 2006.

DURKHEIM, E. **The elementary forms of the religious life**. London: G. Allen & Unwin, 1915.

ECHEVERRÍA, R. **Ontología del lenguaje**. Buenos Aires: Granica; Juan Carlos Saez, 2006.

EELLEN, G. **A critique of politeness theories**. Manchester: St. Jerome, 2001.

ERVIN-TRIPP, S. On sociolinguistic rules: alternation and co-occurrence. In: GUMPERZ; HYMES (Eds.), 1972. In: BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness**: some universals in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

ESCANDELL, M. V. **Introducción a la pragmática**. 2. ed. Barcelona: Ariel, 1996.

FAIRCLOUGH, N. Language and Power. London: Longman, 1989. In: LOCHER, M. A. **Power and Politeness in Action**: disagreements in oral communication. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

_____. Discourse and Social Change. Cambridge: Polity Press, 1992. In: LOCHER, M. A. **Power and Politeness in Action**: disagreements in oral communication. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

_____. Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language. London: Longman, 1995. In: LOCHER, M. A. **Power and Politeness in Action**: disagreements in oral communication. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

FRASER, B. Conversational mitigation. *Journal of Pragmatics*, IV-4, 341-350, 1980. In: HAVERKATE, H. **La cortesía verbal**: estudio pragmlingüístico. Madrid: Gredos, 1994.

GEERTZ, C. **The religion of Java**. Chicago: Chicago University Press, 1960.

GOFFMAN, E. **Interaction ritual**: essays on face to face behavior. New York: Anchor Books, 1967.

_____. **Relations in public: Microstudies of the public order**. New York, 1971.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, G. (Eds.). **Syntax and semantics**, vol. 3. New York: Academic Press, 1975.

HARRIS, R. **Truth and politeness**: a study in the pragmatics of Egyptian Arabic conversation. Unpublished Ph. D. dissertation. Cambridge: University of Cambridge Press, 1984.

HAVERKATE, H. **La cortesía verbal**: estudio pragmlingüístico. Madrid: Gredos, 1994.

HOLMES, J. Women, Men and Politeness. New York: Longman, 1995. In: LOCHER, M. A. **Power and Politeness in Action**: disagreements in oral communication. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

HOLMES, J.; STUBBE M. **Power and politeness in the workplace**. Great Britain: Longman, 2003.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Les Interactions Verbales**. Paris: Armand Colin, 1992.

_____. A multilevel approach in the study of talk-in-interaction. **Pragmatics**, 7/1, 1-20, 1997.

_____. ¿Es universal la cortesía? In: BRAVO, D.; BRIZ, A. (Eds.). **Pragmática sociocultural**: estudios sobre el discurso de cortesía en español. Barcelona: Ariel, 2004. p. 39-53.

LAKOFF, R. T. **The logic of politeness; or minding your p's and q's'**. Chicago Linguistics Society, 8, 292-305, 1973.

_____. **Talking power**: The politics of language in our lives. New York: Basic, 1990.

LEECH, G. N. **Principles of pragmatics**. London: Longman, 1983.

LOCHER, M. A. **Power and Politeness in Action**: disagreements in oral communication. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

MAYNARD-SMITH, J. Origin of social behaviour. In **Origins**. Cambridge: A. C. Fabian, 1987.

MILLS, S. **Gender and politeness**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

NG, S. H.; BRADAC, J. J. Power in language. Verbal Communication and Social Influence. Newbury Park: Sage, 1993. In: LOCHER, M. A. **Power and Politeness in Action**: disagreements in oral communication. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

O'BARR, W. M. Linguistic evidence: language, power and strategy in the courtroom. New York, 1982.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 554.691-2 da 13ª Câmara Cível. Relatora Desembargadora Rosana Andriguetto de Carvalho. Curitiba, 2009.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 555.902-4 da 13ª Câmara Cível. Relatora Desembargadora Rosana Andriguetto de Carvalho. Curitiba, 2009.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 578.319-7 da 13ª Câmara Cível. Relatora Desembargadora Rosana Andriguetto de Carvalho. Curitiba, 2009.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 603.386-9 da 13ª Câmara Cível. Relatora Desembargadora Rosana Andriguetto de Carvalho. Curitiba, 2009.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 605.070-4 da 13ª Câmara Cível. Relatora Desembargadora Rosana Andriguetto de Carvalho. Curitiba, 2009.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 611.312-4 da 13ª Câmara Cível. Relatora Desembargadora Rosana Andriguetto de Carvalho. Curitiba, 2009.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 618.086-7 da 13ª Câmara Cível. Relatora Desembargadora Rosana Andriguetto de Carvalho. Curitiba, 2009.

STRECKER, I. **Symbolization**: an anthropological analysis. London: Athlone Press, 1988.

TANNEN, D. **Gender and Discourse**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

THOMAS, J. **The language of unequal encounters: a pragmatic analysis of a Police interview**. Paper read at the Hatfield Conference on Discourse Analysis, Hatfield Polytechnic, 1983.

_____. The language of Power: towards a dynamic pragmatics. **Journal of Pragmatics**, 9 (6), 199-216, 1985.

WARTENBERG, T. E. **The Forms of Power. From Domination to Transformation**. Philadelphia: Temple University Press, 1990.

WATTS, R. **Power in family discourse**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1991.

WIERZBICKA, A. A semantic metalanguage for a crosscultural comparison of speech acts and speech genres. **Language in Society**, 14(4), 491-514, 1985.

YOUNG, L. Crosstalk and Culture in Sino-American Communication. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. In: EELEN, G. **A critique of politeness theories**. Manchester, St. Jerome, 2001.

ANEXOS

LEGENDA.....88

ANEXO 1.....89

ANEXO 2.....104

ANEXO 3.....121

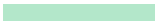







ANEXO 4.....132

ANEXO 5.....141

ANEXO 6.....160

ANEXO 7.....169

LEGENDA

	Sub-estratégia de polidez positiva 13
	Sub-estratégia de polidez negativa 1
	Sub-estratégia de polidez negativa 4
	Sub-estratégia de polidez negativa 5
	Sub-estratégia de polidez negativa 7
	Sub-estratégia <i>off record</i> 5
	Estratégia <i>on record</i>
	Impolidez

ANEXO 1

PARANÁ. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 605070-4 da 13ª Câmara Cível.
Relatora Desembargadora Rosana Andriguetto de Carvalho.

1068/08



BARROS MARTINS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

02

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da ___ª **Vara Cível** do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Paraná



OAB-PR 14.341-2008-13-06-00000-1/2

HELAINÉ MANFREDINI,

brasileira, solteira, cirurgiã dentista, portadora da CI/RG n. 6.029.321-0-PR, inscrita ao CPF/MF sob o n. 017.317.329-29, residente e domiciliada à Rua Ariosvaldo Moreira, n. 393, no município de Curitiba, Estado do Paraná; e,

FABRICIO ALEXANDRE BOVO,

brasileiro, casado, cirurgião dentista, portador da CI/RG n. 6.434.663-6-PR, inscrito ao CPF/MF sob o n. 031.439.949-67, residente e domiciliado à Rua Myltho Anselmo da Silva, n. 144, no município de Curitiba, Estado do Paraná;

por seus comuns procuradores adiante assinados, advogados inscritos na OAB/PR sob os ns. 19.608 e 17.434, ambos com escritório à Av. Des. Hugo Simas, n. 1.513, Jardim Schaffer, no município de Curitiba, Estado do Paraná, conforme inclusos instrumentos particulares de mandato, vêm, mui respeitosamente diante de Vossa Excelência, amparados na prerrogativa constante do artigo 421, do Código Civil, pelo rito processual estabelecido no artigo 282 e seguintes do Código de Processo Civil, apresentar

**AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATOS
(COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA)**

contra **AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita ao CNPJ sob o n. 07.707.650/0115-89, estabelecida à Rua Pasteur, n. 463, 1º e 2º andares, Batel, no município de Curitiba, Estado do Paraná (CEP: 80.250-080), o que fazem pelas razões de fato e de direito a seguir enunciadas:

1



BARROS MARTINS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

03

A - FATOS

A.1 - DA PROPOSTA DE CRÉDITO E ADESAO

A primeira REQUERENTE celebrou com a REQUERIDA o seguinte contrato (obs: onde o segundo REQUERENTE figurou como "Devedor Solidário"):

a) Proposta de Crédito e Adesão n. 20011220052

- | | |
|----------------------------------|-----------------------------------|
| - data financiamento: 30/08/2006 | - data 1º vencimento: 30/09/2006 |
| - data de término: 30/08/2009 | - valor da prestação: R\$ 526,26 |
| - quantidade de prestações: 36 | - taxa efetiva mês: 2,3237600% |
| - taxa efetiva ano: 31,74% | - valor financiado: R\$ 12.570,14 |
| - TAC: R\$ 50,00 | - TEC: R\$ 4,00 |
| - IOF: R\$ 171,25 | - parcelas pagas: 20 |

Acontece, porém, que neste contrato houve cálculo do principal mais juros extorsivos embutidos nas prestações futuras, culminando assim em vultoso e irreal saldo devedor.

Tendo em vista o descaso e pouca consideração da REQUERIDA, quanto a cobrar valores abusivos e exagerados, os REQUERENTES não vislumbram outra alternativa, senão o ajuizamento da presente ação.

B - DIREITO

B.1 - RAZÕES JURÍDICAS PARA A REVISÃO DO CONTRATO

Na parte concernente ao direito geral das obrigações, uma das alterações mais significativas processadas pelo novo Código Civil (Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2.002), foi a que tem por fundamento a manutenção do equilíbrio econômico do contrato, princípio há muito consagrado na doutrina e jurisprudência.

Assim, o princípio *pacta sunt servanda* (os contratos devem ser cumpridos) sofre um abrandamento, daí havendo a necessidade de intervenção do Poder Judiciário, de modo a restaurar a igualdade contratual entre partes.

Segundo o novo Código Civil, as disposições sobre a onerosidade excessiva, a teor dos artigos 478 usque 480, revelam-se inaugurais, porque não contempladas no velho Código, de 1916. Favor conferir na íntegra o disposto no artigo 480, a saber (sublinhas e negritos nossos):



"Art. 480. Se no contrato as obrigações couberem a apenas uma das partes, poderá ela pleitear que a sua prestação seja reduzida, ou alterado o modo de executá-la, a fim de evitar a onerosidade excessiva."

Donde, portanto, pelas novas previsões agora encartadas na codificação, poder-se fazer algumas considerações, a saber: **a)** aplicação restrita aos contratos de execução continuada ou diferida; **b)** modificação equitativa das condições contestadas, pela parte beneficiada, na hipótese de continuidade do pactuado; e **c)** redução de valor ou alteração da forma de execução da prestação, nos contratos cujas obrigações são unilaterais, por sua natureza.

Em outro viés de interpretação, na matéria focada, o insigne MIGUEL REALE, que liderou a etapa final da elaboração da nova codificação civil, suscita que o desfazimento da avença, diante da onerosidade excessiva, figura como um dos "meios de preservar o equilíbrio contratual", vinculando ademais a possibilidade rescisória ao denominado cunho social dos ajustes, como prescreve o novo Código.

Não se pode tirar de vista ademais, que a tudo o quanto foi dito acima, soma-se o aspecto relacionado com a função social do contrato. Com efeito, o contrato, mesmo este objeto da presente revisional, possui várias funções e dentre essas funções destaca-se obviamente a econômica, que é a que mais interessa para o momento.

Dispõe art. 421, do Código Civil (destaques nossos):

"Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato."

Daí vale observar a lição de NELSON NERY JÚNIOR E ROSA MARIA DE ANDRADE NERY (in Código Civil Anotado e Legislação Extravagante, São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2003, 2ª ed., a fls. 336, negritos no original e nossos; sublinhas nossas):

"5. Função social do contrato. (...) Essa liberdade parcial de contratar, com objetivo de fazer circular riqueza, tem de cumprir sua função social, tão ou mais importante do que o aspecto econômico do contrato. Por isso fala-se em fins econômico-sociais do contrato como diretriz para sua existência, validade e eficácia. Como a função social é cláusula geral, o juiz poderá preencher os claros do que significa essa função social, com valores jurídicos, sociais, econômicos e morais. A



BARROS MARTINS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

05

solução será dada diante do que se apresentar, no caso concreto, ao juiz. Poderá proclamar a inexistência do contrato por falta de objeto; declarar sua nulidade por fraude à lei imperativa (CC 166 VI), porque a norma do CC 421 é de ordem pública (CC 2035 par. ún.); convalidar o contrato anulável (CC 171 e 172); determinar a indenização da parte que desatendeu a função social do contrato etc. São múltiplas as possibilidades que se oferecem como soluções ao problema do **desatendimento** à cláusula geral da **função social** do contrato".

Estes, portanto, os motivos de direito a determinarem e mesmo autorizarem a propositura da presente ação, visando a **revisão** via judicial do contrato bancário acima mencionado, no sentido a se proceder à **dedução** de valores já pagos, aplicando-se juro na forma **legal** e justa.

B.2 - APLICAÇÃO DO CDC

O Código de Defesa do Consumidor (CDC, Lei n. 8.078, de 11/09/90), **revela-se aplicável** em todas as circunstâncias onde se verificar a relação jurídica de consumo.

No que diz respeito à aplicabilidade do CDC às instituições financeiras, **a questão já se encontra sedimentada no eg. STJ, nos termos da Súmula n. 297**, a saber (negritos nossos):

"Súmula n. 297. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras."

Diante dessa situação, **a presente demanda deverá ser analisada sob a ótica do CDC**, a fim de que se dê a efetiva e adequada tutela aos REQUERENTES, em razão do pólo que ocupam na relação jurídica ora *sub judice*, sendo-lhes devidos todos os direitos e garantias de ordem material e processual propiciados pela legislação consumerista.

B.3 - ONEROSIDADE EXCESSIVA DO CONTRATO FIRMADO

VILSON RODRIGUES ALVES (in Responsabilidade Civil dos Estabelecimentos Bancários, Ed. BookSeller, 1999, 2ª ed, v. 1, pág. 644 - sublinhas e negritos nossos) ensina:

O que serve a justificar a irradiação da ação de revisão do contrato bancário é a **onerosidade excessiva** do devedor, em decorrência de



circunstâncias objetivas razoavelmente imprescindíveis, se não é a hipótese mesma de **desproporcionalidade** entre o que ele recebeu e o que há, em contrapartida, de prestar ao credor.

No caso em tela, os REQUERENTES consultaram o Sr. Mario Miranda (Contador - CRC/PR n. 028.384/0-6), a fim de que o mesmo procedesse uma perícia, após o que constatou **onerosidade excessiva** no que haviam contratado com a REQUERIDA.

Favor conferir pelas respostas dadas aos seguintes quesitos constantes no **Parecer Técnico Contábil n. 736/2008** (em anexo), verbis (destaques no original; comentários nossos):

1. Apurar o sistema de amortização utilizado pelo banco no cálculo do valor das prestações do empréstimo efetuado;

Resposta: **As planilhas anexas trazem os cálculos solicitados, onde restou demonstrado que o sistema de amortização utilizado pelo banco foi o "Sistema de Amortização Francês - Tabela Price";**

2. Apurar a taxa de juros praticada pelo banco no contrato de empréstimo, aplicando-os de forma simples e demonstrar o montante exigido pelo banco a título de juros sobre juros;

Resposta: **A taxa de juros encontra-se demonstrada nas planilhas anexas, onde restou apurado os seguintes valores exigidos a título de juros sobre juros.**

Contrato	Valor dos Juros sobre juros
20011220052	2.141,75
Total	2.141,75

COMENTÁRIOS - Em relação à resposta ao quesito 2 supra, o valor exigido pela REQUERIDA totalizou "R\$ 19.630,46", enquanto que, uma vez recalculado pelo Contador, somou "R\$ 17.488,71", daí redundando na **diferença em prol dos REQUERENTES** de "R\$ 2.141,75" (cf. planilha de fls. 4/4 em anexo).

Donde, por consequência, asseverar-se que o **desequilíbrio contratual** salta aos olhos em uma breve leitura.

B.4 - VEDAÇÃO DO ANATOCISMO (CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS)

De plano, mister citar as doudas lições do mestre **ARNALDO RIZZARDO**, em Contratos de Crédito Bancário, Editora RT, p. 239, relativamente à capitalização de juros:



BARROS MARTINS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

"Conhece-se ainda, a capitalização de juros, que é a soma de seu montante ao capital, para efeito de produzir juros, isto é, corresponde à operação que envolve o cálculo de juros sobre juros adicionados ao capital."

De efeito, pela fórmula e critérios utilizados pela REQUERIDA para o cálculo do seu crédito, **tem-se inabalável certeza da exigência de juros sobre juros**, prática que, conforme determina a lei (Decreto n. 22.626/33, arts. 4º e 11) é **nula** de pleno direito, porque possibilita a cobrança de juros capitalizados.

Não há como deixar de concluir, também, que a mecânica do financiamento diluído em contratos encadeados e sucessivos, resulta na essência da condenada prática do **anatocismo** que, como cediço, é proibido inclusive para as operações financeiras, consoante a vigorante Súmula n. 121 do Supremo Tribunal Federal, já que a **"Súmula 596 não afasta a aplicação da Súmula 121"** (RE n. 100.336, rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA, DJU 24/05/85), entendimento hoje recepcionado **pela totalidade dos tribunais brasileiros**. O inteiro teor da Súmula 121 do STF, abaixo segue:

"Súmula 121. É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada."

Ademais, dessa limitação dos percentuais de juros, **há vedação legal à sua cumulação**. Nesse particular, o Decreto 22.626, de 07/04/1933, é claro:

"Art. 4º. É proibido contar juros dos juros; esta proibição não compreende a acumulação de juros vencidos aos saldos líquidos em conta corrente de ano a ano."

Nesse caso, invoca-se ainda o comando ínsito contido no artigo 591, do Código Civil (CC), **pois cediço que** a capitalização de juros, sob qualquer ângulo evidenciado, é prática vedada por lei, ou seja, prática nula *pleno jure*. **E sendo dessa forma**, todas as operações firmadas com base nesse critério não podem ser validadas ex vi do artigo 166, incisos II e VII, também do CC.

A necessária e devida prova pericial demonstrará bem a cobrança capitalizada dos juros, configurando-se, assim, a prática de anatocismo por parte da REQUERIDA; que proporcionou, por conseguinte, seu enriquecimento ilícito em detrimento dos REQUERENTES.



Impõe-se, assim, a devolução em dobro de tudo quanto tenha a REQUERIDA cobrado dos REQUERENTES indevidamente, conforme previsão do Código do Consumidor (art. 42, parágrafo único, da Lei n. 8.078/90).

Frise-se bem: o anatocismo é VEDADO no ordenamento jurídico brasileiro, pela Lei de Usura.

B.5 - INAPLICABILIDADE DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.170-36/2001

Na seqüência, como que já antecipando eventual defesa que a REQUERIDA venha a formalizar, amparada na Medida Provisória n. 2.170-36/2001, desde já, assevera-se que a mesma não tem aplicação ao caso ora *sub judice*.

E tal se dá em função de que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, devidamente instado, reprimiu o valimento constitucional da autorização legislativa provisória. Com efeito, a decisão de incompatibilidade constitucional da Medida Provisória n. 2.170-36/2001 veio embasada no desrespeito a requisito formal para a adoção do texto provisório, qual seja, a imprescindível situação de urgência (art. 62, *caput*, da CF/88).

De se destacar, assim, que a regra constante no art. 5º da MP n. 2.170-36/2001 teve declarada a sua inconstitucionalidade, o que inviabiliza a sua invocação para amparar a conduta das instituições financeiras.

Favor conferir o teor da ementa do julgamento do Incidente de Inconstitucionalidade na AC n. 2001.71.00.004856-0/RS, tendo por Relator o Des. Federal Luiz Carlos de Castro Lugon (sublinhas e negritos nossos):

INCIDENTE DE ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE CRÉDITO ROTATIVO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS EM PERIODICIDADE INFERIOR A UM ANO. SUSCITADA A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 5º DA MP Nº 2.170, DE 23/08/2001, PERANTE A CORTE ESPECIAL.

1. Até o advento da indigitada MP nº 1.963-17, publicada em 31/03/2000 (MP nº 2.170, de 23/08/2001 - última edição), a capitalização dos juros mês a mês, nos contratos de abertura de crédito rotativo em conta-corrente - cheque especial - e nos contratos de renegociação, à mingua de legislação especial que a autorizasse, estava expressamente vedada.



BARROS MARTINS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

09

2. Estavam excluídos da proibição os contratos previsto no Decreto-lei nº 167, de 14/02/67, no Decreto-lei 413, de 09/01/69 e na Lei 6.840, de 03/11/80, que dispõe sobre títulos de crédito rural, título de crédito industrial e títulos de crédito comercial, respectivamente.

3. O Executivo, extrapolando o permissivo constitucional, tratou de matéria antiga, onde evidentemente não havia pressa alguma, eis que a capitalização de juros é matéria que remonta à época do Decreto nº 22.626/33 (Lei de Usura). A gravidade é ainda maior quando se tem em conta que a capitalização de juros em contratos bancários e financeiros tem implicações numa significativa gama de relações jurídicas.

4. Não verificado o requisito "urgência" no que se refere à regulamentação da capitalização dos juros em período inferior a um ano. Especialmente quando se trata de uma MP que, dispondo sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, dá providências sobre a capitalização de juros para as instituições financeiras.

5. Não se pode reputar urgente uma disposição que trate de matéria há muito discutida, e que, arditosamente foi enxertada na Medida Provisória, já que trata de tema totalmente diverso do seu conteúdo. Além disto, estatui preceito discriminatório, porque restringe a capitalização de juros questionada unicamente às instituições financeiras. A urgência, portanto, só se verifica para os próprios beneficiados pela regra, já que, para todos os demais, representa verdadeiro descompasso entre a prestação e a contra-prestação, além de onerar um contrato que por natureza desigual os contratantes (de adesão). (DJU em 08.09.2004).

Assim, considerando que a Medida Provisória n. 2.170-36/2001 não tem aplicação ao caso ora *sub judice*, fica patente o abuso do poder econômico por parte da REQUERIDA; conduta esta a merecer, bem por isso, retificação por parte do PODER JUDICIÁRIO, mediante a procedência *in totum* desta revisional.

C - PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 42, DO CDC

Dispõe o parágrafo único, do art. 42, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, que:



BARROS MARTINS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

10

Art. 42. ...

Parágrafo único - O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

No presente caso, a REQUERIDA cobrou da primeira REQUERENTE - e esta efetivamente pagou em parte - **montantes que de maneira nenhuma são devidos, já que encorpados de juros capitalizados.**

Portanto, **a sanção capitulada no art. 42 do CDC deve ser aplicada à REQUERIDA, em face da** sua conduta ilícita e abusiva, devendo o **valor da repetição** ser apurado após a realização da **prova pericial.**

D - A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

O CDC estabelece no art. 6º, inciso VIII, como direito básico do consumidor que o Juiz poderá (= deverá) inverter o ônus da prova, a fim de facilitar a defesa dos seus direitos, quando forem verossímeis suas alegações ou for ele hipossuficiente, verbis:

Art. 6º São direitos básicos do Consumidor:

...

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com inversão do ônus da prova, a seu favor, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência;

In casu, perfeitamente possível que a inversão seja deferida, eis que a REQUERIDA tem melhores condições **técnicas** para demonstrar minuciosamente de que forma chegou aos valores declinados no ora *sub judice*.

Ainda, nem se compara o poder econômico-financeiro da REQUERIDA, uma das maiores entidades bancárias do país, com a situação financeira em que se encontram os REQUERENTES. **A hipossuficiência é latente, merecendo bem por isso a proteção judicial.**

Além do mais, ressalte-se que as alegações formuladas neste petição apresentam inequívoca verossimilhança, devendo também por esse motivo haver a inversão do onus probandi, imputando-se o mesmo à REQUERIDA.

9



Neste contexto, portanto, seja em relação à hipossuficiência, à capacidade técnica ou à verossimilhança propriamente dita, a inversão do ônus da prova se impõe como medida para equilibrar a relação entre as partes.

E - A TUTELA ANTECIPADA

Estabelece o art. 273, § 7º, do CPC, o seguinte:

Art. 273. O Juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca da verossimilhança da alegação e:

I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação;

...

§ 7º Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.

No caso ora em tela, s. m. j., pela redação do mencionado artigo de lei, verifica-se plenamente cabível tal concessão, haja vista estarem atendidos todos os seus requisitos. Favor conferir...

Principiando pela análise do requisito inserto no *caput*, do artigo 273, do Código de Processo Civil - qual seja: prova inequívoca para convencimento da verossimilhança do alegado -, no caso presente, considerando a exposição dos fatos supra, vale dizer, quanto à forma com que o contrato bancário sobredito foi celebrado, culminando no saldo devedor vultoso e em manifesto locupletamento indevido em favor da REQUERIDA, nota-se caracterizada plenamente a prova inequívoca para convencimento da verossimilhança do alegado, eis que os REQUERENTES estão calcados em razões refletas de juridicidade, havendo, sem dúvida, um direito em potencial a ser protegido, ou seja, o direito de revisar judicialmente o contrato bancário celebrado entre partes, de modo a se encontrar o correto saldo devedor ainda pendente de pagamento.

Já, no que se refere ao disposto no inciso I, do artigo 273 (Código de Processo Civil), em relação à constatação de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, os REQUERENTES informam que há notícias de a REQUERIDA já haver procedido a inclusão dos seus nomes nos cadastros de inadimplentes/mau pagadores junto à SERASA.



Assim, referida comunicação à SERASA torna a dívida de conhecimento público e daí, causando transtornos na vida financeira dos REQUERENTES.

Flagrante, portanto, o manifesto prejuízo aos REQUERENTES, já que quaisquer transações bancárias e/ou comerciais hodiernamente estão sendo precedidas de consultas aos órgãos protetivos de crédito, entre eles, a SERASA.

Além do que, enquanto pendente a lide, a REQUERIDA não poderia se valer do citado meio coercitivo, prejudicando ou arruinando totalmente o crédito dos REQUERENTES na praça, tão só com o propósito de obrigá-los a saldarem o débito; mais ainda no caso presente, onde o mesmo está a se revelar totalmente indevido, cabendo ao PODER JUDICIÁRIO definir o seu montante (obs: sendo este exatamente o objeto desta ação revisional).

A propósito, a jurisprudência colhida perante o (extinto) Egrégio Tribunal de Alçada do Estado do Paraná (TA/PR), bem demonstra que em casos semelhantes ao ora em comento, o entendimento dos Eméritos Magistrados Paranaenses volta-se pela exclusão do nome de devedores (pessoas físicas ou jurídicas), das listas da SERASA ou de qualquer outro cadastro do gênero. Favor conferir pelos julgados a seguir reproduzidos, a saber (sublinhas e negritos nossos):

a) Agravo de instrumento n. 204869-9

Relator: Antenor Demeterco Junior

Dados da Publicação: DJ: 6207

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - **EXCLUSÃO DO NOME DOS EXECUTADOS DO SERASA - DEMANDA DE EMBARGOS SOBRE CONTRATO PENDENTE - TUTELA PARCIAL ANTECIPADA - DEFERIMENTO DO PEDIDO** - NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO;

b) Apelação cível n. 166474-4

Relator: Lídio J. R. de Macedo

Dados da Publicação: DJ: 5992

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS DO DEVEDOR, - CÉDULA DE CRÉDITO RURAL - DL. 167/67, LEI Nº 6840/80. - TÍTULO EXECUTIVO. - (. . .) - **SERASA, EXCLUSÃO**. - SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. - RECURSO DO PRIMEIRO E SEGUNDO APELANTES, PROVIDOS PARCIALMENTE. I. (. . .). V. **A prematura divulgação de dados sobre a agravada pelo Serasa e órgãos afins, causa danos de difícil reparação, em razão de**



BARROS MARTINS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

13

que não pode ser considerado devedor, quando pendente decisão judicial que visa a revisão para a regularidade contratual. Por esta razão, constrangedora é a medida adotada pelas instituições bancárias de incluir o nome dos possíveis devedores, quando sequer houve decisão judicial condenatória;

c) Apelação cível n. 170138-2

Relator: Manassés de Albuquerque

Dados da Publicação: DJ: 5881

Ementa: 1.PRELIMINAR. (...) 2. MÉRITO. (...) INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR NOS CADASTROS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE, ENQUANTO SE DISCUTE A DÍVIDA EM JUÍZO. (. . .)

"Não demonstrado o perigo de dano para o credor, não há como deferir seja determinada a inscrição do nome do devedor no SPC ou SERASA, mormente quando este discute em ações aparelhadas os valores sub judice, (...)." O devedor usou dos expedientes legais para defesa dos direitos que entende ser titular e, ademais, não ficou demonstrado que sua pretensão foi falsamente formulada, não podendo, desta forma, ser considerado litigante de má-fé;

Presente e caracterizado, por conseguinte, o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, exigência que se faz necessária para abalizar a antecipação da tutela, quanto a se determinar a baixa/cancelamento da comunicação acerca desta dívida junto à SERASA.

Decisão esta que deve perdurar até o julgamento final da presente ação, haja vista a flagrante e manifesta irregularidade e mesmo, ilegalidade do suposto saldo devedor, ainda pendente entre partes.

F - DA CAUÇÃO

Entendem, os REQUERENTES, que, em face da evidente robustez do direito invocado, não se faz necessário o oferecimento de caução; contudo, se Vossa Excelência entender necessária a prestação de caução, requerem prazo de 05 (cinco) dias para fazê-lo.

G - REQUERIMENTO

12



14

Ante todo o exposto, após apresentados os fundamentos de fato e de direito que dão ampla guarida ao pedido do provimento estatal, presentes as condições para a regular admissibilidade do exercício do direito de ação, haja vista que há legitimidade de partes, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido, vêm, os REQUERENTES, mui respeitosamente diante deste d. Juízo, pleitear a Vossa Excelência que haja por determinar:

a) Incontinenti, a antecipação da tutela em caráter liminar, inaudita altera parte, para determinar a baixa/cancelamento da comunicação acerca desta dívida junto à SERASA, em relação a ambos os REQUERENTES, mediante expedição de ofício;

b) Ainda em caráter preliminar, desde logo, a inversão do ônus probatório, em face da verossimilhança das alegações dos REQUERENTES, além da sua manifesta hipossuficiência, nos termos do art. 6º, inciso VIII do CDC;

c) Corolário natural da ordem supra, daí, a citação (via postal, através de carta c/AR) da AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A (qualificação e endereço: pessoa jurídica de direito privado, inscrita ao CNPJ sob o n. 07.707.650/0115-89, estabelecida à Rua Pasteur, n. 463, 1º e 2º andares, Batel, no município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.250-080), para responder, querendo, aos termos da presente ação, pelos motivos aduzidos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de confissão e revelia, conforme prescrição do artigo 285, do Código de Processo Civil;

d) Na seqüência, após percorridas todas as fases processuais, uma vez reconhecida a função social do contrato, bem como, a aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao presente caso, daí, procedendo-se à revisão do contrato bancário sobredito, seja determinado:

d.1) O afastamento da capitalização de juros sobre juros, em virtude do anatocismo ser prática ilegal e escusa no ordenamento jurídico brasileiro;

d.2) Que seja determinada a restituição em dobro de eventuais importâncias cobradas a maior, se algo sobejar em favor dos REQUERENTES, após a compensação com aquilo que efetivamente resultar devido;

e) Em quaisquer das hipóteses, espera-se a condenação da REQUERIDA nas custas processuais e em verba honorária (arbitrada em 20% sobre o valor da ação), conforme previsão do artigo 20, § 3º, do CPC.

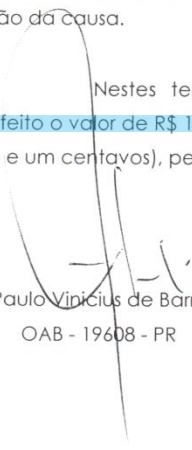


BARROS MARTINS
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Por ocasião da instrução processual, os REQUERENTES protestam provar suas alegações mediante a produção da **prova documental**; **prova testemunhal**; mais o **depoimento pessoal** do representante legal da REQUERIDA, sob pena de confesso; **prova pericial**, de modo a possibilitar a aferição do real saldo devedor da dívida; além de outras provas admissíveis em direito, que por ventura se fizerem necessárias à perfeita elucidação da causa.

Nestes termos, com os documentos em anexo, atribuindo-se ao presente feito o valor de R\$ 17.488,71 (dezessete mil e quatrocentos e oitenta e oito reais e setenta e um centavos), pedem e esperam receber deferimento.

Curitiba, 11 de julho de 2008


Paulo Vinicius de Barros Martins Jr.
OAB - 19608 - PR


Marcos Sérgio J. Martins
OAB - 17434 - PR

ANEXO 2

PARANÁ. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 578319-7 da 13ª Câmara Cível.
Relatora Desembargadora Rosana Andriguetto de Carvalho.

ALESSANDRA MISKALO LESAK
OAB/PR 30.873
ADVOGADA

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Colombo Estado do Paraná



ORDENADO VARA CÍVEL DE COLOMBO 27/MAR 14 2008

Por sua procuradora e advogada que ao final assina, devidamente inscrita na OAB-PR sob nº 30.873, com endereço profissional no impresso abaixo indicado, onde recebem as comunicações processuais de estilo, **Adilson Luiz Coraiolla**, brasileiro, casado, Técnico em Informática, portador do RG nº 1.233.902-0, SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 358.091.839-72, residente e domiciliada na Av das Orquídeas nº 814, CEP: 83411-360, Bairro Parque Monte Castelo, Cidade de Colombo Pr, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor a presente

**AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS C.C.
ANTECIPAÇÃO DE TUTELA**

em face de **BANCO DO BRASIL S/A**, Instituição Financeira com sede na Quadra 01 bloco A Lote 23 Edifício Sede 01 Asa Sul Brasília Capital Federal, na pessoa de um de seus Gerentes ou Representante Legal da Agência 3275-1 - Agência Bairro Alto, localizada na Rua José de Oliveira Franco, nº 2837, Bairro Alto, CEP.. 82.840-000 Cidade Curitiba Capital, cujá citação deverá ocorrer na pessoa de um dos gerentes desta agência pois foi com esta, que se realizou o negócio que ora se discute, pelas razões de fato e de direito que a seguir expõe:

I - DOS FATOS:

O Autor, é consumidor dos serviços prestados pela Requerida, sendo titular da Conta Corrente nº 6.501-3 celebrado junto a agência 3275-1 - Agência Bairro Alto - Cidade de Curitiba Capital. Assim, perfeitamente cabível a citação na pessoa de um dos gerentes ou representante legal

1

Praça Zacarias, 80, 9º andar conj. 901, Telefax: (0**41)3357-0330 Curitiba-Pr CEP 80020-000
e-mail: ale_miskalo@hotmail.com

ALESSANDRA MISKALO LESAK
OAB/PR 30.875-03
ADVOGADA



da mencionada instituição financeira porque é nesta agência que ocorre o negócio que se discute e principalmente porque o Código de Defesa do Consumidor veda situações que coloquem o consumidor em situação de excessiva desvantagem, como é o caso dos arts. 6º, IV e VIII e 51, I e IV. Neste sentido oportunos os julgados abaixo, verbis:

" Não estando presentes as circunstâncias previstas no art. 215, parágrafo primeiro, do CPC, a citação da ré - pessoa jurídica - deve operar-se através de seu representante legal " (STJ-JTAERGS 78/375)

In BONIJURIS 23371

Verbete: CITAÇÃO - PESSOA JURÍDICA - OFICIAL DE JUSTIÇA - Averiguação dos poderes de REPRESENTANTE LEGAL - Incabimento - Aplicação da teoria da Aparência - Nulidade inexistente - TJ/SC - Órgão Julgador: 1ª Câ. Cív. Relator: Carlos Prudêncio

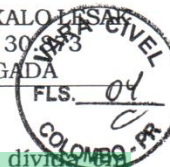
Agravo de Instrumento - Citação - Nulidade inexistente. Aquele que se diz representante legal de pessoa jurídica e, nessa qualidade, recebe a citação, age como se mandatário fosse. Ao Oficial de Justiça incabe pesquisar se a pessoa que se apresenta como representante legal tem poderes para fazê-lo. (TJ/SC - Ag. de Instrumento n. 7.830 - Comarca de Joinville - Ac. unân. - 1a. Câ. Cív. - Rel: Des. Carlos Prudêncio - Agte: Eletro Rodrigues Fidalgo Ltda. - Adv: Ricardo Afonso Baptista - Agdo: Plataforma Factoring Fomento Ltda. - Adv: Amadeu Paulo da Silva - Fonte: DJSC, 12.01.95, pág. 07).

Caracterizado está que a citação pode ocorrer na pessoa de um dos gerentes da Instituição Requerida ou representante legal. Porém, ad cautelam, pede-se que quando da realização da citação, o Sr. Meirinho a realize no gerente da conta da autora.

Durante algum tempo utilizou os serviços da Requerida, tanto porque confiava nos serviços que lhe eram oferecidos, como porque era mais prático e compensador utilizar uma Instituição Financeira que lhe oferecia aparentes vantagens. Acontece que em dado momento de sua vida, se viu atraída pelas facilidades apresentadas pela Requerida e contraiu empréstimo mediante débito automático em Conta Corrente, o que fora oferecido pela Instituição Financeira.

Não obstante as dificuldades financeiras geradas pela imposição de quitação dos débitos, o Autor procedeu a uma série de pagamentos, com o objetivo de saldar integralmente seus débitos junto à Requerida. As taxas de juros extratosféricos, somadas a uma administração unilateral do aparente saldo devedor, catapultou a dívida a patamares insustentáveis quase que impossibilitaram sua quitação.

ALESSANDRA MISKALO LEMAR
OAB/PR 30883
ADVOGADA



Melhor explicando:

É possível verificar que a situação da dívida em

19/07/04 seria a seguinte:

Saldo Devedor sobre CDC rescalonamento	R\$1.530,19
Saldo Devedor sobre BB Crédito Eletroeletrônico	R\$1.225,69
Saldo Devedor sobre desconto de cheques	R\$ 103,50
Saldo devedor sobre Cartão de Crédito Visa	R\$ 441,71
TOTAL DO SALDO DEVEDOR	R\$3.301,09

Por outro lado, reafirma-se que o autor não está interessada em romper o contrato firmado, ao contrário; pretende questionar os valores relativos a cobrança indiscriminada que se refere aos contratos de financiamentos resguardando seus direitos e sua reputação mediante o adimplemento mensal junto a este Juízo, efetuando depósitos mensais até se chegar ao débito demonstrado, do saldo devedor apresentado divididos em 15 (quinze) pagamentos no valor de R\$220,07.

Para comprovar todo o alegado, o autor junta os documentos em anexo, os quais trazem resumo correto da progressão dos valores que demonstram o valor correto devido a requerida. Vislumbrando-se, a capitalização de juros (juros sobre juros), bem como a incidência exorbitante de taxas e outros encargos cobrados pela requerida.

II – DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

Dos fatos narrados infere-se que houve lesão do direito do Autor quando se verifica que poderá estar pagando valores muito acima do que realmente deve, por uma dívida que sabidamente não é aquela cobrada pela Requerida. Além do mais, a Requerida - como as demais instituições financeiras do país - dispõe de mecanismos de coação contra os consumidores em geral, e os utiliza sem escrúpulos para a realização das suas pretensões, tanto que consta no contrato a possibilidade de ingressar com medida judicial no sentido de cobrar os valores contestados, mesmo que comprovado está que existe saldo bem devedor muito inferior junto a Requerida do que o que vem sendo cobrado.

Impõe-se, no caso vertente, antecipação da tutela, que deve compreender dito objeto da relação contratual em apreço, até que fique definitivamente fixado o “quantum debeatur”, motivando o imediato cancelamento dos pagamentos mediante débito automático, até final decisão, e a concessão de que o autor possa realizar depósitos no valor que entende ser correto, neste d. cartório.

ALESSANDRA MISKALO LESAK
OAB/PR 30.873
ADVOGADA



Há que ser esclarecido que o autor não tem a possibilidade de buscar pagar o que entende devido, uma vez que não possui rendimentos mensais e, assim, caso o autor não venha a ter saldo para cobrir seus débitos justamente por estar questionando-os nesta oportunidade, a requerida poderá acioná-la e ainda investir contra o autor que estará sendo vítima de nova agressão ao seu direito pois terá que pagar novos juros - agora sobre o saldo descoberto da Conta Corrente - o que caracterizaria o bis in idem, mas não é essa a sua intenção; quer cumprir com sua obrigação mediante o pagamento do que entende ser correto.

Sabemos que os contratos celebrados entre as partes, nestes casos, são considerados de Adesão, por não oferecerem opções aos adquirentes, e estipularem compromissos - a letras pequenas - que geralmente comprometem a efetiva integralização total do mesmo.

Só este fato já demonstra que o contrato assinado não pode ser mantido da forma como se encontra e que será objeto de medida judicial apropriada para que se possa discutir todas as suas cláusulas e condições.

Como se não bastassem estas considerações, devemos trazer a baila recente decisão do Ministério da Justiça que em 15 de março 2.001 editou a portaria de N. 03 que estabeleceu novas regras que deverão ser tomadas e seguidas nas relações de consumo.

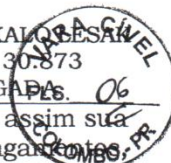
O item 08 deste rol define como cláusula abusiva a que:

" Considere, nos extratos bancários, financeiros e de cartão de crédito, o silêncio do consumidor, pessoa física, como aceitação tácita dos valores cobrados, das informações prestadas nos extratos ou aceitação de modificações de índices ou de quaisquer alterações contratuais; " (Grifos nossos)

As 16 novas cláusulas são consideradas abusivas e assim devem ser seguidas pelos Tribunais do nosso País, uma vez que as mesmas somente vieram a pacificar reiteradas decisões judiciais e administrativas das mais variadas Cortes, bem como entendimento dos Ministérios Públicos, sempre na intenção de promover a melhor relação entre consumidores e fornecedores, dando assim respaldo aos seus direitos e deveres.

Portanto, requer a concessão de liminar para que seja permitido o depósito de valores mensais até completar o montante que entende estar devendo para a requerida, de forma parcelada em conta judicial a ser designada por este cartório não afetando em nada o desenrolar das decisões quanto ao mérito, uma vez que o numerário estará

ALESSANDRA MISKALO
OAB/PR 30.873
ADVOCADA



efetivamente depositado em nome da requerida; não configurando assim sua inadimplência. ~~Mesmo porque~~ está disposta a cumprir com os pagamentos nos valores que entende serem verdadeiramente corretos, bem como para evitar uma futura ação de execução, pois o que se busca nada mais é do que manutenção de um direito da autora e que esta cumpra com suas obrigações.

Neste sentido evidenciamos vários julgados dentre eles destacamos o que foi prolatado pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça:

CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO:

EMENTA: Processo Civil – Consignação em pagamento – Âmbito de discussão – Possibilidade de discussão do débito – Orientação doutrinária e jurisprudencial – Precedentes do tribunal – Recurso provido. Segundo o entendimento que veio a ser acolhido pela doutrina e na jurisprudência, inclusive desta Corte, a ação de consignatória nada tem de “execução pelo avesso” ensejando, ao contrário, ampla discussão quanto ao débito e o seu valor, bem como outras questões que eventualmente forem colocadas à apreciação. A pretensão nela aduzida, no entanto será sempre de natureza liberatória.” (STJ – 4ª T. Resp. nº 150.425 – rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira – DJ 17.05.99 – pág. 209)

Para a concessão do que se pede, demonstramos a verdadeira fumaça do bom direito e o perigo da demora, pois nada mais se requer a não ser ver os direitos do Autor garantidos, e mais, caso não seja concedido o que ora se pede, muito provavelmente será acusada de ser um má pagadora, uma caloteira, o que não é verdade, ou ainda pior, ver **ocorrer uma cobrança** de novos juros em sua Conta Corrente, pois está provado que não deve o que está sendo cobrado pela requerida.

Vejamos:

In BONIJURIS 31306

Verbete: LEASING - MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL à CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - Admissibilidade - Manutenção do VEÍCULO na POSSE do DEVEDOR - DEPÓSITO - Admissibilidade de SUSTAÇÃO DE PROTESTO e impedimento da inscrição no SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO.

“ Expungida a mora por depósito em consignação, é possível, obter-se tutela cautelar incidental para obstar o protesto e a inscrição do nome do devedor em banco de dados de consumo (SPC, SERASA), assim como mantê-lo na posse do bem objeto do arrendamento mercantil, ainda que aforado interdito de reintegração, até o julgamento da ação. A decisão que susta o protesto de título, enquanto pendente a lide que objetiva rever cláusula contratual, não se revelando prejudicial ao titular do

ALESSANDRA MISKALO LESAK

OAB/PR 30.873

ADVOGADA FLS. 07

crédito, nem se tratando de protesto necessário, nem obstáculo do direito de acesso ao Judiciário, não se mostra ilegal ou inconstitucional (AI nº 96.006996-8, da Capital, rel. Des. Alcides Aguiar). (TJ/SC - Ag. de Instrumento n. 96.011920-5 - Comarca da Capital - Ac. unân.- 4a. Câm. Cív.- Rel: Des. Pedro Manoel Abreu - Fonte: DJSC, 30.05.97, pág. 21)."(grifo nosso)

Recentemente em demanda idêntica à presente onde se discute todo o contrato, a E. 8ª Câmara Cível do Tribunal de Alçada do Paraná no Agravo de Instrumento nº 156,905-1 manifestou-se no sentido de que é possível o depósito das parcelas em Juízo e também a retirada do nome da então agravante do SPC, SERASA e afins, do corpo do acórdão pedimos *venia* para extrairmos o seguinte:

"Valendo-se dos termos do art. 557, caput do Dígesto Processual Civil é de ser deferido de plano o recurso, dado que manifestamente procedente, pois a decisão abjurgada está contrariando maciça jurisprudência desta Corte e do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

A possibilidade de depósito, pelo autor da revisional de contrato, de valores entende devido e representativos de parcelas do contrato a rever, tem sido admitida pela doutrina e jurisprudência, com efeito consignatário desde que observado os princípios do art. 292, Código de Processo Civil.

Pode o magistrado singular proibir que o nome do devedor seja levado aos Serviços de Proteção de Crédito, enquanto pendente ação judicial revisional de contrato, como é o caso dos autos.

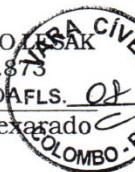
Assim, a título de cautela, deve o credor se abster de levar o nome do devedor aos órgãos de proteção ao crédito enquanto se discute a dívida, através de procedimento ordinário de cunho revisional.

Nada mais sensato, na medida em que a comunicação do nome do devedor aos Serviços de Proteção de Crédito, enquanto pendente ação judicial, é prática simplesmente coercitiva e que acarreta sérias conseqüências de ordem moral e de restrição ao crédito ao devedor, sem qualquer resultado prático ao credor.

... Defiro de plano o agravo de instrumento, dado que manifestamente procedente, para anular a decisão que indeferiu a liminar em tutela antecipada, determinando que o agravado se abstenha de incluir o nome do agravante junto aos órgãos de proteção ao crédito, até final decisão da lide revisional, assim como, defiro o pedido de depósito das parcelas que entende devida." (Grifos nossos).

Em sede dos Juízos Singulares da Capital das Araucárias podemos trazer o que foi decidido nos autos de nº 1405/2.003 da 4ª Vara Cível, onde o autor juntou planilha e demonstrou os valores que

ALESSANDRA MISKALO LESAK
OAB/PR 30.873
ADVOGADA FLS. 02



entendia como corretos para o adimplemento de seu contrato, e foi exarado o seguinte despacho:

"... Ante ao exposto, autorizo o depósito dos valores referentes às parcelas do contrato, para o fim de afastar a mora do requerente, com base no contrato descrito na inicial. Defiro, também liminar para proibir a inclusão (ou determinara exclusão, se a inclusão já ocorreu) do nome do requerente, com base no contrato descrito na inicial, em banco de dados de restrição de crédito ou de inadimplentes, enquanto se discute, na presente, o valor das parcelas do contrato."

Certo é que o banco representado pela Requerido lançará, indevidamente, o nome do Autor nos órgãos de proteção ao crédito – Serviço de Centralização Bancária (SERASA), SPC, etc, e desta forma poderá encontrar dificuldades para obter crédito junto ao comércio em geral, bem como em outras instituições financeiras, gerando uma situação insustentável, que vem a culminar com a quase total paralisação das atividades de crédito bem como sua própria manutenção.

Considere-se, ainda, que o Autor está sendo vítima de crime de usura - como se demonstrará no curso da lide - não podendo sofrer prejuízos por causa de atividade ilegal da Requerida.

O Autor sempre gozou de excelente reputação e seu nome sempre manteve-se ilibado até vir a ser vítima dos problemas vividos ; busca o Autor socorro junto ao Poder Judiciário porque as investidas inescrupulosas da Requerida poderá trazer irreparáveis danos ao seu bom nome comercial, patrimônio de valor incomensurável, e certamente irá aparecer o registro negativo do seu nome nas listas negras de mal pagadores, o que será feito indevidamente.

Impõe-se, no caso vertente, **antecipação da tutela**, que deve compreender dito objeto da relação contratual em apreço, até que fique definitivamente fixado o "quantum debeatur", determinando que a Requerida se **abstenha de efetuar qualquer tipo de lançamento negativo ou restrição junto ao SERASA, SPC e Banco Central em relação ao Autor**. Compreenderá, também, a ordem para que **o Requerido se abstenha de levar a protesto qualquer título fundado nos contratos celebrados, como vêm decidindo a maioria das Câmaras Cíveis dos Egrégios Tribunais de Alçadas**.

A jurisprudência tem coibido tal prática, tanto na negativação junto ao SPC, matéria já sumulada pelo Tribunal de Justiça, como relativamente ao CADIN, como são exemplos os acórdãos proferidos nos AI nº 195.035.282 e 195.138.235 pelos Tribunais de Alçada do Rio Grande do Sul:

ALESSANDRA MISKALO LESBAC/VEL
OAB/PR 30.933
ADVOGADA
Fls. 09

"TUTELA JURISIDICIONAL ANTECIPADA - ART. 273 DO CPC COM A NOVA REDAÇÃO DA LEI Nº 8952/94 - NEGATIVAÇÃO DO NOME DO DEVEDOR: CADIN - SUSPENSÃO LIMINAR - CABIMENTO - ART. 42 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

É abusivo o registro do nome do devedor no Cadastro de Inadimplentes e em outros registros negativos, submetendo-o a constrangimentos, estando em discussão a legitimidade do crédito. Cabe a tutela jurisdicional antecipada (art. 273 do CPC, com a redação da Lei nº 8952/94) dentro do poder cautelar geral do Juiz. Aplicação do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor. AGRAVO IMPROVIDO.

"REGISTRO NO CADIN. CADASTRO DE INADIMPLENTES. CRÉDITO LITIGIOSO.

Defere-se a liminar quando há fumaça de bom direito e perigo na demora. Lançamento do nome do embargante no CADIN - Cadastro de Inadimplentes, criado pelo Decreto nº 1006, de 9.12.93. Parece abusivo o registro, ferindo o art. 42 do Código de Defesa do Consumidor, que resguarda o devedor de constrangimentos ou ameaças na cobrança de crédito, por implicar em coerção contra o outro litigante, estando em discussão judicial a legitimidade do crédito, garantido por penhora. Graves reflexos na vida privada do embargante, impedindo-o de realizar qualquer operação com órgãos e entidades ligadas à União e possibilidade de acesso de outras empresas aos dados do referido cadastro. Liminar mantida. AGRAVO IMPROVIDO." (grifos nossos)

"CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. REVISÃO DE CONTRATO. SUSPENSÃO DE REGISTRO CREDITÓRIO. TUTELA ANTECIPADA - Pedido de antecipação de cautela em processo comum. Possibilidade. Provimento judicial para impedir o credor de inscrever o nome do devedor nos registros negativos do SPC, CADIN e SERASA na pendência da ação que discute os contratos que deram origem ao débito. Verificados os requisitos autorizadores, nada obsta a concessão da medida cautelar antecipativa. No caso em tela, as partes discutem a legalidade ou não dos juros e demais acréscimos pretendido pelo banco. Existência de relação estreita entre o pedido da cautela com o objeto da principal, pois se verificada a cobrança excessiva, palpáveis os prejuízos do devedor se tiver seu nome negativado naqueles cadastros." (TARS - AGI 195.158.647 - 2ª Cciv. - Rel. Juiz Marco Aurélio dos Santos Caminha - J. 30.11.95) (grifei)

" TUTELA ANTECIPADA. REVISÃO DO CONTRATO. REGISTRO CREDITÓRIO NEGATIVO.- ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. INSCRIÇÃO DO DEVEDOR NO SPC, CADIN OU SERASA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. A antecipação

ALESSANDRA MISKALO LESAKI
OAB/PR 30.833
ADVOGADA

da tutela de sustação da inscrição do devedor no SPC, CADIN ou SERASA enquanto pendente ação revisional de contrato em que se discutem parcelas da dívida, mostra-se viável, ainda que doutrinariamente recomendável fosse a demanda cautelar, porque o contrário implicaria em super dimensionar a forma ao conteúdo. Agravo provido". (TARS - AGI 196.069.439-8ª Cciv. - Rel. Juiz Arno Werlang - J. 25.06.96) (grifos nossos)

Como se todas estas decisões não bastassem, e foram exatamente por existi-las que o Ministério da Justiça - como já dissemos - arrolou 16 novas cláusulas que devem ser entendidas como abusivas, e dentre elas destacamos o item 07 que define a abusividade por parte da requerida quando:

" autorize o envio do nome do consumidor e/ou seus garantes a cadastros de consumidores (SPC, SERASA, etc...), enquanto houver discussão em juízo relativa à quaisquer alterações contratuais" (grifos nossos)

Mais uma vez podemos evidenciar que estamos diante de práticas geralmente utilizadas pelas instituições que de maneira abusiva, que incluem os nomes dos supostos devedores nos cadastros de maus pagadores, o que prejudica significativamente o bom desenvolvimento de todas as suas atividades financeiras.

Com efeito, se espera sejam concedidas as antecipações de tutelas, de imediato, uma vez que ficou estampada que o valor do débito é divergente do que o apresentado pela requerida.

FUMUS BONI JURIS

Para a concessão de medida liminar não exige a lei a certeza de dano futuro. Basta que se demonstre a existência de receio justo e motivado de que um dos litigantes cause, antes do julgamento da ação, lesão ao direito de outro, que é o que acontecerá se for mantida a decisão guerreada porque estará sofrendo dano irreparável. Por outro lado, o objetivo de tal medida não é a composição provisória da lide, mas a tutela do processo, com a manutenção provisória do *status quo*, garantindo, a eficácia processual.

Vale dizer que ambos os itens suscitados no presente têm respaldo na melhor jurisprudência e doutrina para que seja deferida liminar pois a autora demonstra que os valores encontrados por profissional devidamente habilitado na área contábil, são bem inferiores ao que está sendo cobrado pela requerida.

DO PERICULUM IN MORA

ALESSANDRA MISKALO MISA
OAB/PR 30.873
ADVOGADA FLS. 11

Dos fatos e do direito acima expendidos, infere-se que haverá lesão irreparável ao direito do Autor sob vários aspectos. O Autor é pessoa idônea, cumpridor de suas obrigações, não podendo perder seu maior patrimônio que é seu bom nome. Fica evidente que caso não possibilite o pagamento do seu débito por meio de depósitos mensais estará sendo vítima de nova agressão com nova cobrança de juros, vale salientar que o autor está fora do mercado de trabalho, e mesmo assim tem o interesse de pagar o que entende devido, pois caso não lhe seja possibilitado efetuar estes pagamentos, provavelmente verá seu nome inscrito em órgãos de restrição de crédito, ficando sem possibilidades de buscar novas aberturas de contas, e até mesmo a realizações de compras financiadas pois estará inscrita - indevidamente - como mal pagadora de suas dívidas.

Conclui-se portanto que mais uma vez estamos diante de imperatividade e da abusividade imposta pela requerida, que mesmo sabendo desde o início, vem cobrando valores abusivos da autora. Não se pode dizer que simplesmente estão realizando o que fora pactuado no contrato, pois como já dissemos o contrato em questão é de adesão e portanto não podendo ser aplicado ao caso.

Desta forma, presentes estão os requisitos do art. 273 do CPC., e demonstrado que ocorrerá prejuízo a autora caso não se conceda o que se requer. Ademais, não haverá prejuízo processual ao requerido, pois estarão sendo atendidos os princípios da economia processual e celeridade do processo.

DA JUSTIÇA GRATUITA

O autor vem pedir socorro ao Judiciário para buscar uma forma de conseguir ver quitado seu contrato, justamente por todas as arbitrariedades cometidas contra sua pessoa e as restrições que sofre, não tem outra alternativa senão requerer o benefício que ora se pleiteia.

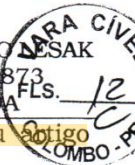
Portanto, o autor declara - conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 1.060/50 -, que não dispõe de recursos para pagar as despesas judiciais, o que faz inclusive com a juntada de sua declaração em anexo.

Diante do exposto, requer a V.Exa. se digne em conceder a gratuidade da justiça, a fim de que não seja compelida a arcar com as custas processuais, eventuais verbas sucumbenciais e periciais, e poder ter acesso a ampla defesa através do Poder Judiciário.

ALESSANDRA MISKALO DESAK

OAB/PR 30.873

ADVOGADA



5º, inciso LXXIV, dispõe:

"O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Outrossim, há que se distinguir os conceitos de gratuidade e assistência judiciária, embora esta última abranja a primeira, onde, para aclarar o juízo de convencimento do douto Julgador sobre o tema é oportuna a doutrina do nobre jurista Pontes de Miranda, em suas brilhantes obras "Comentários à Constituição de 1967 com a Ementa nº 01 de 1.969" e "Comentários ao Código de Processo Civil de 1.939":

"..Para efeito de concessão do benefício da Justiça Gratuita, que não se confunde com o instituto da assistência judiciária, suficiente, no sistema positivo pátrio, a declaração de necessidade do interessado."

Da mesma forma a jurisprudência é favorável o autor, vejamos:

In BONIJURIS - Cd-Rom - 40820

Verbete: JUSTIÇA GRATUITA - PROVA de insuficiência de recursos - Desnecessidade - LEI 1060/50 TA/PR - Órgão Julgador: 4a. Câ. Cív. Relator: Wanderlei Resende

Agravo de Instrumento. Benefício da justiça gratuita indeferido na instância a quo. Impossibilidade. Desnecessidade de comprovação prévia de insuficiência de recursos, bastando simples afirmação de pobreza. Requisito cumprido. Inexistência de prova em contrário. Recurso provido. Para a obtenção do benefício da gratuidade da justiça, nos termos da Lei nº 1060/50, basta a simples afirmação da parte interessada de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios, até prova em contrário. O tão-só fato de ser pequeno comerciante, não veda à parte o direito de pleitear o benefício da gratuidade da justiça, se cumprido restar os requisitos da lei especial que rege a matéria. (TJ/PR - Ag. de Instrumento n. 93195-3 - Comarca de Londrina - Ac. 17642 - unân. - 4a. Câ. Cív. - Rel: Des. Wanderlei Resende - j. em 27.09.2000 - Fonte: DJPR, 09.10.2000).

Assim sendo, declara o autor que não tem condições de arcar com as despesas processuais, **requerendo** a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

ALESSANDRA MISKALO LINS
OAB/PR 30.813
ADVOGADA



DO RITO PROCESSUAL:

Em razão do valor atribuído a causa o presente caderno deve ser processado pelo Rito Sumário conforme prevê Art. 275, I do Código de Processo Civil, e seguintes.

E para que não se alegue inépcia ou que se determine eventual emenda pela falta de cumprimento ao disposto no CPC, o Autor requer seja produzida prova pericial contábil, esclarecendo que o deferimento desta prova possibilitará verificar a ocorrência de aplicação de índices e taxas indevidas na atualização dos valores cobrados pela Requerida, e ainda incidências de juros e multas acima do permitido constitucional e legalmente, se a Requerida pode aplicar as taxas impostas unilateralmente mesmo que estão descritas no contrato, contrato esses que não forneceram para o Autor que por diversas vezes solicitou ao Banco extratos da conta corrente e dos empréstimos que até o momento não forneceu, realizar capitalizações mensais nos supostos saldos devedores e cobrar outros encargos como a comissão de permanência. Esclarece que são estes os pontos controvertidos a serem analisados, sendo que entende imprescindível a realização da prova pericial, uma vez que somente assim se poderá chegar ao valor correto para quitação do contrato.

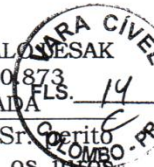
Como preceitua o Código de Processo Civil em seu Art. 276, o Autor apresenta seus quesitos, na forma a seguir;

- Pode Sr. Perito Judicial apurar o valor do eventual saldo discutido nestes autos, com a aplicação dos juros de 12% ^{aa}, conforme determina a Constituição Federal, sendo que após a vigência da EC nº 40 deva-se aplicar INPC + 1% a.a. até a presente data.
- Mesmo não constando expressamente nos valores lançados nos extratos, ocorreu a aplicação de comissão de permanência? Em caso positivo é possível determinar em porcentagem o “quantum” aplicado mês a mês uma vez que existe a previsão no quadro V do contrato ?
- Houve a aplicação de juros remuneratórios? Em que percentual mensal? Estes juros caracterizam a aplicação de juros sobre juros?
- Como foi atualizado o saldo devedor dos empréstimos e da conta corrente e como foram atualizados os valores pagos pelo Autor?
- Se o Sr. Perito pode verificar qual o índice de juros aplicado no contrato? No suposto débito apresentado no quadro VI do contrato, qual o percentual de juros aplicados?

ALESSANDRA MISKALOVESAK

OAB/PR 30.873

ADVOCADA



- Nos pagamentos realizados para a quitação dos empréstimos o Sr. Perito pode identificar o percentual de juros aplicado ? Neste caso os juros foram aplicados sobre a parcela que já tinha um juro pré-fixado embutido na mesma? Esclarecer onde consta tal cláusula.
- Caso tenha sido efetuada alguma cobrança relativa a encargos, estes foram contabilizados na aferição dos valores futuros? Existe previsão contratual acerca de tais encargos? Houve incidência dos juros futuros sobre estes valores?
- Houve aplicação de juros sobre juros? Em caso positivo enumerar ditas ocorrências.
- Pode o Sr. Perito fazer estipular o montante e ainda apresentar o saldo após a descapitalização mensal de juros, ou seja, com a capitalização sendo realizada anualmente ?
- Houve atualização dos valores devidamente pagos pelo Autor a partir dos depósitos efetivados ou somente foram atualizados os supostos débitos?
- O Senhor Perito pode apurar o valor do saldo nestes autos, com a aplicação da taxa de juros e capitalização estabelecida pelo Decreto 22.626/63?

Sendo certo que a prova pericial é considerada há muito tempo como prova complexa e, **conforme prevê o Art. 277 § 5º do CPC, requer** seja desde já o presente feito convertido para o Rito Ordinário.

Sobre o tema **é oportuna a decisão proferida pelo Ilustre Juiz Dr. Antonio Ivair Reinaldin, da 9ª Vara Cível desta Capital, nos autos de n.: 1146/2.002, onde ficou definido como sendo o Rito Ordinário, para se processar a revisional, vejamos:**

" ... (omissis)

Pelos fundamentos expostos, defiro a antecipação de tutela liminarmente para os efeitos de vedar a inscrição do nome do autor dos cadastros de inadimplentes, bem como, se já inscritos, determinar o seu cancelamento, com amparo no art. 273 do CDC. Oficie-se.

Apesar do valor atribuído a causa ensejar a adoção do procedimento sumário, o feito seguirá o rito ordinário face a complexidade da causa.

... (negritei)

ALESSANDRA MISKALO
OAB/PR 30.873
ADVOGADA

Em decisão mais recente, publicada em 25/03/2004, nos autos de nº 196/2.004, o Juízo da 10ª Vara Cível de Curitiba, decidiu da mesma forma em Ação Revisional interposta frente ao Banco Itaú S/A

" O feito, pela sua complexidade, poderá seguir o rito ordinário, cite-se o réu para querendo em 15 dias, contestar o pedido inicial" – negritei

O requerimento para que o presente caderno seja processado pelo Rito Ordinário se faz pela mera verificação do verbo do parágrafo quinto do Art. 277 do CPC, pois não está descrita uma possibilidade, mas sim uma determinação que de, em havendo prova de maior complexidade – e este é o caso do caderno revisional, pois tratam-se de contratos complexos, onde deverá ocorrer a conversão para o Rito Ordinário.

*" Art.277
... omissis
§ 5º A conversão também ocorrerá quando houver necessidade de prova técnica de maior complexidade" grifos nossos*

Outrossim, caso V. Exa. entenda que o Rito apropriado não seja o Ordinário, O Autor já cumpriu com as determinações do Rito Sumário, sendo que protesta pela apresentação de quesitos suplementares.

III - DO PEDIDO

Isto posto, **requer** a V. Exª., se digne em:

LIMINARMENTE:

- A)
- A) Deferir a antecipação de tutela para que a Requerida se **abstenha de efetuar qualquer tipo de lançamento negativo ou restrição junto ao SERASA, SPC e Banco Central em relação o Autor**; sendo que caso já tenha o feito seja impelida e retirar tais anotações sob pena de multa diária a ser determinado por este Juízo;
- B) Deferir a antecipação de tutela e **conceder que a autora realize 17 depósitos mensais no valor de R\$250,00 junto a este D. Cartório em conta judicial em nome da requerida a ser designada por V. Exa., até**

ALESSANDRA MISKALO LESAK
OAB/PR 30.876
ADVOGADA

final decisão, conforme demonstrativo pericial ora juntado, uma vez que se comprova que não é devedora dos valores alegados pela Requerida; e que esta **se abstenha de levar a protesto qualquer título fundado nos contratos em tela**, face aos depósitos realizados, pois demonstrado está que os valores apresentados pela requerida podem estar equivocados;

NO MÉRITO:

- A) Julgar totalmente procedente a presente ação, para operar a revisão integral das cláusulas consideradas abusivas, que disciplinam a presente relação contratual e contratos de empréstimos;
- B) Conceder a *Inversão do Ônus da Prova*, uma vez que estamos diante de flagrante desvantagem da consumidora/autora face as possibilidades da Requerida, o que caracteriza a hipossuficiência do consumidor diante do fornecedor.
- C) Declarar a nulidade das cláusulas abusivas, com o conseqüente expurgo do anatocismo, comissão de permanência, a redução dos juros e encargos aos limites legalmente definidos, tudo calculado de forma simples e sem capitalização mensal, por isto excluindo-se o método hamburguês ou "Tabela Price" de contagem de juros, a taxa ANBID e quaisquer indexadores que contenham parcela remuneratória além da taxa inflacionária;
- D) Declarar *incidenter tantum* a inconstitucionalidade dos juros incidentes no contrato e consequentemente nula a cláusula que o estipula, por serem exorbitantes e calculados de forma exponencial, ou seja, a utilização de juros diários e juros sobre juros, configurando o ANATOCISMO, repudiado pelos nossos Tribunais;
- E) Condenar a Requerida na aplicação dos juros reais simples de 12% ao ano, com fulcro no § 3º do art. 192, da Constituição Federal, que recepcionou o Decreto 22.626/33, Lei de Usura, dando eficácia plena ao preceito Constitucional;
- F) Condenar a Requerida na revisão dos cálculos, de todos os períodos contratuais, tendo como valor da dívida o que for apurado em perícia contábil nos estratos a serem trazidos pela requerida, caso não seja demonstrada a veracidade (forma de cálculo) do valor atual, se ainda existente, utilizando índice de correção monetária a ser determinado por V.Exa., com a incidência de juros simples de 12% a.a., descontando-se os valores já pagos, condenado-se a ré no cumprimento do que for determinado por V.Exa., na solução da lide;

E para tanto requer ainda:


ALESSANDRA MISKALO LESAK
OAB/PR nº 30.873
ADVOGADA



- a) a citação da Requerida no endereço citado desta Capital em nome de seus gerentes, para que, querendo, conteste o presente pedido, sob pena de confissão e revelia;
- b) a condenação da ré no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, no importe máximo legal de 20%, calculados sobre o valor da causa.
- c) a produção de todos os meios de provas em direito admitidas, em especial a pericial, juntada de novos documentos, oitiva de testemunhas e depoimento pessoal da Requerida sob pena de confissão.
- d) que, uma vez julgada procedente a demanda, que seja a Requerida obrigada a retirar todos os apontamentos que fez ou venha a fazer em nome do autor em todas as instituições de proteção ao crédito, sob pena de ser-lhe aplicada multa diária pelo não cumprimento da obrigação.
- e) finalmente, que todas as publicações, intimações e demais atos processuais seja realizados em nome de ambos os advogados outorgados.

Dá-se à causa o valor de R\$3.301,09 (três mil trezentos e um reais e nove centavos).

Termos em que, P. Deferimento.
Curitiba, 26 de fevereiro de 2.007


Alessandra Miskalo Lesak
OAB/PR nº 30.873

ANEXO 3

PARANÁ. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 603386-9 da 13ª Câmara Cível.
Relatora Desembargadora Rosana Andriguetto de Carvalho.



Sindicato dos Motoristas e Cobradores nas Empresas de Transporte de Passageiros
de Curitiba e Região Metropolitana

DEPARTAMENTO JURÍDICO

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA VARA
CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -
FORO REGIONAL DE COLOMBO-PR**

1804
74

Distribuir por Dependência aos Autos n.º 1522/2007

GERSON LUIZ DOS SANTOS, brasileiro, casado, cobrador, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1.528.268-1/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 299.417.849-49, domiciliado na Rua das Palmas, 306, Monte Castelo, Colombo-PR, CEP 83411-470, através da sua entidade de Classe, entidade esta qualificada no cabeçalho das presentes laudas, que por sua vez se valendo de seu procurador, *in fine* assinado, com instrumento de procuração em anexo e escritório profissional sito em Curitiba-PR, à Rua Conselheiro Laurindo, 809 - Conjunto 203, Centro - CEP 80.060-100, com fundamento nos artigos 796 e ss, principalmente 804 do CPC e Art. 48 da Lei 7.357/85, apresentar:

**Principal de Ação Cautelar, com pedido de
Indenização, em face de**

BANCO ITAÚ S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001, com sede na Alameda Doutor Muricy, 653 - Centro, Curitiba/PR, CEP 80020-040, aduzindo para tanto, os fatos e fundamentos com que passa agora a alinhar:

1



**Sindicato dos Motoristas e Cobradores nas Empresas de Transporte de Passageiros
de Curitiba e Região Metropolitana**

DEPARTAMENTO JURÍDICO

1. DOS FATOS

De abertura, **cumpra-se esclarecer que** o Autor é cidadão honesto, percuente com suas obrigações perante a coletividade, inclusive àquelas relativas ao comércio em âmbito geral.

1. **A presente lide se deve ao fato**, primeiramente, da obrigatoriedade que foi imposta ao autor em aderir uma conta bancária junto a ré para receber seus salários, sendo que se não o fizesse, não estaria atualmente empregado.

Trata-se de uma imposição feita pela sua empregadora, **pois** recebe da ré benefícios para que efetue o pagamento de seus empregados através de suas contas, e assim capta clientes de forma predatória e insequente.

Funciona efetivamente como uma espécie de arapuca, sendo que uma vez que o "cliente" "aderiu", passa a administrar de forma unilateral ou potestativa o salário que recebem os trabalhadores, induzindo-os a aderir a certas cláusulas que nem ao menos tem o conhecimento de que estão aderindo, **quer dizer estão sujeitos aos simples caprichos da ré.**

2. **Por segundo, a lide se deve ao fato de que** as imposições de cláusula perpetradas pela ré, concedem ao autor o chamado CDC, Crédito em Conta Corrente, bem como envia-lhes Cartão de Crédito, sem o seu consentimento.



**Sindicato dos Motoristas e Cobradores nas Empresas de Transporte de Passageiros
de Curitiba e Região Metropolitana
DEPARTAMENTO JURÍDICO**

Efetivamente, diante das facilidades de crédito que lhe fora apresentado, o autor utilizou-se dos mesmos, mesmo possuindo uma renda mensal líquida de apenas aproximadamente R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) (doc. 5, 6), fato que gerou um caminho sem volta, sendo que mês a mês o salário apenas ingressa para pagar o crédito negativo. (docs. 6)

De fato, o mal uso do crédito que lhe é fornecido não é escusa para o seu não pagamento, contudo, a ré não pode utilizar-se de meios próprios para haver o crédito em se tratando de salário pessoal do autor, que tem caráter alimentar.

Assim, o autor vem alimentando-se e sustentando-se com o auxílio de seus familiares, fato que moralmente o abala.

Diante da situação, não restou outro vereda para o Autor, senão propugnar ao judiciário para tentar ver-se aliviado da desarrazoada medida constritiva considerando a matéria de direito a seguir estampada e abarcada com tranquilidade pelos tribunais pátrios.

2. DO DIREITO

2.1. DO INTERESSE DE AGIR

Segundo leciona Humberto Theodoro Júnior:

"Só o dano ou o perigo de dano jurídico, representado pela efetiva existência de uma lide, é que autoriza o exercício do direito de ação."



Sindicato dos Motoristas e Cobradores nas Empresas de Transporte de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana

DEPARTAMENTO JURÍDICO

(Curso de direito processual civil. 25. ed. v. I. Rio de Janeiro: Forense, 1998. p. 56). (Grifou-se).

Encontra-se caracterizado, na situação em comento, o interesse de agir, representado pelo binômio necessidade e utilidade, uma vez que o Autor da medida cautelar encontra-se ilegalmente registrado nos órgãos conveniado do cartório, como SERASA, SPC, CADIN, dentre outros que a praxe demonstra como hordiernamente acionado quando do protesto de títulos e documentos de créditos.

Assim como encontram-se configurados o interesse de agir e a legitimidade de parte, também está presente a possibilidade jurídica do pedido, já que o ordenamento jurídico pátrio alberga a pretensão expendida, que se consubstancia em medida cautelar inominada (arts. 798 e 799, ambos do CPC).

2.2. DA RESPONSABILIDADE CIVIL – INDENIZAÇÃO

No presente caso, esta configurada ilicitude cometida pela ré, eis que o salário é garantia constitucional (art. 7º, incs. VII e X), destinando-se ao sustento do indivíduo e sua família, sendo impenhorável por força do artigo 649, inc. IV, do CPC.

Ademais, a privação do salário do autor, bem essencial a subsistência, é ato por deveras reprovável, devendo a ré, indenizar o autor pelos danos que realizou. Já decidiu, e vem decidindo, neste sentido o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:

Ementa: DECISÃO: ACORDAM os integrantes da 1ª Câmara Cível Suplementar do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. EMENTA:



Sindicato dos Motoristas e Cobradores nas Empresas de Transporte de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana

DEPARTAMENTO JURÍDICO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - MEDIDA CAUTELAR INOMINADA - CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO - CHEQUE ESPECIAL - RETENÇÃO DO SALÁRIO DE CORRENTISTA - SERVIDOR PÚBLICO - IMPOSSIBILIDADE. Não é possível ser debitado na conta corrente de funcionário público, utilizada para receber os vencimentos, o valor originário de contrato de abertura de conta corrente (cheque especial), salvo em situações quando a concessão do crédito esteja vinculada a esse desconto e, então, expressa e especificamente autorizada.

"Mesmo com cláusula contratual permissiva, a apropriação do salário do correntista pelo banco-credor para pagamento de cheque especial é ilícita e dá margem a reparação por dano moral". (Nº do Acórdão: 81; Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível Suplementar; Comarca: Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba; Processo: 0326459-9; Recurso: Agravo de Instrumento; Relator: Espedito Reis do Amaral; Parecer: Negado Provimento - Unânime; Julgamento: 08/05/2006; Ramo de Direito: Cível; Decisão: Unânime; Dados da Publicação: 7141). (grifamos)

2.3. Da Indenização

Dispõe o art. 186 do CC que *"aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano"*.

A responsabilidade civil pressupõe, assim, a demonstração da culpa ou dolo do agente, do nexo de causalidade entre o ato ilícito e o dano, e o prejuízo, que em determinadas situações é presumido, *"que viole qualquer valor inerente à pessoa humana ou atinja coisa do mundo externo que seja juridicamente tutelada"* (Fernando Noronha, Direito das obrigações, Saraiva, 2003, 1ª ed., v. 1, p. 474).

Nesse mister, a Carta Magna de 1988 dispõe em seu art. 5º,

5



**Sindicato dos Motoristas e Cobradores nas Empresas de Transporte de Passageiros
de Curitiba e Região Metropolitana
DEPARTAMENTO JURÍDICO**

incisos V e X, verbis:

"Art. 5º (...)

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral à imagem;

(...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Nesta seara, Rui Stoco, citando jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, pronunciou:

"A instituição financeira que efetua lançamentos de diversas taxas desconhecidas pelo cliente em conta desprovida de fundos e, em razão do débito, procede a inclusão do nome do correntista no cadastro de inadimplentes do SPC, sem prévia comunicação, fere o disposto no art. 43, § 2º, da Lei n. 8.078/90, ensejando indenização por dano moral" (TRF 4ª R. - 3ª T. - Ap. 2004.04.01.103307-1 - Rel. Eduardo Tonetto Picarelli - j. 25.09.2001 - DJU 31.10.2001 e RT 800/428) (Tratado de Responsabilidade Civil. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 657.)

A propósito, o Superior Tribunal de Justiça em casos assemelhados, assim se manifestou:

"Para a indenização por dano moral, não é de exigir-se a repercussão, o reflexo patrimonial, com o que, a rigor, se repararia o dano econômico indireto. Dissídio jurisprudencial superado." (REsp. 64.699-5 - Rel. Min. Costa Leite)



**Sindicato dos Motoristas e Cobradores nas Empresas de Transporte de Passageiros
de Curitiba e Região Metropolitana
DEPARTAMENTO JURÍDICO**

Desta forma, desnecessária a comprovação do abalo moral sofrido pelo Autor. É pacífico na doutrina e jurisprudência que a existência do fato típico, capaz de causar o dano, é o bastante para justificar a indenização, independentemente de prova do prejuízo, presumida nestes casos.

Seguindo anota Maria Helena Diniz que, "para que se configure o ato ilícito, será imprescindível que haja: a) fato lesivo voluntário, causado pelo agente, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência; b) ocorrência de um dano patrimonial ou moral; c) nexo de causalidade entre o dano e o comportamento do agente" (Código Civil anotado, Saraiva, 1999, 5ª ed., p. 169).

Preleciona ainda Carlos Alberto Bittar:

"O ser humano, porque dotado de liberdade de escolha e de discernimento, deve responder por seus atos. A liberdade e a racionalidade, que compõe a sua essência, trazem-lhe, em contraponto, a responsabilidade por suas ações ou omissões, no âmbito do direito, ou seja, a responsabilidade é corolário da liberdade e da racionalidade.

[...]

Desse modo, deve haver um comportamento do agente, positivo (ação) ou negativo (omissão), que, desrespeitando a ordem jurídica, cause prejuízo a outrem, pela ofensa a bem ou a direito deste. Esse comportamento (comissivo ou omissivo) deve ser imputável à consciência do agente, por dolo (intenção) ou por culpa (negligência, imprudência, imperícia), contrariando, seja um dever geral do ordenamento jurídico (delito civil), seja uma obrigação em concreto (inexecução da obrigação ou de contrato).

7



**Sindicato dos Motoristas e Cobradores nas Empresas de Transporte de Passageiros
de Curitiba e Região Metropolitana
DEPARTAMENTO JURÍDICO**

[...]

Deve, pois, o agente recompor o patrimônio (moral ou econômico) do lesado, ressarcindo-lhe os prejuízos acarretados, à causa do seu próprio, desde que represente a subjetividade do ilícito" (Responsabilidade civil na atividades perigosas, in Responsabilidade Civil - Doutrina e Jurisprudência, 1988, pp. 93-5).

Ensina José Aguiar Dias que "a culpa é a falta de diligência na observância da norma de conduta, isto é, o desprezo, por parte do agente, do esforço necessário para observá-la, com resultado, não objetivado, mas previsível, desde que o agente se detivesse na consideração das conseqüências eventuais de sua conduta. [...] Consiste a imprudência da precipitação no procedimento incon siderado, sem cautela, em contradição com as normas do procedimento sensato. É a afoiteza no agir, o desprezo das cautelas que devemos tomar em nossos atos" (Da responsabilidade civil, Forense, 1997, 10ª ed., v. I, p. 120).

Neste sentido, **entende-se que** "o grande fundamento da culpa está na previsibilidade. Pois ela consiste na conduta voluntária que produz um resultado antijurídico, não querido, mas previsível ou excepcionalmente previsto, de tal modo que, com a devida atenção, poderia ser evitado" (RT 415/242).

No caso sub judice, constitui fato incontroverso, através da documentação anexa, de que a ré apropriou-se do salário do autor por diversas vezes, bem essencial a sua subsistência.

À vista desses argumentos e dos arrimos documentais que formam com a inicial, resta satisfatoriamente comprovada a culpa da ré.



**Sindicato dos Motoristas e Cobradores nas Empresas de Transporte de Passageiros
de Curitiba e Região Metropolitana**

DEPARTAMENTO JURÍDICO

Ademais, ao dano moral, **deve a ré ser condenada** a ressarcir os valor aos quais se apropriou indevidamente.

3. DOS PEDIDOS

Preambularmente, **Requer** os Benefícios da Assistência Judiciária (Lei 1.060/50), considerando a assistência judiciária gratuita diretamente conduzida pelo Sindicato de Motorista e Cobradores de Curitiba, qualificada nas bordas superiores das laudas que suportam o pleito.

Em face do exposto, **requer-se** dando prosseguimento no feito:

a) **Requer** a citação da pessoa jurídica ré, para responderem a presente ação, sob pena de lhe serem impingidas os termos da reveria **nos termos do art. 319 e 285 do Código de Processo Civil.**

No **mérito**, **requer**:

b) Confirmar a precedente liminar para compelir a ré a não mais apropriar-se do salário do autor, cominando a ré pena de multa diária desta vez, no importe de R\$ 1.000,00 (Hum Mil Reais) diário, para o caso de descumprimento deliberado da ordem judicial definitiva.

c) A condenação da ré a indenizar o autor por danos morais, num montante a ser arbitrado por Vossa Excelência, diante dos transtornos causados a si e sua família, pela apropriação indenvida dos salários do autor por diversas vezes;



Sindicato dos Motoristas e Cobradores nas Empresas de Transporte de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana

DEPARTAMENTO JURÍDICO

d) A condenação da ré a ressarcir os valores apropriados por ela indevidamente;

e) a produção de prova documental, bem como por depoimentos testemunhais e pessoais;

f) Ainda, seja a ré compelida a trazer aos autos os contratos firmados entre as partes, e extratos bem como o contrato firmado entre a mesma e a empregadora do autor, sob pena de multa diária;

g) a condenação em todas as verbas sucumbenciais de estilo, bem como honorários de advogado.

Atribui à causa, afim de cumprir exigência formais, o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Nestes termos,
Pede o deferimento.

Curitiba-PR, em 30 de agosto de 2007.

Alexandre Foti

OAB/PR n.º 42.058

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DO FORD REGIONAL

C i v i l

Registrado sob no. 1577, 30/08/2007, Livro 010

Ass. Jud.

CIVEL

COLOMBO-PR, 30/08/2007, 13:11:59

Distribuidor Judicial



0

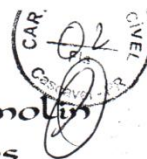
ANEXO 4

PARANÁ. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 555902-4 da 13ª Câmara Cível.
Relatora Desembargadora Rosana Andriguetto de Carvalho.

Jair Antônio Wiebelling
 Márcia Loreni Gund
 Julio César Dalmolin
 Lúcio Mauro Noffke
 Joel Garcia
 Mônica Dalmolin
 René Miguel Hinterholz
 Vergílio Siliprandi
 Adriana Nezele Rosa
 Gilberto Presotto Jr



Gund, Wiebelling & Dalmolin
 Advogados Associados



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA
 COMARCA DE CASCAVEL – ESTADO DO PARANÁ.

COM PEDIDO DE
 JUSTIÇA GRATUITA

"ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA"

Nº 00967-2006 Data 28/03/2006
 Livro 34 Folha 108 Vara 3º

Distribuidor Presidente

CERTIFICO EM CUMPRIMENTO AO PROVIMENTO
 07/96 - PEÇA 1-3.1.15, QUE: NÃO HÁ
 DISTRIBUIÇÃO DE AÇÃO SEMELHANTE.
 Bel. Rodrigo Timóteo Taborda-Oficial Titular

ASSISTÊNCIA
 JUDICIÁRIA

Marcos Aurélio Cielo
 Empregado Juramentado

POLSTER COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA - cnpj n.º 82.654.633/0001-88, neste ato representada por **BERTOLDO WILY POLSTER**, - brasileiro(a), divorciado, comerciante, RG n.º 559.963-6 e CPF n.º 028.561.509-97 - residente e domiciliado(a) na Rua Rafael Picoli - 1138 - na cidade de Cascavel - Paraná, por seu(s) procurador(es) judicial(is) que esta subscreve(m) constituído(s) nos termos do mandato incluso, com escritório profissional na Rua JK n.º 79 - Cascavel - PR e na Rua 24 de Maio - 412 - Conjunto 1001/1002 - centro - Cep. 80.230-080 - Curitiba - PR, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, para, com fundamento no artigo 917 do CPC e demais legislação pertinente propor a presente:

AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, em face de:

BANCO UNIBANCO S/A., instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, por seu representante legal, localizada na Rua Souza Naves - 4028 - Cep. 85.807-690 - na cidade de Cascavel - Paraná - para o que expõe e requer o que segue:

Matriz - Rua Juscelino Kubitschek n.º 79 - Cascavel - PR - CEP: 85.805-040 - Fone: 0**45-3226-8700

Escritório I - M. C. Rondon - Fone: 0**45-3254-1363 - Escritório II - Maringá - Fone: 0**44-3225-7229

Escritório III - Campo Mourão - PR - Fone: 0**44-3523-6854 - Escritório IV - Foz do Iguaçu - PR - Fone: 0**45-3523-1858

Escritório VI - Curitiba - PR - Fone: 0**41-3024-7024 - CENTRAL DE ATENDIMENTO - 0**45-3326-1747

Home-page: www.gwadvogados.com.br

PRELIMINARMENTE

Da Justiça Gratuita



Em preliminar, vem a autora, **em razão de que** não possui condições de arcar com as despesas processuais sem que haja prejuízo de seu sustento, invocar o benefício da Assistência Judiciária Gratuita, **em atenção ao contido na Lei nº 1.060/50 e art. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal.**

Neste Sentido:

Para a concessão do benefício da justiça gratuita à pessoa física, basta a simples afirmação da parte de sua pobreza, até prova em contrário. (STRJ, 1ª Turma - REsp 386.684/MG. Rel. Min. José Delgado - j. 26.2.02 - DJU 25.3.02 - p. 211).

DOS FATOS

Entre as partes firmou-se o Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente, cuja finalidade foi a concessão do requerido ao autor de crédito rotativo na conta corrente nº 120925-8, agência 0168, desta cidade e comarca, desde Agosto de 1997.

Desde aquela data, o banco requerido vem apresentando extratos bancários, realizando todos os lançamentos de débitos e créditos, **porém** limitando-se a registrá-los de forma genérica e lacunosa em extratos padronizados.

Com esse comportamento, debitou na conta corrente bancária juros acima do permissivo legal, de forma capitalizada, dia a dia, reflexamente acrescidos de encargos financeiros, **além de outros débitos que o autor desconhece a origem e natureza**, segundo descrição registrada em extrato, a exemplo dos lançamentos acima referidos, registrados em códigos diversos, como exemplo citamos: **DEBITO JUROS, ENC MORA TOTAL, TAR. CHQ. DEVOLV, TAR. EXCESSO LIM, TAR. FORMULA PJ, TRANS.P.TERCEIR, TAR. MULTIEXTRAT, DEB AUTORIZADO, AVISO DE DEBITO, TAXA AB CREDIT, JUROS/COMISSÕES, TARIFA FL. CHEQUE, PARCELA TROC, TAR. ENTRADA AD, TAR CHQ. AVULSO, 1º PARC. PREVER, CARGA CEL. AG30H, DEB AUTO PREVER, FOR.UNI.CLAS-RE, TAR EXCE.LIMI, TAR FORM 1 EXC,** , dentre outras

Tudo isso, Excelência, gerou a elevação do saldo devedor registrado em conta corrente, tornando-o significativo ao longo do período contratado, cujos valores se tornaram muitas vezes insuportáveis.

É preciso que seja averiguado se estão corretos os valores orçados pelo demandado, que sempre administrou os recursos da parte demandante sem esclarecer definitivamente cada lançamento realizado.

Portanto, **o autor provoca a tutela jurisdicional do Estado não para dizer que não deve, mas para exigir do demandado que, na forma mercantil prevista no art. 917 do CPC,** preste contas, a fim de acertar, de acordo com as normas legais, a existência de um débito ou de um crédito.

E o meio hábil para isto é a prestação de contas, cuja finalidade é elucidar em que situação encontra-se a relação de débito ou crédito que vincula as partes, bem como se

2

esclareça a legitimidade das operações bancárias realizadas, a forma de cálculo para o cálculo dos juros, o percentual aplicável, o registro cronológico., etc.

De tal modo que, só depois de prestadas as contas, impugnadas e devidamente acertadas é que se saberá quem há de pagar, quem tem de receber e o quanto que deve ser pago. Se subsiste relação de débito ou crédito.

No caso em tela, o requerido, através de extratos, registrou a movimentação financeira culminando com sucessivas operações que na visão da parte demandante não estão de acordo com o contratado, e muito menos com a norma legal.

A propósito, vale lembrar o ensinamento de ADROALDO FURTADO FABRÍCIO:

"Não se pode admitir que o credor apure unilateralmente o saldo favorável ou desfavorável a ele próprio dispensando-se de informar ao devedor das contas conducentes a esse resultado. Em qualquer dos casos, pois, o devedor pode exigir contas, como único meio a seu alcance para verificar a lisura e seriedade da operação - direito que não lhe pode negar" (Comentários ao CPC, pág. 307, forense).

Ora, extrato de conta-corrente não se caracteriza como minucioso documento de prestação de contas, pois serve como demonstrativo das operações bancárias desenvolvidas pelo demandado, sem informar ao correntista de que modo resultou cada uma das atividades do banco que lhe dizem respeito.

Os débitos lançados a título de encargos, correção, juros, etc., ordinariamente não são suficientemente claros, pois nunca é exposto a forma de cálculo, as taxas mensais de juros praticadas pelo banco ou os fatores de correção monetária. Para se ter idéia, a autora desconhece os índices aplicados a título de juros mensais durante a vigência do crédito em conta corrente, posto que no contrato firmado está estipulado à taxa de juros variável.

Em todos os extratos fornecidos pelo banco, os lançamentos realizados são registrados através de códigos internos do BANCO, impossibilitando os correntistas de realizarem a conferência, no sentido de saber se o débito efetuado foi autorizado pessoalmente, qual a sua origem e natureza. Não se discriminam as parcelas e suas respectivas fórmulas de cálculo acerca da composição do débito.

Não bastasse isso, é praxe bancária aplicar taxas flutuantes de juros de modo capitalizado mensalmente, violando o disposto no art. 4º do Decreto 22.626, segundo interpretação dada pelo STF, consubstanciada na súmula 121. Sobre todas essas abusividades, a instituição financeira aplica encargos absurdos, a exemplo de comissão de permanência, cumulada com multa moratória e correção monetária, que a teor do entendimento sufragado pelo STJ, súmula 30, é vedado por configurar *bis in idem*.

Assim, é necessário saber do débito eventualmente existente, e.g., qual a taxa de juros correta, se é permitida a exigência variável segundo a vontade da instituição financeira, quais os encargos financeiros que legalmente podem ser cobrados, se os débitos lançados em conta foram autorizados pelo demandante, qual o significado dos códigos internos de registros em conta corrente.

Os extratos geram dúvidas, indagações, perquirições sobre o *quantum debeatur*. O banco utiliza-se de critérios obscuros e estranhos ao ordenamento jurídico para

3

apurar o valor do débito, o que exige exames e verificações, posto que a forma praticada não está suficientemente clara, gerando um clima de imprecisão já mencionada.

Depreende-se disso que o comportamento adotado pelo réu para esclarecer o valor cobrado não é suficiente, pois não contém de forma específica e discriminada, prova da origem e sobre a evolução do débito. Limita-se, quando muito, a expedir extratos padronizados, que pecam pela imprecisão já mencionada.

Assim, com base nas razões acima expostas, tem a autora o direito subjetivo de exigir contas do demandado, que deverá prestá-la sob pena de sofrer as cominações legais.

MAIS RECENTEMENTE, O STJ ASSIM TEVE A OPORTUNIDADE DE DECIDIR:

Acórdão RESP 164154/RJ ; RECURSO ESPECIAL (1998/0010078-4) - Fonte DJ DATA:25/09/2000 - PG:00103 - Relator(a) Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR (1110) - Data da Decisão 15/08/2000 - Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA - Ementa - PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. INTERESSE. LANÇAMENTOS EM CONTA-CORRENTE. DÚVIDAS. FORNECIMENTO DE EXTRATOS. PRESCINDIBILIDADE.

I. Independentemente do fornecimento de extratos de movimentação financeira dos recursos vinculados a contrato de crédito em conta-corrente, remanesce o interesse processual do correntista para a ação de prestação de contas, em havendo dúvida sobre os critérios aplicados pelo banco. Precedentes.

II. Recurso especial não conhecido. - Decisão: Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, à unanimidade, não conhecer do recurso, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Participaram do julgamento os Srs. Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira, Barros Monteiro, Cesar Asfor Rocha e Ruy Rosado de Aguiar. Custas, como de lei.

Indexação: EXISTÊNCIA, INTERESSE PROCESSUAL, CORRENTISTA, AJUIZAMENTO, AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, REFERENCIA, OPERAÇÃO DE CREDITO, DEBITO, CONTA CORRENTE, IRRELEVÂNCIA, BANCO, REGULARIDADE, FORNECIMENTO, EXTRATO BANCÁRIO, DECORRÊNCIA, PERMANÊNCIA, DUVIDA, REFERENCIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTRATO

Referências Legislativas: LEG:FED LEI:005869 ANO:1973 ***** CPC-73 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ART:00914 - Veja: RESP 198071-SP, RESP 114489-SC, RESP 184283-SP (STJ) - Sucessivos: RESP 132064 PR 1997/0033673-5 DECISÃO:17/08/2000 DJ DATA:09/10/2000 PG:00150. (GRIFOS NOSSOS)

Ainda, vale lembrar aqui os termos da Súmula 259 do E. STJ:

A AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PODE SER PROPOSTA PELO TITULAR DE CONTA-CORRENTE BANCÁRIA.

DA ENTREGA DOS EXTRATOS E CONTRATOS BANCÁRIOS JUNTO AOS AUTOS

Por tais motivos, tratando-se de documentos comuns às partes, aliado ao fato da obrigatoriedade de sua guarda pelo(a) Requerido(a), e o não fornecimento das cópias dos contratos de abertura da conta corrente e todas suas posteriores alterações, impossibilita o(a) Autor(a) de conferir os valores reais elencados em sua conta corrente, podendo causar ao mesmo, prejuízos irreparáveis.

A jurisprudência é nesse sentido :

80035844 JCPC.801.III JCPC.292 – APELAÇÃO CÍVEL – MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS – PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE NÃO CONHECIDA – PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL POR VIOLAÇÃO AO ARTIGO 801, III, DO CPC; DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO E DE



NÃO IDENTIFICAÇÃO E INDIVIDUALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS A SER EXIBIDO – REJEITADAS – MÉRITO PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA MEDIDA CAUTELAR – RECURSO IMPROVIDO – SENTENÇA REFORMADA

– (1) Se foi negada, pelo Apelado, a apresentação de documentos essenciais para a instrução do processo principal, há interesse-necessidade do Apelante para a propositura da medida cautelar. Sendo as razões as mesmas do mérito, não se conhece da preliminar. 2) Se não é possível a indicação precisa de qual fundamento será utilizado na eventual propositura de Ação Principal, não incide o artigo 801, III, do CPC. Preliminar rejeitada. 3) Pelos princípios da economia processual e da instrumentalidade das formas e por não desobedecer ao artigo 292, do CPC, é perfeitamente aceitável a cumulação de pedidos de apresentação de documentos e de produção antecipada de provas na inicial da medida cautelar. Preliminar rejeitada. 4) Se o Apelante individualizou os fatos representativos e os fatos representados, que constituem os documentos não há dificuldade para o Apelado identificá-los. Preliminar rejeitada. 5) Encontra-se demonstrado o "periculum in mora" na necessidade de segurança do resultado útil do processo principal e o "fumus boni iuris" através do reconhecimento da utilidade do documento a ser exibido como prova para o processo principal. 6) Recurso improvido, vez que presentes os requisitos para a concessão da medida cautelar, reformando-se a sentença de piso para julgar procedente a pretensão do Apelante, com a inversão dos ônus de sucumbência. (TJES – AC 024920003829 – Rel. Des. José Eduardo Grandi Ribeiro – J. 06.08.2001)

27071355 – JCPC.844 – EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS – CONTRATOS BANCÁRIOS – INTERESSE DE AGIR – PERICULUM IN MORA – I – Correntista e mutuário de instituição bancária têm interesse de agir para postular exibição de contratos que com ela avençou, sempre que presente a negativa na mesma exibição. Hipótese em que a demandada contestou, inclusive no mérito, a postulação sem apresentar voluntariamente os documentos, evidência superlativa do descumprimento do inc. II do artigo 844 do CPC. II – "Periculum in mora" que decorre do escorreito conhecimento do pacto existente entre as partes, até para coibir abusos na exigência do cumprimento do contratado. III – Recurso desprovido. (TJRS – AC 559.321.569 – 17ª C. Cível – Rel. Des. Fernando Braf Henning Júnior – J. 08.02.2000)

Ademais denota-se que o banco procura colocar barreiras no direito do cliente, pedindo-lhe prazos desnecessários ao cumprimento do requerido, bem como, impondo condições financeiras que hoje o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** já veta, conforme segue :

ACÓRDÃO : RESP. 330261/SC; RECURSO ESPECIAL (2001/0080819-0).

FONTE : DJ – DATA: 08/04/2002. - RELATOR(A) : MIN. NANCY ANDRIGHI (1118) - DATA DA DECISÃO : 06/12/2001. - ÓRGÃO JULGADOR : T3 – TERCEIRA TURMA

EMENTA :RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CUSTO DE LOCALIZAÇÃO E REPRODUÇÃO DOS DOCUMENTOS. ÔNUS DO PAGAMENTO.

- O dever de informação e, por conseguinte, o de exibir a documentação que a contenha é obrigação decorrente de lei, de integração contratual compulsória. Não pode ser objeto de recusa nem de condicionantes, face ao princípio da boa-fé objetiva.

- Se pode o cliente a qualquer tempo requerer da instituição financeira prestação de contas, pode postular a exibição dos extratos de suas contas correntes, bem como as contas gráficas dos empréstimos efetuados, sem Ter que adiantar para tanto os custos dessa operação.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas constantes dos autos, por unanimidade, não conhecer do recurso especial. Os Srs. Ministros Antônio de Pádua Ribeiro, Ari Pargendler e Carlos Alberto Menezes Direito votaram com a Sra. Ministra Relatora. Ausente justificadamente, o Sr. Ministro Castro Filho.

INDEXAÇÃO : IMPOSSIBILIDADE, BANCO, REQUERIDO, EXIGÊNCIA, CLIENTE, PAGAMENTO, CUSTO, LOCALIZAÇÃO, REPRODUÇÃO, DOCUMENTO, OBJETO, DECISÃO JUDICIAL, MEDIDA CAUTELAR PREPARATÓRIA, EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO, OBJETIVO, FUNDAMENTAÇÃO, AÇÃO PRINCIPAL, PRESTAÇÃO DE CONTAS, REVISÃO, CONTRATO, MOTIVO, DEVER, BANCO, INFORMAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO, OBRIGAÇÃO, PREVISÃO, LEI. (GRIFO NOSSO).

Assim, desde já é de se requerer ver deferido por MM. Juízo, nos moldes nos termos do artigo 355, do Código de Processo Civil, que se digne determinar a intimação do(a) Requerido(a) **BANCO UNIBANCO S/A**, para que **EXIBA EM JUÍZO**, CÓPIA DO CONTRATO ORIGINAL

Matriz - Rua Juscelino Kubitschek n.º 79 - Cascavel - PR - CEP : 85.805-040 - Fone : 0**45-3226-8700

Escritório I - M. C. Rondon - Fone: 0**45-3254-1363 - Escritório II - Maringá - Fone: 0**44-3225-7229

Escritório III - Campo Mourão - PR - Fone: 0**44-3523-6854 - Escritório IV - Foz do Iguaçu - PR - Fone: 0**45-3523-1858

Escritório VI - Curitiba - PR - Fone: 0**41-3024-7024 - CENTRAL DE ATENDIMENTO - 0**45-3326-1747

Home-page : www.gvadvogados.com.br

DA ABERTURA DE CRÉDITO DA CONTA CORRENTE N.º **120925-8** e suas posteriores alterações, AGÊNCIA N.º **0168** – bem como, extratos desde Agosto de 1997 da referida conta até os dias de hoje, apresentando ainda, aditivos, contrato de empréstimos e suas quitações, financiamento, em suma, todos os documentos que foram pactuados e estiverem relacionados com a conta corrente antedita até o presente momento – ou responder porque não o faz, reservando-se o direito de apresentar provas que forem necessárias, conforme lhe faculta o artigo 357 do mesmo Diploma Legal.

REQUERIMENTO

Seja deferida a ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, nos termos da Lei nº 1.060/50, ante a impossibilidade da autora arcar com as despesas processuais sem que haja prejuízo no seu sustento.

ISTO POSTO, requer se digne Vossa Excelência a receber a presente ação, para determinar a **CITAÇÃO** da instituição financeira ré **na forma do art. 222 do CPC**, com aviso de recepção, a fim de que, querendo, no prazo de 05 dias, apresente contas relativas ao período de Agosto de 1997 até os dias de hoje, referente à Conta Corrente n.º 120925-8, da agência 0168, sob pena de revelia.

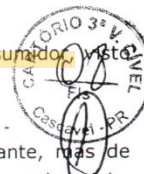
Na apresentação das contas **deverá o réu informar:**

1. Qual a taxa de juros foi aplicada, posto que no contrato não existia expressamente a taxa;
2. Qual a forma de computar tais juros. Caso forem capitalizados mês a mês, qual o ordenamento legal que autoriza tal forma de cobrança ;
3. Qual a cláusula contratual, firmada, permitindo a cobrança de comissão de permanência cumulada com correção monetária e/ou multa contratual, e também qual a norma legal que a autoriza ;
4. Se houver débitos diversos dos da emissão de cheques, sejam justificados e/ou apresentadas as autorizações ;
5. Se houver em algum momento autorização para compra de seguro, seja apresentada a respectiva apólice ;
6. Além de informar o porque foi cobrado os seguintes códigos e qual a previsão contratual, **DEBITO JUROS, ENC MORA TOTAL, TAR. CHQ. DEVLV, TAR. EXCESSO LIM, TAR. FORMULA PJ, TRANS.P.TERCEIR, TAR. MULTIEXTRAT, DEB AUTORIZADO, AVISO DE DEBITO, TAXA AB CREDIT, JUROS/COMISSÕES, TARIFA FL. CHEQUE, PARCELA TROC, TAR. ENTRADA AD, TAR CHQ. AVULSO, 1º PARC. PREVER, CARGA CEL. AG30H, DEB AUTO PREVER, FOR.UNI.CLAS-RE, TAR EXCE.LIMI, TAR FORM 1 EXC, ,** dentre outras.

Caso apenas conteste o dever de prestar contas, seja julgada procedente o presente ação em sua primeira fase, declarando o direito da autora às contas, condenando a ré a prestá-las na forma do § 2º do art. 915 do CPC, impondo-lhe custas e honorários.

Quanto à segunda fase, caso haja saldo favorável ao demandante, **requer seja o réu condenado ao pagamento desse**, monetariamente corrigido, com juros e demais

cominações de estilo, com base no art. 42, Parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, visto que a cobrança foi indevida.



Outrossim, caso haja saldo desfavorável ao demandante, mas de conteúdo diverso exigido pelo réu, requer seja o mesmo condenado a pagar os encargos sucumbenciais, por ser quem deu causa a instauração do processo.

Requer provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, especialmente pelos documentos acostados à presente e supervenientes, e, em especial, PROVA PERICIAL, a serem produzidas no momento processual oportuno (2ª fase).

Requer mais, seja instado o requerido a trazer aos autos, com a resposta, cópias dos contratos de abertura de crédito em conta corrente firmado entre as partes no período da existência da conta corrente e suas respectivas renovações, do período que medeia entre a data da abertura da conta corrente em Agosto de 1997, até os dias de hoje.

ESTAS INFORMAÇÕES, POR FORÇA DE LEI, SÓ PODEM SER VIOLADAS POR ORDEM JUDICIAL, SOB PENA DE OFENSA AO DIREITO CONSTITUCIONAL DO SIGILO BANCÁRIO.

Trata-se de propriedade intelectual de imensurável valor econômico, quando fora das mãos de seu titular. Por esta razão, fica o protesto através deste prólogo, no sentido de cientificar àqueles que utilizarem esta para fins econômicos e/ou proveito próprio ou para terceiros, de que terão de indenizar a utilização indevida da propriedade intelectual, responsabilidade esta que ficará estendida ao terceiro que dela beneficiou-se (CF artigo 5º XXVIII, Lei n.º 9.610/98 e artigo 184 do CP).

REQUER TAMBÉM, que as intimações e demais publicações de estilo junto ao diário da justiça, sejam sempre feitas em nome de todos os procuradores constantes do respectivo instrumento de procuração e substabelecimento.

Em preliminar a autora vem requerer lhe seja concedido o benefício da gratuidade judicial, posto que apesar da Lei nº 1.060/50 não contemplar expressamente a pessoa jurídica, é certo que não a excluiu do alcance do benefício nela previsto.

Neste sentido, a jurisprudência tem admitido a gratuidade da justiça às pessoas jurídicas que manifestem a impossibilidade de suportar com as despesas processuais, o que se justifica, mormente diante do postulado do amplo acesso à justiça.

Veja como decidiu a 4ª Câmara Cível de nosso Tribunal de Justiça, no acórdão nº 15.824, relatado pelo eminente Juiz Convocado Airvaldo Stela Alves, com a seguinte parte da ementa:

(...) O benefício da assistência judiciária deve ser aplicado com flexibilidade, sob pena de negar acesso à Justiça, e, assim, concedido a todo necessitado, pessoa física ou jurídica, que não tenha situação econômica que lhe permita pagar as custas do processo e os honorários, sem prejuízo do sustento próprio ou da família (...).

Deste modo, vem requerer seja concedido os benefícios da Lei. 1050/60, posto que neste momento a empresa autora não tem condições de arcar com as custas processuais, sem prejudicar o pagamento de funcionários e principalmente os tributários, ou, o autor vem requerer, a uma, que seja determinado o pagamento das custas processuais ao final pela parte vencida, a duas, não sendo este o entendimento requer seja concedido desde já os benefícios da **GRATUIDADE JUDICIAL**, em razão de que não possui condições de arcar com as despesas processuais

sem que haja prejuízo de seu sustento, sem prejudicar o pagamento de funcionários e principalmente os tributários, invocando assim o benefício da Assistência Judiciária Gratuita, em atenção ao contido na Lei nº 1.060/50 e art. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal.

O autor vem requerer a uma que seja determinado o pagamento das custas processuais ao final pela parte vencida, a duas, não sendo este o entendimento requer seja concedido desde já os benefícios da GRATUIDADE JUDICIAL, em razão de que não possui condições de arcar com as despesas processuais sem que haja prejuízo de seu sustento, invocando assim o benefício da Assistência Judiciária Gratuita, em atenção ao contido na Lei nº 1.060/50 e art. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal

Dá-se a causa o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), para fins fiscais.

Neste Termos,
Pede deferimento
Cascavel, 22 de março de 2006.

Jair Antonio Wiebelling – OAB/PR 24.151

Márcia L. Gund – OAB/PR 29.734

Julio César Dalmolin – OAB/PR 25.162

Lúcio Mauro Noffke – OAB/PR 35.569

ANEXO 5

PARANÁ. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 554691-2 da 13ª Câmara Cível.
Relatora Desembargadora Rosana Andriguetto de Carvalho.

SG
25483
272
Il. 28

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA____CÍVEL DA
COMARCA DE CURITIBA – PARANÁ.

Justiça Gratuita

ADEMIR DE OLIVEIRA ROMANINE, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 679.010 PR, inscrito no CPF sob nº 107.472.499-20 residente e domiciliado na rua Professor Ulisses Vieira, 1080, Vila Isabel, CEP 83.320-090, Curitiba – Paraná, por seu advogado abaixo assinado, com escritório profissional na rua Paraguassú 700, conjunto 102, Juvevê, local onde recebe intimações e notificações, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência nos termos dos artigos 914 e ss. do CPC; art. 5º, XXXV da Constituição Federal; e demais dispositivos cabíveis à espécie, a fim de propor

AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

em face de **ITAUCARD FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na praça Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 100, CEIC, Torre Conceição, 5º andar, São Paulo – SP e **BANCO ITAÚ S.A**, instituição financeira de direito privado com sede em São Paulo – SP, na Rua Boa Vista, 176, inscrito no CGC/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, pelas razões de fato e direito abaixo relacionadas:

03
X

DOS FATOS

O requerente possui uma relação de crédito e débito junto à instituição financeira ora requerida, **relação esta comprovada documentalmente através do extrato em anexo.**

Ocorre que analisando as faturas, verificam-se movimentações sobre os quais o autor, ora requerente, detém dúvidas, **assim, imperiosa a tutela jurisdicional.**

O extrato em anexo, além de comprovar a relação de débito e crédito envolvendo as partes, apresenta lançamentos unilaterais de créditos e débitos na conta do requerente.

Ocorre que não há certeza sobre de tais lançamentos.

Desta feita, torna-se patente a necessidade de informação e prestação de contas através da presente ação.

DOS DIREITOS

Ratificando a necessidade exposta pelos fatos acima, é de extrema importância, para o saneamento de todas as dúvidas ocorridas na presente, a devida prestação de contas pela empresa fornecedora, a qual, na eventualidade de não ser apresentada pelo mesmo, o será pelo Requerente, **de conformidade com a legislação, doutrinas e jurisprudências sobre o tema.**

O direito estabelecido no CPC, art. 914, II da Prestação de Contas, ensina que **"devem ser prestadas, nos casos em que não houver concordância com os lançamentos ou dúvida acerca dos mesmos"**, como neste caso.

Explicando o art. 914, II do CPC, o tratadista ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, explica que :

"A prestação de contas tem precisamente a finalidade de aclarar qual o estado, em determinado momento, das relações contrapostas de débito e crédito entre os interessados, de qual modo que só depois de prestadas se saberá quem há de pagar e quem tem a receber. Pode suceder que o administrador de bens ou interesses alheios, ou quem esteja em posição assemelhável a essa, seja o credor ou titular dos bens ou interesses, por haver despendido mais do que recebeu; nem por isso se exime da obrigação de prestar contas com a de dar ou pagar, nem o direito a exigir contas com direito de receber pagamento."

(in Comentários ao CPC, vol. VIII, pág. 387)

Em caso similar, o Relator ABRAHÃO MIGUEL, na Apelação Cível nº 233/81, decidiu:

PRESTAÇÃO DE CONTAS – PAGAMENTOS – RECEBIMENTOS – NOME ALHEIO – OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS – OBRIGAÇÃO NÃO NEGADA – JULGAMENTO ANTECIPADO – CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, Arts. 330, II e 915, parágrafo 2º.
Há de prestar contas aquele que efetua e recebe pagamentos por conta de outrem, movimentando recursos próprios ou

05
2

daquele em cujo interesse se realizam tais pagamentos e/ou recebimentos.

Recurso improvido.

Nosso ilustre Desembargador também utilizou-se das citações proferidas pelo Prof. ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, que explica ainda:

"A sentença de procedência a que alude o art. 915, § 2º, não se limita a declarar o direito do autor às contas: condena o réu a prestá-las, sob a cominação prevista no mesmo dispositivo."

Tendo em vista o enquadramento idêntico aos casos acima, facilmente vislumbrável é a obrigatoriedade da Prestação das Devidas Contas de alguém que detenha a possibilidade de debitar ou creditar valores em movimentação de outrem, seja prestando serviços, ou comercializando produtos.

Difícil imaginar alguém controlando dinheiro ou crédito de outrem sem que houvesse o suporte legal para que o cliente exigisse a devida prestação de contas, ou o reembolso (a qualquer tempo) de atos comprovadamente indevidos (Art. 52 do CDC – Lei 8.078 de 11.09.90).

No caso em tela, foi estabelecido uma relação creditícia, onde foram realizados lançamentos.

A instituição financeira requerida tem a obrigação legal de prestar contas em relação a estes valores, em relação aos lançamentos unilaterais existentes, ou seja, na relação de crédito e débito existente entre as partes.

Em jurisprudência relativa à administração de conta corrente bancária, plenamente aplicável à espécie é a que se refere ao cartão de crédito, onde também foi acolhida a obrigatoriedade da prestação:

"PRESTAÇÃO DE CONTAS – CARTÃO DE CRÉDITO – AÇÃO PROPOSTA POR USUÁRIO.

Intentada por usuário de cartão de crédito para pedir contas à empresa emitente, com fundamento no contrato entre ambos – O objeto de tal pedido não se confunde com o dos embargos de devedor oferecidos pelo autor na execução contra ele requerida pela emitente do cartão, visando ao reconhecimento da impropriedade da via executiva."

(Apelação Cível nº 27.556 – Apelante: Nuno Vieira Leal – Apelado Cartão Nacional S/A – Rel.: Juiz Raul Quental – j. em 19/04/1979 – 1º TARJ)

Fundamentados os fatores que motivaram a prestação das devidas contas, ORLANDO GOMES ensina quanto à situação que se fará necessária, enquanto estiver sendo resolvida a lide:

"Não se pode falar em mora ou inadimplemento, vez que se tornou inexigível a obrigação, decorrente de agravação imoderada da prestação que se leva em conta para incluir a situação no conceito jurídico de impossibilidade."

(Obrigações Forenses, 8ª Ed., pág. 175)

Ratificando a opinião doutrinária de ORLANDO GOMES, MOACYR AMARAL SANTOS preceitua:

"O processo da ação de prestação de contas é processo de conhecimento. Mas, porque tende a obter com mais rapidez e menor dispêndio de energias o título executivo, afasta-se ele das normas rigorosas que regem o processo comum de conhecimento. Por essa razão pode-se classificá-lo processo de conhecimento com predominante função executiva, no sentido de que – conforme observou CALAMANDREI – esse processo especial de conhecimento se caracteriza por acelerar a formação do título executivo, "sem o qual credor não pode iniciar a verdadeira e própria execução".

(cf. Ações Cominatórias do Direito Brasileiro, Max Limonad, 1969, 1º t., nº 64 – in RT 609/120)

Considerando o advento da Lei 8.078/90 ter se dado com a natureza de "ordem pública", pode ser aplicada a qualquer época. Esta é a opinião e entendimento do Ilustre JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO (in Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto, 5ª ed., Forense, p. 24), respaldado pelo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA através do voto proferido no Recurso Especial nº 2.595 – SP pelo Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, independente de anterior previsão contratual e atos jurídicos praticados anteriormente, requer-se a inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII), consubstanciada na tese da Ilustre CLÁUDIA LIMA MARQUES, in Contratos no Código de Defesa do Consumidor, Revista dos Tribunais, 1999, p. 197-198.

Esta Ilustre autora inicia seus ensinamentos quanto a situação idêntica a que enfrentamos, como de fato entendemos oportuno, pela definição de contratos bancários para somente após, demonstrar sua aplicação:

"(...) Podemos denominar, genericamente, contratos bancários aqueles concluídos com um banco ou uma instituição financeira. Entre eles destacam-se o depósito bancário, depósito em conta corrente, conta

poupança, ou a prazo fixo, o contrato de custódia e guarda de valores, o contrato de abertura de crédito, de empréstimo e o de financiamento.

(...)

É contrato de adesão por excelência, é uma das relações consumidor-fornecedor que mais se utiliza do método de contratação por adesão e com "condições gerais" impostas e desconhecidas.

(...)

A operação envolvendo crédito é intrínseca e acessória ao consumo,¹ utilizada geralmente como uma técnica complementar e necessária ao consumo, seja pela população com menos possibilidades econômicas e sociais, que utilizam seguidamente as vendas à prestação, seja pelo resto da população para adquirir bens de maior valor, como automóveis ou casas próprias, ou simplesmente para alcançar maior conforto e segurança nas suas compras, utilizando o sistema de cartões de crédito.

(...)

Esta inclusão no parágrafo referente a "serviços" pode chocar, uma vez que o contrato de mútuo é um dar e neste sentido o dinheiro seria um "produto", cujo pagamento seriam os "juros". Considerando, porém, o sistema do CDC, que não utiliza as definições de bem consumível do CC, nem a definição econômica deste "insumo", mas inclui todos os bens materiais e imateriais como produtos lato sensu e especialmente, um sistema que não especifica os tipos contratuais utilizados, mas sim a atividade em si e geral dos fornecedores, a lógica está em que o "produto" financeiro é o "crédito", a captação, a administração, a intermediação e a aplicação de recursos financeiros do mercado

¹ A interdependência do consumo como conhecemos e o crédito são tão grandes, que o Code de la Consommation francês destaca um livro para tratar do "endividamento", regulando no primeiro Título o crédito (direto e indireto ao consumidor) em todas as suas formas acessórias ao consumo, art. 311-1 e ss.

*para o consumidor e que a caracterização de fornecedor vem da operação e financeira geral oferecida no mercado e não só dos contratos concluídos. Note-se ainda que contratos bancários típicos são os de intermediação e atípicos, envolvendo outros fazeres acessórios que não implicam intermediação do crédito. Da mesma forma, observando as amplas definições de instituições financeiras da Lei 4.594/63 e da Lei 7.492/86, conclui-se que também é esta a técnica funcional utilizada pelo legislador do direito comercial para caracterizar a atividade financeira e bancária em geral como um serviço de consumo e comércio colocado à disposição do mercado. A caracterização do banco ou instituição financeira como fornecedor, sob a incidência do CDC, é hoje pacífica.*²

Resta saber se o consumidor é o co-contratante no contrato em exame. Já observamos que a característica maior do consumidor é ser o destinatário final do serviço, é utilizar o serviço para si próprio. Nesse sentido, é fácil caracterizar o consumidor como destinatário final de todos

² Veja as decisões do TJRS, até mesmo em ações civis públicas propostas pelo MP/RS contra alguns bancos: Ap. Civ. 597.030.717, j. 25.6.97, Des. ARNALDO RIZZARDO; Ap. Civ. 595.095.886, j. 20.8.97, Rel. Nelson Antonio Monteiro Pacheco, Ap. Civ. 595.100.934, j. 20.8.97, Rel. Nelson Antonio Monteiro Pacheco Ap. Civ. 591.167.551, j. 20.8.97, Rel. Nelson Antonio Monteiro Pacheco, em cujas ementas lê-se: "A possibilidade jurídica do pedido é clara, porquanto as relações decorrentes da concessão de crédito se amoldam à tutela do CDC". TARS, Ap. Civ. 196.197.867, j. 12.3.98, Des. José Aquino Flores de Camargo, em cuja ementa lê-se: "Ação civil pública. Ministério Público. Titularidade para propor ação em defesa dos interesses difusos e coletivos. Art. 81 do CDC em combinação com o art. 129, IX, da CF. Ação que visa não só a proteção da comunidade de clientes do Banespa, como a população em geral, dado o seu caráter declaratório, abstrato e geral. Incidência das disposições do CDC às relações bancárias. Declaração de nulidade de cláusulas abusivas contidas em contratos-padrão. Apelo provido para ampliar a declaração.

NO
X

os contratos de empréstimo, onde há uma obrigação de dar, de fornecer o dinheiro, que é bem juridicamente consumível. Nestes casos, a pessoa é destinatária final fática, mas pode não ser a destinatária final econômica. Por exemplo, um advogado que contrata o empréstimo de certa quantia para reformar o seu escritório ou o agricultor, para comprar a semente para plantar.

Nestes dois casos, o advogado e o agricultor são destinatários fáticos, mas o produto é insumo para alguma outra atividade profissional. Logo não poderiam recorrer, em princípio, à tutela do CDC. Observamos, porém, que o sistema do CDC é um sistema aberto, que trabalha com a técnica de equiparação de pessoas à situação de consumidor quando se constatar o desequilíbrio contratual e a vulnerabilidade (técnica, jurídica ou fática) da pessoa que contrata com o fornecedor. Parte da doutrina³ e jurisprudência⁴ defende a aplicação do CDC a estes contratos interempresariais.

Neste sentido, podemos concluir que os contratos entre o banco e os profissionais, nos quais os serviços prestados pelos bancos estejam, em última análise, canalizados para a atividade profissional destas pessoas físicas (profissionais liberais, comerciantes individuais) ou jurídicas (sociedades civis e comerciais), devem ser regidos pelo direito comum, direito comercial e leis específicas sobre o tema. Só excepcionalmente, por decisão do Judiciário, tendo em vista a vulnerabilidade do contratante e sua situação equiparável ao do consumidor stricto sensu, serão aplicadas as normas especiais do CDC a estes contratos entre profissionais. (Parece-nos que a vulnerabilidade

³ MARINS, na Revista Direito do Consumidor, v. 6, p. 94.

⁴ Veja como exemplo caso envolvendo indústria de bebidas e uma operação de leasing com banco, em que houve aplicação do CDC e inversão do ônus da prova do indébito (TARS in Ap. Civ. 196.246.151, j. 12.6.97, Rel. Rui Portanova).

11
P

pode ser mesmo caracterizada pela imposição de um contrato pré-elaborado, mas a decisão final caberá à jurisprudência fixar, a qual pelo menos no Rio Grande do Sul tem decidido pela necessidade da ação reequilibradora nestes contratos bancários e financeiros, veja jurisprudência citada no item 1.1, b."

Na qualidade de orientada pelo Ilustre ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN, um dos autores do Anteprojeto do CDC, muito bem aborda CLÁUDIA LIMA MARQUES (ob. cit. pág. 153) quanto a equiparação a consumidor, como em nosso caso em análise:

*"Nestes primeiros anos de aplicação do CDC, duas foram as linhas utilizadas pela jurisprudência para atingir a ampliação do campo de aplicação do CDC: a primeira foi a de considerar o CDC como novo paradigma geral de boa-fé nas relações contratuais e utilizar os seus princípios, em especial, a sua cláusula geral do art. 51, IV (cláusula geral de boa-fé, mesmo a contratos mercantis ou a contratos de polêmica inclusão no sistema do CDC, como para muitos, são alguns contratos bancários ⁵ ou contratos de locação; a segunda linha ampliadora do impacto do CDC no mercado veio através da interpretação dada ao art. 29 do CDC. A jurisprudência valorizou a técnica do próprio CDC de instituir "consumidores-equiparados" ao lado dos consumidores **stricto sensu** e passou a exercer um controle de cláusulas abusivas em contratos de adesão que estariam inicialmente fora do campo de aplicação do CDC, como o contrato entre dois profissionais; assim como a*

⁵ Como a própria autora informa nas notas de rodapé (ob. cit. p. 155), casos de *leasing*, ante a sua natureza híbrida que possui como um dos elementos a locação, vem sendo consideravelmente discutido. Porém, para os casos **muito** menos polêmicos como o contrato de abertura de conta-corrente, cartão de crédito e abertura de crédito, não são nada polêmicos. As instituições, nestes casos tentam polemizar estas questões, porém, sem êxito.

no
d.

*valorar práticas comerciais abusivas entre dois fornecedores ou dois grupos de empresários, práticas que possuiriam reflexos apenas mediatos no que se refere à proteção dos consumidores **stricto sensu**.*

Como bem assevera a Ilustre CLÁUDIA LIMA MARQUES (ob. cit. p. 154), as pessoas, grupos e mesmo profissionais podem intervir nas relações de consumo de outra forma a ocupar uma posição de vulnerabilidade. Vulnerabilidade esta, prevista no **art. 4º, inc. I do CDC**.

A vulnerabilidade pode ser técnica, jurídica ou fática. Na constatação da vulnerabilidade fática, o ponto de concentração é o possível parceiro contratual, a posição monopolista (monopólio de fato ou de direito), a especialidade ou a redução da oferta, o seu grande poder econômico, em suma, a sua superioridade fática frente ao parceiro contratual.⁶

Ressalta-se, ainda, quanto a aplicação do § único do art. 2º do CDC, como sendo das mais genéricas quanto a extensão, a mais geral segundo o qual "equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo". Assim, como ensina CLÁUDIA MARQUES (ob. cit. p. 153 e ss.), *a criança filha do adquirente a qual ingere produto defeituoso e vem a adoecer por fato do produto é consumidor-equiparado e beneficia-se de todas as normas protetivas do CDC aplicáveis ao caso. A importância do parágrafo único do art. 2º é seu caráter de norma genérica, interpretadora, aplicável a todos os capítulos e seções do Código.*

Ainda, a proteção do terceiro, **bystander**, **complementada pela disposição do art. 17 do CDC**, que **aplicando-se** somente a seção de responsabilidade pelo fato do produto e serviço (arts. 12 a 16) dispõe: *"Para efeitos*

⁶ Concorde DONATO, p. 1.8, considerando que o exame da vulnerabilidade é a solução para o impasse entre as posições finalistas e maximalistas sobre a aplicação do CDC, pp. 07 e 108, citado na ob. citada, p. 155 de CLÁUDIA MARQUES.

desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento". Logo, basta ser "vítima" de um produto ou serviço para ser privilegiado com a posição de consumidor legalmente protegido pelas normas sobre responsabilidade objetiva pelo fato do produto presentes no CDC (...)", para que possa se utilizar do benefício da Lei 8.078/90.

Na hipótese de cláusulas abusivas terem sido inseridas em um contrato unilateralmente redigido por um fornecedor de serviços, por exemplo, uma Instituição Financeira e ser este contrato oferecido a adesão de um profissional liberal ou de um pequeno comerciante poderão estes usar o patamar de boa-fé e respeito das expectativas legítimas introduzidas pelo CDC e consequentemente considerados consumidores e beneficiados pela respectiva legislação.

"Trata-se atualmente, portanto, da mais importante norma extensiva do campo de aplicação da nova lei ao dispor: "Art. 29. Para os fins deste Capítulo e do seguinte, equiparam-se aos consumidores todas as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas nele previstas." (ob. cit. p. 157)

"O art. 29 supera, portanto, os estritos limites da definição jurídica de consumidor para imprimir uma definição de política-legislativa! Parece-nos que, para harmonizar os interesses presentes no mercado de consumo, para reprimir eficazmente os abusos do poder econômico, para proteger os interesses econômicos dos consumidores-finais, o legislador concedeu um poderoso instrumento nas mãos daquelas pessoas (mesmo agentes econômicos) expostas às práticas abusivas. Estas, mesmo não sendo "consumidores stricto sensu", poderão utilizar das normas especiais do CDC, de seus princípios, de sua ética e responsabilidade social no mercado, de sua nova ordem pública, para combater as práticas comerciais abusivas!" (ob. cit. p. 157)

A relação de débito e crédito ofertado pelas instituições financeira é um serviço prestado aos consumidores, e formatado e entabulado através de um contrato de adesão, **eis que suas cláusulas são aprovadas pela autoridade competente** ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.

Não resta nenhuma dúvida da hipossuficiência do autor em relação à ré que sempre pautou sua conduta unilateralmente, valendo-se da prática abusiva dos contratos de adesão, bem como, agora, de lançamentos unilaterais.

Diante da administração de crédito, diante da falta de informações, diante do caráter adesivo dos contratos, diante da evidente relação de consumo estabelecida entre as partes, diante da hipossuficiência e da vulnerabilidade do requerente o qual foi surpreendido com um débito em sua conta, **torna-se imperiosa a prestação jurisdicional a fim de tutelar os direitos de consumidor do requerente.**

Neste prisma, vale ressaltar inúmeros julgados sobre o tema, que apresentaremos a seguir, fazendo questão de ressaltar um caso (*leading case*), assim denominado pela Ilma. CLÁUDIA MARQUES, sobre o tema:

TRIBUNAL DE ALÇADA/RS, 2ª Câmara Cív. Ap. Cív. 192.188.076, Rel. PAULO HEERDT, j. 24.9.92, com a seguinte ementa:

"Contrato de crédito rotativo. Juros e correção monetária. Código de Defesa do Consumidor. Conceito de consumidor para fins dos capítulos V e VI da Lei 8.078/90. Exegese do art. 29 do CDC. Contrato de adesão. Cláusula abusiva. Controle judicial dos contratos. Ainda que não incidam todas as normas do CDC nas relações entre Banco e empresa, em contrato de crédito rotativo, aplicam-se os Capítulos V e VI, por força do art. 29 do CDC, que amplia o conceito de consumidor possibilitando ao Judiciário o

13
X

controle das cláusulas abusivas, impostas em contratos de adesão. Cláusula que permite variação unilateral de taxa de juros é abusiva porque, nos termos do art. 51, X e XIII, possibilita variação de preço e modificação unilateral dos termos contratados. Possibilidade de controle judicial, visando estabelecer o equilíbrio contratual, reduzindo o vigor do princípio "pacta sunt servanda" ... Ação declaratória julgada procedente para anular lançamentos feitos abusivamente. Sentença reformada." (grifo nosso)⁷

No mesmo sentido, os demais julgados :

TRIBUNAL DE ALÇADA DO RIO GRANDE DO SUL - RS

Recurso: AGI

Número: 196116677

Data: 12/09/96

Órgão: Quarta Câmara Cível

Relator: Henrique Osvaldo Poeta Roenick

Origem: Uruguaiana

Ementa:

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CABIMENTO, QUANDO A RELAÇÃO ENTRE AS PARTES É DE CRÉDITO CONTINUATIVO. É admissível o pedido de prestação de contas por parte dos réus relativamente a última das operações creditícias isoladas, firmada entre as partes, que, na verdade, integra relação de crédito continuativo vislumbrada em sentido lato. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA A CARGO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E EM FAVOR DO CONSUMIDOR, NOS

⁷ Acórdão publicado na íntegra in: Revista de Direito do Consumidor, 6/274-277.

NP
X

TERMOS DO ART. , INC. V, DO CDC. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

Oper-Alt:2332 TIPO CÍVEL

Inclusão: 2332

Data Inclusão: 09/10/96 ⁸

TRIBUNAL DE ALÇADA DO RIO GRANDE DO SUL - RS

Recurso: AGI

Número: 196180731

Data: 31/10/96

Órgão: Segunda Câmara Cível

Relator: Carlos Alberto Bencke

Origem: Erexim

Ementa:

CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. Não se vislumbrando impossibilidade jurídica do pedido, nem coisa julgada a ensejar a extinção do feito de imediato, no mérito, cabível a inversão do ônus da prova, considerando-se a hipossuficiência de uma das partes. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Agravo desprovido.

Assunto:

Revisão do contrato. LF-8078 de 1990.

Oper-Alt:2332 TIPO CÍVEL

Inclusão: 2332

Data Inclusão: 28/11/96 ⁹

TRIBUNAL DE ALÇADA DO RIO GRANDE DO SUL - RS

Recurso: APC

⁸ Fonte: Informa 4 for Windows, 13ª edição, distribuído e desenvolvido pela Prolink.

⁹ Fonte: Informa 4 for Windows, 13ª edição, distribuído e desenvolvido pela Prolink.

12
2

Número: 196203103

Data: 03/12/96

Órgão: Oitava Câmara Cível

Relator: Francisco José Moesch

Origem: Butia

Ementa:

CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO. Cabimento do pedido porquanto a) desarrazoada a cobrança pretendida pelo Banco, ausente prova de negócio jurídico a embasá-la; e b) se ao Banco e permitido emitir duplicata ata de prestação de serviços', cabe a ele cumprir com as formalidades exigíveis. CDC, art. 6, inc. VIII: cabimento da inversão do ônus da prova, dada a verossimilhança da tese, e obvia a hipossuficiência do apelado. Apelo improvido.

Data Alteração: 14/05/97

Oper-Alt: 750 TIPO CÍVEL

Inclusão: 1879

Data Inclusão: 17/12/96 ¹⁰

Porém, quem arremata o assunto é E. STJ, in Agr. Reg. nº 49.124-2 - RS, 4ª T., Rel. Min. RUY ROSADO DE AGUIAR, v. u., j. 4.10.1994, RSTJ 66/26):

"Prova. Código de Defesa do Consumidor. Inversão do ônus da prova. Contrato Bancário." "Pode o Juiz determinar que o réu apresente a cópia do contrato que o autor pretende revisar em juízo. Aplicação do disposto no art. 3º, § 2º do Código de Defesa do Consumidor. Arts. 396 e 283 do CPC."

¹⁰ Fonte: Informa 4 for Windows, 13ª edição, distribuído e desenvolvido pela Prolink.

NB
✓

Tudo, portanto, converge para o deferimento de inversão do ônus da prova em favor do autor, bem como, para a determinação da devida prestação de contas.

DOS PEDIDOS

Tendo em vista os fatos e fundamentos acima expostos, **requer-se:**

- a) preliminarmente, o deferimento do benefício de assistência judiciária gratuita nos termos do artigo 2º e 5º da Lei 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, considerando que a autora não tem condições financeiras de suportar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, afirmando aqui, tal condição (art. 4º, § 1º, Lei 1.060/50);
- b) A **citação da Requerida**, através de carta com AR (aviso de recebimento), na pessoa de seus representantes legais para, em cinco dias, prestar as contas na forma mercantil, relativas a toda a movimentação e negócios firmados entre a Autora e a Requerida; quer seja: comprove todos os lançamentos já realizados, bem como, apresente os contratos relativos, comprovação de todos os lançamentos efetuados a favor e contrariamente a Autora (acerca de todos os **contratos** e demais documentos autorizadores dos lançamentos e operações efetivamente concretizadas). Ou, querendo, conteste a presente, sob pena de revelia e, no caso de recusa, não lhe ser lícito impugnar as contas apuradas pela Requerente;
- c) Quanto a primeira fase desta ação, **requer-se** seja julgada totalmente procedente, para os fins de determinar que a instituição financeira ora requerida preste as devidas contas, com os ônus da prova invertida em benefício do Autor, com base nos argumentos acima apresentados, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o Autor apresentar;

19
X

d) Quanto a segunda fase, **requer-se** seja julgada totalmente procedente esta ação, para os fins de considerar válidas as contas prestadas pelo Autor;

e) A produção de todos os meios de provas em direito admitidas, **conforme o art. 332 e ss. do CPC**, com a respectiva inversão das mesmas, **com base no art. 6º, Incisos do CDC**, assim como, tendo por base os demais argumentos acima apresentados; e

f) A condenação do Requerido ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e demais incidentes decorrentes do curso normal do processo.

Dá-se a causa, para efeitos fiscais, o valor de R\$ 1.748,96 (um mil, setecentos e quarenta e oito reais).

Termos em que,
Pede Deferimento.
Curitiba, 06 de março de 2.003.



FABIANO NEVES
OAB/PR 29.043

ANEXO 6

PARANÁ. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 618086-7 da 13ª Câmara Cível.
Relatora Desembargadora Rosana Andriguetto de Carvalho.

PAULO ROBERTO GOMES
& ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE URAÍ-PARANÁ.

JUSTIÇA GRATUITA

AILTON COSTA FARIA, brasileiro, casado, motorista, portador da CI RG n.º 176.8862 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 486.231.801-00, residente e domiciliado na rua José Sinhá, 576, por intermédio de seu advogado adiante assinado, com escritório profissional na rua Senador Xavier da Silva n.º 488, cjo 506-B, na Cidade de Curitiba/PR, onde costuma receber intimações, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento na Carta Magna, nos artigos 274 e seguintes do Código de Processo Civil, na lei n.º 8.078/90, além dos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA

Em face de **BANCO DO BRASIL S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.000.000/0001-91 com sede na Rua Rio de Janeiro, 600, Uraí/PR, na pessoa de seus procuradores legais, que recebem citações, pelas razões de fato e de direito que passa a expor, para, ao final, requerer o quanto segue.

DOS FATOS

O Autor era titular de conta poupança na Instituição Financeira qualificada no preâmbulo desta, conforme se infere a seguir.

Rua Senador Xavier da Silva, 488, conjunto 506-B - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-980 - fone: 41 3077-0945
SRTVS, quadra 701, bloco K, conjunto 619 - Brasília - DF - CEP 70340-908 - fone: 61 3202-2437
advocaciapaulogomes@yahoo.com.br

03
P

PAULO ROBERTO GOMES
& ADVOGADOS ASSOCIADOS

Correntista	Agência	Conta n.º
Ailton Costa Faria	0219-4	110006731-8

Ao aderir à conta poupança, estabeleceu-se entre as partes verdadeiro contrato de adesão, através do qual a instituição financeira se obrigava a guardar, administrar e devolver os valores depositados em suas agências, devidamente corrigidos e/ou atualizados monetariamente com base nos índices preestabelecidos quando da abertura ou renovação da adesão.

Entretanto, nas datas em que se completaram os períodos aquisitivos dos rendimentos das contas de poupança no mês de janeiro/1989, a instituição financeira creditou correção monetária e juros contratuais com percentuais muito aquém da realidade.

DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

Plano Verão

No momento em que buscava debelar o monstro da inflação, eis que surge um plano "milagroso", com o advento da MP nº 32, de 15/01/1989, convertida na lei nº 7.730 de 31/01/1990, o congelamento de preços e salários que ficou conhecido como "PLANO VERÃO".

Estabelecia o referido diploma legal um novo indexador para a poupança, a Letra Financeira do Tesouro Nacional – LTF, índice esse que compunha o percentual de atualização dos saldos em fevereiro de 1989, simplesmente espelhava a desvalorização da moeda somente em janeiro de 1989, quando muito. Os rendimentos que já haviam sido creditados nas contas que aniversariavam em janeiro, entretanto, foram apurados com base na legislação precedente, que considerou a variação OTN/IPC em período anterior a janeiro (segunda quinzena de novembro e primeira quinzena de dezembro).

Sendo assim, a remuneração de fevereiro (22,9705%), no termos em que foi imposta pela Lei 7.730/89 – variação da LFT em janeiro mais juros de 0,5% -, não

04
P

PAULO ROBERTO GOMES
& ADVOGADOS ASSOCIADOS

considerou a inflação real havida no período compreendido entre a segunda quinzena de dezembro e a primeira quinzena de janeiro, que seria medida pela variação do IPC, como estavam previstos nas normas anteriores.

Houve uma substituição pura e simples de um período de inflação por outro, trocando-se os indexadores, em prejuízo dos poupadores, que deveriam ter o saldo corrigido pelo IPC.

Dando guarida a pretensão do autor, o Pretório Excelso já se pronunciou pacificamente sobre o assunto, como evidenciam os julgados a seguir colacionados:

CADERNETA DE POUPANÇA – MP 32, DE 15.01.1989
CONVERTIDA NA L. 7.730, DE 31.01.1989 – ATO JURIDICO
PERFEITO (ART. 5º, XXXVI, DA CF).

Em situação análoga, assentou a 1ª Turma do STF no julgamento do RE 200.514, de que foi relator o Ministro Moreira Alves: “Esta Corte já firmou o entendimento (assim entre outros precedentes, na AIN 493-0 de que o princípio constitucional segundo o qual a lei nova não prejudicará o ato jurídico perfeito (art. 5º, XXXVI, da Carta Magna) se aplica, também, às leis infraconstitucionais de ordem pública”. O contrato de depósito de caderneta de poupança é contrato de adesão que, como acentua o acórdão recorrido, “...tem como prazo, para os rendimentos de aplicação o período de 30 dias. Feito o depósito, se aperfeiçoa o contrato de investimento que irá produzir efeitos jurídicos no término de 30 dias. E esses efeitos jurídicos não podem ser modificados por regras editadas no curso de período de 30 dias sob pena de violar-se o ato jurídico perfeito, o que é inconstitucional”. Portanto, nos casos de caderneta de poupança cuja contratação ou sua renovação tenha ocorrido antes da entrada em vigor da MP 32, de 15.01.1989, convertida na L. 7.730 de 31.01.1989, a elas não se aplicam, em virtude do disposto no art. 5º, XXXVI, da CF, as normas dessa legislação infraconstitucional, ainda que os rendimentos venham a ser creditados em data posterior (STF – RE 205.738-0 – RS – 1ª T – Rel. Min. Sydney Sanches – DJU 07.02.1997). (grifo nosso)

05
f

PAULO ROBERTO GOMES
& ADVOGADOS ASSOCIADOS

CADERNETA DE POUPANÇA – PERÍODO EM CURSO – JUROS E CORREÇÃO – INTANGIBILIDADE – MEDIDA PROVISÓRIA Nº 32/89 E LEI Nº 7.730/89

Longe fica de implicar violência ao preceito do inciso XXXVI do rol das garantias constitucionais decisão mediante a qual se afastou a incidência da medida provisória nº 32/89, convertida na Lei nº 7.730/89, relativamente a período de trinta dias para correção de saldo da caderneta de poupança. Provimento judicial em tal sentido resulta em homenagem à intangibilidade do ato jurídico perfeito e acabado. (STF – RE 203762 – RS – 2ª T – Rel. Min. Marco Aurélio – DJU 18.04.1997).

No que tange ao índice de correção monetária, deveria ter sido aplicado às cadernetas de poupança existentes na primeira quinzena de janeiro de 1989 o percentual de 42,72% pela instituição financeira, inclusive face a ausência de prescrição:

ECONÔMICO. PROCESSUAL CIVIL. BANCO DEPOSITÁRIO. LEGITIMIDADE. CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. CRITÉRIO. IPC DE JANEIRO DE 1989 (42,72%) PRESCRIÇÃO. INEXISTENTE.

I – Pertence ao banco depositário, exclusivamente, a legitimidade passiva ad causam para as ações que objetivam a atualização das cadernetas de poupança pelo índice inflacionário expurgado pelo Plano Verão (MP n. 32 e Lei n. 7.730/89).

II – O Superior Tribunal de Justiça já firmou, em definitivo, o entendimento de que no cálculo da correção monetária para efeito de atualização de caderneta de poupança iniciadas e renovadas até 15 de janeiro de 1989, aplica-se o IPC relativo àquele mês em 42,72% (Precedente: Resp. n. 43.055-0/SP, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU de 20.02.95).

III – Recurso especial conhecido e desprovido. (STJ – Resp. 238101 – AL – Rel. Min. Aldair Passarinho Júnior – DJU 24.04.2000 – p. 00059).

ECONÔMICO. PROCESSUAL CIVIL. BANCO DEPOSITÁRIO. LEGITIMIDADE. CADERNETA DE POUPANÇA. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE AO BANCO CENTRAL DO BRASIL E À UNIÃO. DESCABIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA. CRITÉRIO. IPC DE JANEIRO DE 1989 (42,72%), PRESCRIÇÃO DOS JUROS. INEXISTENTE.

I – Impertinência da pretensão de compensação dos valores devidos em face de supostas atualizações efetuadas a maior pelo réu em períodos subsequentes, seja por se cuidar de questão estranha à lide, seja porquanto, para ser alegada como matéria de

PAULO ROBERTO GOMES
& ADVOGADOS ASSOCIADOS

defesa, imprescindiria da demonstração da liquidez e certeza devida. (CC, art. 1010) (...)
(STJ – Resp 194490 – SP – Rel. Min. Aldir Passarinho Junior – DJU 17.12.1999 – p. 00376).

É imprescindível ressaltar, ainda, que, no caso das cadernetas de poupança, tanto quanto a correção monetária, os juros a elas aplicados também objetivam manter a integridade do capital, mormente em um país que conviveu com índices de inflação elevadíssimos até a metade da última década. Sendo capitalizáveis à taxa de 0,5% ao mês, passam a integrar o capital no momento em que se tomam devidos, perdendo por completo a característica acessória que a lei lhes confere em determinadas situações.

À época do plano "Verão", referidos juros estavam previstos no artigo 1º do Decreto-lei nº 2.311/86, que deu nova redação ao § 3º, do artigo 12, do Decreto-lei nº 2.284/86. Sucedeu-lhe a própria Lei nº 7.730/89 (artigo 17, I), seguida da Lei nº 8.088 (artigo 2º), de 31 de outubro de 1990. O diploma atualmente em vigor é a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, cujo artigo 12 assim dispõe:

"Artigo 12. Em cada período de rendimento, os depósitos de poupança serão remunerados:

I - como remuneração básica, por taxa correspondente à acumulação das TRD, no período transcorrido entre o dia do último crédito de rendimento, inclusive, e o dia do crédito de rendimento, exclusive;
II - como adicional, por juros de meio por cento ao mês".

Posteriormente, a Lei nº 8.660, de 28 de maio de 1993, deu nova redação à Lei nº 8.177/91, extinguiu do a TRD (Taxa Referencial Diária) e criando a TR (Taxa Referencial), que é o atual indexador da poupança.

O fato é que a correção monetária - termo consagrado pelo uso - e os juros, ambos garantidos por lei, representam apenas e tão somente um mecanismo de proteção contra a inevitável desvalorização da moeda, nessa popular modalidade de depósito que mais se assemelha a um contrato de cunho social do que a um contrato particular celebrado entre as partes, tendo em vista as razões históricas que motivaram a criação das cadernetas de poupança e a destinação dos recursos assim captados.

Destarte, "a ação de cobrança de diferença de correção monetária e juros - estes como integrantes do principal - por ser uma ação pessoal, prescreve em vinte anos, nos termos do art. 177, caput, do CC" (RT 744/418 - grifamos), lembrando que são

07
f

PAULO ROBERTO GOMES
& ADVOGADOS ASSOCIADOS

aplicáveis ao caso em tela os prazos prescricionais do Código Civil de 1916, tendo em vista o disposto no artigo 2.028 da Lei nº 10.406/02 - Novo Código Civil.

O mesmo entendimento é cancelado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça em acórdãos recentes:

CIVIL.PRESCRIÇÃO. JUROS DE CADERNETA DE POUPANÇA. OS juros creditados em caderneta de poupança são capitalizáveis, não se lhes aplicando, por isso, a regra do art 178, § 10, inciso 111, do Código Civil; transformando-se em capital, seguem, quanto à prescrição, o regime jurídico deste. Recurso especial conhecido e provido. (STJ- Resp. 221691/PR - DJ 11/06/2001 - Min. Relator Ari. Pargendler- 3º turma -v.u.).

ECONÔMICO. PROCESSUAL CIVIL. BANCO DEPOSITÁRIO. CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO. MONETÁRIA. CRITÉRIO. IPC DE JANEIRO DE 1989 (42,72%). PRESCRIÇÃO DOS JUROS. INEXISTENTE.

I - O Superior Tribunal de Justiça já firmou, em definitivo, o entendimento de que no cálculo da correção monetária para efeito de atualização de caderneta de poupança iniciadas e renovadas até -15 de janeiro de 1989, aplica-se o IPC relativo àquele mês em 42,72% (precedente: Resp. 43.055-0/SP, Relator Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJU de 20.02.95).

II - Descabida a prescrição quinquenal dos juros com base no art 178, parágrafo 10, do Código Civil - Recurso Especial parcialmente conhecido e parcialmente provido (STJ- Resp. 266150/SP - DJ 19/02/2001 - Min. Relator Aldir Passarinho Junior - 4ª Turma - v.u)

Depreende-se, portanto, que a matéria sub judice está pacificada em nossos Tribunais, sendo certo que a instituição financeira Ré deve indenizar o Autor pelas perdas e danos que sofreu em virtude dos créditos a menor efetuados em sua caderneta de poupança no mês de fevereiro de 1989.

DOS PEDIDOS

Em face dos argumentos expendidos, requer a Autor que Vossa Excelência se digne:

a) seja concedido ao Autor o benefício da Justiça Gratuita, nos termos da Lei nº. 1060/50, eis que o mesmo é pessoa pobre e não possui condições financeiras de arcar com despesas processuais e honorário advocatícios sem prejuízo do seu próprio sustento;

PAULO ROBERTO GOMES
& ADVOGADOS ASSOCIADOS

08
P

b) determinar a citação do Réu, na pessoa de seu representante legal, no endereço indicado na inicial, por carta com AR, para que apresente defesa no prazo da lei, sob pena de revelia;

c) entende, o Autor, data vênua, ser pertinente o julgamento antecipado da lide nos moldes do artigo 330, I, do Código de Processo Civil, o que desde já requer, uma vez que a matéria em discussão é unicamente de direito. Todavia, caso seja outro o entendimento desse r. Juízo, protesta-se pela produção de todos os meios de prova em Direito admitidos, especialmente juntada de documentos e perícia, além de outros que se fizerem necessárias;

d) com ou sem defesa, requer a integral procedência da presente demanda, com a condenação do Requerido ao pagamento das diferenças apuradas entre os valores das remunerações creditadas em fevereiro de 1989 na conta mencionada na inicial, nos percentuais 22,9708%, e o resultado da aplicação dos percentuais corretos (42,72%), acrescidos dos juros capitalizados de 0,5 % ao mês, que deveriam ter incidido sobre o respectivo saldo assim corrigidos, determinando que os valores apurados sejam atualizados monetariamente pelos mesmos índices de remuneração aplicados às cadernetas de poupança até a data do efetivo pagamento;

e) condenar o Réu ao pagamento de juros moratórios, contados da data do inadimplemento, assim como das custas, despesas processuais e honorários advocatícios a base de 20% (vinte por cento) do valor da condenação;

f) aplicar o Código de Defesa do Consumidor, deferindo-se a inversão do ônus da prova;

g) determine com fundamento no artigo 355 do CPC, a intimação do Requerido para apresentar em Juízo os extratos da conta-poupança do Requerente, relativo aos meses de dezembro de 1988, janeiro e fevereiro de 1989, sob pena de cominação de multa diária se excedido o prazo concedido para tal;

h) a observância do rito ordinário na presente, nos moldes do que dispõe o artigo 292, § 2º do CPC, uma vez que se trata de ação de cobrança cumulada com exibição de documentos.

PAULO ROBERTO GOMES
& ADVOGADOS ASSOCIADOS

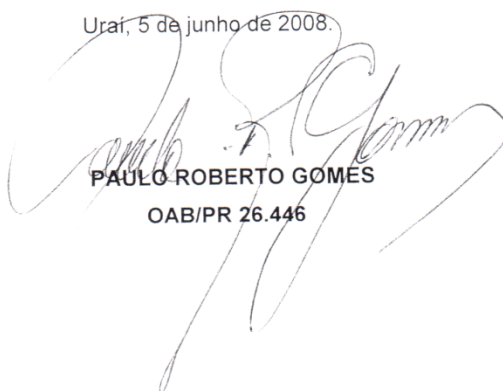
0º

f

Dá-se à causa, para fins de alçada, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Pede deferimento.

Uraí, 5 de junho de 2008.



PAULO ROBERTO GOMES
OAB/PR 26.446

ANEXO 7

PARANÁ. Tribunal de Justiça. Apelação Cível nº 611312-4 da 13ª Câmara Cível.
Relatora Desembargadora Rosana Andriguetto de Carvalho.



FLÁVIO PIERRO DE PAULA
OAB/PR 41600

02

15/6/09
fls. 136

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA
CÍVEL DA COMARCA DE IBIPORÃ ESTADO DO PARANÁ.**

PRIORIDADE LEI 10741/2003

JUSTIÇA GRATUITA

VARA CÍVEL 1, ESP. CÍVEL DE IBIPORÃ, PR, 30/07/2008 14:50 000013024

ESPÓLIO MARINO SCOLARI, representado por seus herdeiros, **APARECIDA MARIA SCOLARI RAMPAZZO**, brasileira, viúva, aposentada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 1.061.633, inscrita no CPF nº 916.345.049-68, residente e domiciliada na Rua Paulo Magri, 85 – Jardim boa Vista, CEP: 86200-000, Ibiporã-Pr., **FIORAVANTE PEDRO SCOLARI**, brasileiro, casado, comerciante, portador da Carteira de Identidade RG nº 0.228.013-2, inscrito no CPF nº 115.551.739-34, residente e domiciliado na Rua Paulo Magri, 85 – Jardim boa Vista, CEP: 86200-000, Ibiporã-Pr., vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, por seu procurador judicial que ao final assina (mandato anexo), com fulcro no Código de Processo Civil e demais dispositivos atinentes à espécie, propor

**AÇÃO DE COBRANÇA RITO SUMÁRIO COM PEDIDO DE
PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO**

14/04/09

em face de **BANCO BRADESCO S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 60.746.948/0097 - 64, com agência na Av. Paraná, 211, Centro, CEP: 86200.000, Ibiporã-Pr., pelos motivos expostos a seguir:



FLÁVIO PIERRO DE PAULA
OAB/PR 41600

03
A

1) LEGITIMIDADE PASSIVA

A instituição financeira requerida possui legitimidade passiva para a presente ação, que versa sobre a cobrança de diferenças não creditadas a título de atualização monetária, nas aplicações em contas de cadernetas de poupança.

Neste sentido há decisão de fevereiro de 2008:

DECISÃO: ACORDAM os integrantes da Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade, em dar provimento parcial ao recurso de apelação, nos termos do voto do relator. EMENTA: Caderneta de poupança - Julgamento antecipado - Produção de outras provas - Desnecessidade. **Legitimidade passiva** do banco depositário. Prescrição vintenária. Correção monetária - Junho de 1987 e Janeiro de 1989 - IPC (26,06% e 42,72%) - **Plano Bresser** - Resolução 1.338/87 do Bacen - **Plano Verão** - Medida Provisória n.º 32/89, convertida na Lei n.º 7.730/89. Honorários advocatícios fixados em valor elevado - Redução. I - Sendo suficientes para a formação do motivado convencimento do juiz as provas já existentes nos autos, não é precipitado o julgamento antecipado do mérito. II - Nas ações que buscam atualização monetária das cadernetas de poupança pelo IPC de junho de 1987 e janeiro de 1989, é somente do banco depositário a **legitimidade passiva** para a causa. III - É vintenária (CC/1916, art. 177) a prescrição para a ação em que se postula diferença de remuneração (correção monetária) de caderneta de poupança, sem incidência, no caso, a disposição do art. 178, § 10, inc. III, do Código Civil de 1916. IV - É inteiramente pacífico o entendimento de que no cálculo da correção monetária para efeito de atualização de cadernetas de poupança iniciadas e renovadas até 15 de junho de 1987 e 15 janeiro de 1989, aplica-se o IPC relativo àqueles meses em 26,06% e 42,72%, respectivamente. V - Revelando-se, do exame da situação, excessiva a fixação do percentual dos honorários advocatícios, sua redução para os limites da razoabilidade se impõe¹.

1. Caderneta de poupança. 2. Expurgos inflacionários. 3. Planos Bresser (junho de 1987) e Verão (janeiro de 1989). 4. Legitimidade passiva do Banco Réu. 5. Correta a sentença que condenou o Réu a pagar as diferenças relativas à correção monetária. 6. Jurisprudência consolidada, inclusive no STJ. 7. Recurso manifestamente improcedente, ao qual se nega seguimento, na forma do Art. 557 do C.P.C.²

Assim, há legitimidade passiva para esta ação.

¹ APELAÇÃO CÍVEL 2008. 0473567-1, DES. RABELLO FILHO, Julgamento: 19/03/2008 13ª Camara Cível TJPR.

² APELAÇÃO CÍVEL 2008.001.04095, DES. MARIO DOS SANTOS PAULO - Julgamento: 13/02/2008 - QUARTA CÂMARA CÍVEL-TJ RJ



FLÁVIO PIERRO DE PAULA
OAB/PR 41600

Handwritten signature/initials.

2) DOS FATOS

A Requerente mantinha junto à instituição financeira requerida, depósitos em caderneta de poupança por ocasião do Plano Verão, conforme extrato anexado.

Conta Poupança	Data Base	Ag.	Saldo em Janeiro de 1989	Valores Devidos e Atualizados
4.796.841	09	0141-4	NCZ\$ 1.500,00	R\$ 5.428,46
5.462.310	01	0141-4	NCZ\$ 720,72	R\$ 2.744,29
Total				R\$ 8.172,75

O Requerente foi lesado pela instituição financeira requerida no que se refere aos rendimentos que deveriam ter sido creditados nas referidas cadernetas de poupança. A ilegalidade praticada pelo Requerido substanciou-se na inaplicabilidade dos IPC's – Índices de Preços ao Consumidor.

Em 15 de janeiro de 1989, a Medida Provisória nº 32 (Lei 7.730/1989), determinou a extinção da OTN, cujo índice era utilizado para aplicação monetária e que apontava inflação de 70,28% para o mês de janeiro de 1989, e em fevereiro de 1989 o cálculo passou a ser realizada pela variação da LTF - Letra Financeira do Tesouro.

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça já perfilhou o entendimento que, deve ser considerado como adequado quanto à quantificação do processo inflacionário naquele mês, o índice de 42,72%, e não o índice menor aplicado pela instituição financeira de 22,35%, a título de correção monetária, referente à oscilação da LTF - Letra Financeira do Tesouro, acrescida de 0,5% de juros contratuais, conforme entendimento jurisprudencial:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. PLANO VERÃO E COLLOR. CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. ILEGITIMIDADE DO BACEN PARA FIGURAR O PÓLO PASSIVO DA AÇÃO. MP N. 168/90, CONVERTIDA NA LEI 8.024/90. SÚMULAS NS. 282 E 356 DO STF.

1. Não se conhece de recurso especial quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada. Incidência das Súmulas n. 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.
2. O banco depositário possui legitimidade passiva *ad causum* para figurar nas ações que objetivam a atualização das cadernetas de poupança pelo índice inflacionário de 42,72% (IPC) referente ao mês de janeiro de 1989, expurgado pelo Plano Verão.
3. O Banco Central do Brasil tem legitimidade para responder pela correção monetária dos depósitos retidos por ocasião do Plano Collor, na forma determinada pela MP n. 168, de 15.3.90, convertida na



FLÁVIO PIERRO DE PAULA
OAB/PR 41600

05
J

Lei n. 8.024, de 12.4.90, somente a partir do dia em que passou a ter disponibilidade sobre os valores bloqueados.

4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não-provido.³

O Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, conforme jurisprudência de fevereiro de 2008 vem decidindo:

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA - CADERNETA DE POUPANÇA - PLANO VERÃO. DIFERENÇA DA CORREÇÃO MONETÁRIA APLICÁVEL AOS DEPÓSITOS DE JANEIRO DE 1989. INCIDÊNCIA DO ÍNDICE LEGAL DE 42,72%. ABATIMENTO DO VALOR CREDITADO À ÉPOCA (22,35%). PERCENTUAL DEVIDO PARA O CORRENTISTA NO REFERIDO PERÍODO DE 20,37%. - JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA NO PERCENTUAL DE 1% AO MÊS (ART. 406 DO CC/2002 C/C ART. 161, § 1º DO CTN), EIS QUE A CITAÇÃO DO BANCO OCORREU NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 2.002. HOMENAGEM AO PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM - RECURSO DESPROVIDO. (TJPR, 16ª Câmara Cível, AC 400044-0, Desª. Maria Mercis Gomes Aniceto, Acórdão 6186, DJ 7401, em 06.07.2007) Tem-se, deste modo, que o pedido afronta posição adotada por este Tribunal. 3. Prescrição. Aduz o apelante que os juros remuneratórios estão prescritos e devem ser excluídos da condenação. Porém, razão não lhe assiste, pois os juros remuneratórios incorporam-se ao capital, representando crédito próprio e não acessório. Vê-se, dessa forma que, sendo obrigação de natureza pessoal, incide o disposto no artigo 177 do CCB/1916, isto é, a prescrição se dá em vinte (20) anos juntamente com a obrigação principal. Esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não se aplicando o contido no artigo 178, § 10, inciso III, do Código Civil/1916. Isto porque os juros remuneratórios, em se tratando de poupança, não são considerados como prestação acessória, mas capitalização das quantias depositadas, impondo considerá-los como parte integrante do principal. Para um melhor entendimento, destaque-se o voto da lavra do Min. Carlos Alberto Menezes Direito (RESP 532.421-PR): "Efetivamente a decisão agravada deve ser mantida, sendo certo que os precedentes colacionados afastam, expressamente, a prescrição quinquenal, restando anotado em precedente (RESP Nº.254.891/SP) que: nas ações em que são impugnados os critérios de remuneração da caderneta de poupança e são postuladas as respectivas diferenças, a prescrição é vintenária, já que se discute o próprio crédito e não os seus acessórios. Com efeito, os juros, aqui, não constituem simples acessórios, mas, sim, juntamente com a correção monetária, compõem o principal, daí não incidir a regra do art. 178, §10, III, do Código Civil." Nesse sentido, também entende a jurisprudência deste Tribunal: "APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. CADERNETA DE POUPANÇA. SUCUMBÊNCIA. REDUÇÃO DO PERCENTUAL PLEITEADO. JUROS REMUNERATÓRIOS. PRESCRIÇÃO. NÃO CARACTERIZADA A redução na sentença do percentual do índice de correção monetária pleiteado na inicial, caracteriza o sucumbimento mínimo, devendo ser aplicado o parágrafo único do artigo 21 do Código de Processo Civil. Os juros remuneratórios, na caderneta de poupança, representam crédito próprio, e não acessório, não incidindo o prazo prescricional previsto no artigo 178, § 10, inciso III, do Código Civil, pois trata-se de ação pessoal, onde o prazo prescricional é vintenário. Apelação parcialmente provida e recurso adesivo desprovido". (Apelação Cível 110595-9, 1ª Câmara Cível, Rel Des. Antônio Prado Filho, acórdão n.º 22571, publicado em 03/02/2003, DJ 6301). Desse modo, não incide a aludida prescrição quinquenal dos juros remuneratórios. 4. Da aplicação do IPC. Pede o apelante "seja excluída da condenação o reajuste monetário das diferenças que foram objeto do pedido, pelo IPC nos meses de março /90, abril de 1990, maio/90 e fevereiro/91, substituindo-o pelos fatores legais de correção das cadernetas de poupança". Não merece prosperar a pretensão do apelante de substituição do IPC por outros índices, pois o Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento no sentido da legalidade da aplicação do IPC como índice de correção monetária, por ser índice oficial aceito como aquele que melhor reflete a inflação do período, em substituição da BTN devido à manipulação de seus índices naquela época. Anote-se: "PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA - CORREÇÃO MONETÁRIA - APLICAÇÃO DO IPC - PRECLUSÃO E COISA JULGADA - NÃO-OCORRÊNCIA -

³ REsp 423675 / SP, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, J. 11.04.2006, DJ 02.08.2006 – p. 234



FLÁVIO PIERRO DE PAULA
OAB/PR 41600

06
A

PRECEDENTES - 1. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento pacífico no sentido da legalidade da aplicação do IPC como índice de correção monetária na conta de liquidação de sentença. 2. É iterativa a orientação jurisprudencial do STJ de que os percentuais do IPC a serem aplicados nos meses de janeiro/89, março/90, abril/90, maio/90 e fevereiro/91 são, respectivamente, nos percentuais de 42,72%, 84,32%, 44,80%, 7,87% e 21,87%. 3. Consolidou-se a jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça no sentido de que não implica ofensa aos institutos da coisa julgada e da preclusão a inclusão dos expurgos inflacionários no cálculo da correção monetária, em conta de liquidação de sentença, ainda que essa questão não tenha sido debatida no processo de conhecimento. 4. Recurso Especial provido". (STJ - RESP 200000265314 - (252172 PR) - 2ª T. - Rel. Min. João Otávio de Noronha - DJU 07.11.2005 - p. 00169). "TRIBUTÁRIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - COMPENSAÇÃO - PIS - COFINS - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - ÍNDICES APLICÁVEIS - 1. Os índices a serem utilizados para correção monetária, em casos de compensação ou restituição, são o IPC, no período de março/90 a janeiro/91, o INPC, de fevereiro/91 a dezembro/91, a UFIR, de janeiro/92 a 31.12.95, e, a partir de 1º 01.96, a taxa selic. 2. Os percentuais relativos ao IPC no período em que se aplica tal índice são: 84,32% (março/90), 44,80% (abril/90), 7,87% (maio/90), 12,92% (julho/90), 12,03% (agosto/90), 14,20% (outubro/90) e 21,87% (fevereiro/91). Precedente da segunda turma. 3. Embargos acolhidos, sem efeitos modificativos". (STJ - EDRESP 200401579588 - (699147 SP) - 2ª T. - Rel. Min. Castro Meira - DJU 03.10.2005 - p. 00209). Deste modo, deve ser mantida a sentença que determinou a incidência da correção monetária pela variação do IPC. 5. Sucumbência. O apelante pediu a redistribuição do ônus da sucumbência, na proporção das vitórias e derrotas de cada parte, que sobreviessem à reforma do julgado. No entanto, não logrou êxito em nenhuma das alegações deduzidas em seu apelo, não havendo que se falar em redistribuição do ônus da sucumbência. 6. Diante do exposto, estando a pretensão recursal em manifesto confronto com a jurisprudência pacificada deste Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 557, caput do CPC, nego seguimento ao recurso. Curitiba, 11 de janeiro de 2008. Des. HAMILTON MUSSI CORRÊA - Relator.⁴

Nota-se que a instituição financeira requerida equivocou-se na interpretação da legislação pertinente as cadernetas de poupança e aplicou índice diferente daquele instituído por lei, ou seja, creditou apenas 22,35% referente à oscilação da LTF - Letra Financeira do Tesouro, acrescida de 0,5% de juros contratuais, quando deveria ter aplicado a variação do IPC-IBGE de 42,72%, mais 0,5% de juros contratuais.

Dessa forma, serve a presente ação obter a recomposição dos prejuízos que ocorreram nas contas poupanças referente ao expurgo inflacionário de 42,72% de janeiro de 1989 (Plano Verão).

⁴ APELAÇÃO CÍVEL **0462130-7** - TJPR- julgamento em 11/01/2008 - DÉCIMA QUINTA CAMARA CÍVEL - DES. HAMILTON MUSSI CORREA.



FLÁVIO PIERRO DE PAULA
OAB/PR 41600

07
A

3) DO DIREITO

Desde o surgimento das cadernetas de poupança sempre houve a preocupação no incremento dos depósitos, em especial do médio e pequeno investidor, atraindo-os por intermédio de mecanismos de proteção contra a inflação.

Em 15 de janeiro de 1989, por intermédio da Medida Provisória nº 32, posteriormente convertida na Lei nº 7.730/1989, houve alteração no cálculo de atualização monetária dos saldos em cadernetas de poupança, passando a ser realizada em fevereiro de 1989 pela variação da LFT - Letra Financeira do Tesouro.

A instituição financeira requerida para fins de atualização monetária interpretou equivocadamente a legislação pertinente as cadernetas de poupança, pois deveria ter aplicado o índice de 42,72% que correspondia a variação do IPC-IBGE, acrescidos de 0,5% de juros contratuais capitalizados, e que de fato, não foi devidamente aplicado.

Ao interpretar de forma equivocada a legislação, aplicando índice inadequado, o Requerido incorreu em erro, devendo ressarcir as diferenças ocorridas monetariamente e acrescidas de juros desde o descumprimento da obrigação.

Há jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, em janeiro de 2008 sobre o tema:

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo Banco Itaú S.A, e conhecer e dar parcial provimento ao recurso interposto por Ilson Luiz dos Santos e Outros, apenas no que se refere aos **juros remuneratórios** de 0,5% ao mês, que deverão incidir desde o momento em que foram devidos até o seu efetivo pagamento, nos termos do voto do relator. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL 1. AÇÃO DE COBRANÇA. CORREÇÃO DE CONTA POUPANÇA. PLANOS BRESSER E VERÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INEXISTENTE. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. JANEIRO/1989. ÍNDICE DE 35,48%. IMPOSSIBILIDADE. ÍNDICE DE 42,72%. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. DIREITO ADQUIRIDO. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. 1. O pólo passivo de demanda que objetiva a cobrança de expurgos inflacionários advindos dos planos Bresser e Verão deve ser ocupado pela instituição financeira em que era mantida a conta poupança, ou pela sociedade que a sucedeu. 2. O direito aos juros de caderneta de poupança é de natureza pessoal e, conforme a regra de prescrição vigente ao tempo do fato gerador da obrigação, a ação para cobrança prescreve em vinte anos. 3. Deve incidir sobre os saldos das cadernetas de poupança o índice de correção monetária vigente na data de sua abertura ou renovação, e não o da data de seu aniversário, evitando-se, dessa forma, violação a direito adquirido que pode haver sido acarretada pelos planos Bresser e Verão. 4. Os juros moratórios no valor de 1% ao mês devem passar a incidir a partir da citação da parte ré (art. 219, caput, do Código de Processo Civil e art. 406 do Código Civil vigente). 5. Apelação conhecida e não provida. APELAÇÃO CÍVEL 2. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTA POUPANÇA. TITULARIDADE.



FLÁVIO PIERRO DE PAULA
OAB/PR 41600

NÃO DEMONSTRAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. CONDENAÇÃO DEVIDA. JUROS REMUNERATÓRIOS. DEVIDOS. ÍNDICE CONTRATADO. 1. Se um dos autores não prova ser co-titular de conta poupança, as pretensões por ele deduzidas devem ser julgadas improcedentes, com a sua condenação ao pagamento dos ônus da sucumbência. 2. Os juros remuneratórios são devidos sobre a diferença entre os índices de correção monetária de cadernetas de poupança resultante do Plano Verão e Plano Bresser. 3. Apelação cível conhecida e parcialmente provida⁵.

Assim sendo, **deve ser procedente o pedido.**

4) DA LESÃO

A ilegalidade e inconstitucionalidade de que se reveste a ação da instituição financeira são cristalinas, **posto que** ferem os princípios que asseguram o direito adquirido, o respeito ao ato jurídico perfeito e o da irretroatividade das leis. Para tanto, é preciso ter em mente que o contrato de caderneta de poupança é contrato de adesão padrão.

Pactua-se que a parte aderente aplicará certa importância, por um prazo determinado, ao fim do qual o numerário poderá ser sacado, acrescido de atualização monetária e juros de 0,5% ao mês capitalizado.

O índice de atualização monetária a ser aplicado ao contrato é o vigente no momento de celebração/renovação do mesmo, e não o vigente na data do crédito, se modificado.

A conhecida data de aniversários ou data base corresponde juridicamente a data prevista para a renovação do contrato de caderneta de poupança. Neste momento tem o poupador o direito de optar entre continuar a aplicação (consoante as normas vigentes do dia da renovação) ou efetuar o saque dos valores.

No contrato de caderneta de poupança o índice é preestabelecido, não cabendo às partes aplicar, durante o contrato, outro índice, senão o vigente na data da abertura ou renovação do contrato. O critério que é determinado pelos órgãos competentes e em vigor na data da aplicação do numerário em conta poupança, integra as cláusulas contratuais, tornando-se lei entre as partes.

Quando a instituição financeira capta recursos, usufruindo da publicidade dada à remuneração pelo índice do período e uma vez

⁵ APELAÇÃO CÍVEL 04497210, DES. LUIZ CARLOS GABARDO - Julgamento: 23/01/2008 - DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL



FLÁVIO PIERRO DE PAULA
OAB/PR 41600

03
f

aceita a promessa pelo poupador, aperfeiçoa-se o contrato de caderneta de poupança.

Assim, ao aplicar índice incorreto, a instituição financeira requerida lesou o patrimônio da Requerente devendo ressarcir tais valores.

5) DO DIREITO ADQUIRIDO E DO ATO JURÍDICO PERFEITO

A instituição financeira requerida feriu o princípio constitucional do DIREITO ADQUIRIDO, conforme o art. 5º, XXXVI da Constituição Federal.

Sobre o tema há decisão do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná em janeiro de 2008:

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores integrantes da Décima Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANO BRESSER E PLANO VERÃO. DIREITO ADQUIRIDO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA ABERTURA OU RENOVAÇÃO DA POUPANÇA. PERCENTUAIS DEVIDOS. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. 1. Deve incidir sobre os saldos das cadernetas de poupança o índice de correção monetária vigente na data de sua abertura ou renovação, e não o da data da sentença de mérito, sob pena de violação a direito adquirido, em razão dos planos Bresser e Verão. 2. É devida a diferença entre os valores creditados e aqueles efetivamente devidos, a serem apurados em liquidação de sentença, pelo índice do IPC, nos percentuais de 26,06% para o mês de junho de 1987 ("Plano Bresser") e de 42,72% para o mês de janeiro de 1989 ("Plano Verão"). 3. Proposta a ação após a vigência do Código Civil de 2002, incidem juros moratórios de 1% ao mês, a partir da citação da parte ré (art. 219 do Código de Processo Civil). 4. Apelação conhecida e não provida.⁶

Ademais, houve contratos de depósito com características próprias e regras definidas, sob a égide da legislação que vigorava, ou seja, houve um ato jurídico perfeito que deve ser resguardado.

Quando o Requerente firmou os contratos de depósito confiou nas condições impostas e sabia que receberia a título de atualização, o valor correspondente a aplicação de um índice que representasse a realidade inflacionária no País, ou seja, a variação havida no IPC - Índice de Preços ao Consumidor, acrescidos de juros mensais de 0,5%.

O direito adquirido do Requerente de ter a atualização monetária representada pela variação do IPC, mais juros legais de 6% ao ano, não

⁶ APELAÇÃO CÍVEL 0447400-8, DES. Luiz Carlos Gabardo - Julgamento: 23/01/2008 – DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL



FLÁVIO PIERRO DE PAULA
OAB/PR 41600

10
f

poderia ser atingido por leis que buscavam efeitos retroativos, proporcionando-lhe prejuízos.

6) DOS JUROS

Considerando que a presente ação busca a recomposição dos prejuízos havidos nas cadernetas de poupança referente ao expurgo inflacionário do período de janeiro de 1989 (Plano Verão), verifica-se que a instituição financeira foi constituída em mora no momento do descumprimento da obrigação, ou seja, na data de aniversário daqueles rendimentos creditados irregularmente, fluindo a partir de então, pela diferença a correção monetária e os juros remuneratórios de todo o período:

DIREITO ECONÔMICO – CADERNETA DE POUPANÇA – PRESCRIÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS – PLANOS BRESSER E VERÃO – ÍNDICE DE 21,87% (IPC DE FEVEREIRO DE 1991) – JUROS DE MORA – 1. A ação para cobrança de juros relativos à diferença de aplicação de índice de correção monetária se sujeita à prescrição vintenária e não à prescrição quinquenal. Precedentes. 2. As contas abertas entre os dias 1º e 15 de junho de 1987, inclusive, bem como as já existentes e com data de aniversário neste período, devem ter seus rendimentos calculados com base na variação do IPC de junho/87, no percentual de 26,06%. 3. A conta poupança do autor deve ter, igualmente, seus rendimentos calculados com base na variação do IPC de janeiro de 1989, no percentual de 42,72%. 3. Entendo, pois, devida a diferença entre o que foi creditado, com base na variação da TRD e o que foi apurado com a aplicação do índice de 21,87% correspondente ao IPC de fevereiro. 4. Os juros de mora devem ser de 6% ao ano, de acordo com a previsão expressa do art. 1062 do antigo Código Civil até a entrada em vigor do novo Código Civil (10.01.2003), quando os juros passam a ser de 1% ao mês (art. 406). Devem, ainda, ser pagos os juros contratados de 0,5% ao mês. (termo inicial: A contar da citação).⁷

DIREITO ECONÔMICO – CADERNETA DE POUPANÇA – PRESCRIÇÃO – PLANOS BRESSER E VERÃO – JUROS DE MORA – JUROS REMUNERATÓRIOS – HONORÁRIOS – 1. A ação para cobrança de juros relativos à diferença de aplicação de índice de correção monetária se sujeita à prescrição vintenária e não à prescrição quinquenal. Precedentes. 2. As contas abertas entre os dias 1º e 15 de junho de 1987, inclusive, bem como as já existentes e com data de aniversário neste período, devem ter seus rendimentos calculados com base na variação do IPC de junho/87, no percentual de 26,06%. 3. A conta poupança do autor deve ter, igualmente, seus rendimentos calculados com base na variação do IPC de janeiro de 1989, no percentual de 42,72%. 4. Os juros de mora devem ser de 6% ao ano, de acordo com a previsão expressa do art. 1062 do antigo Código Civil até a entrada em vigor do novo Código Civil (10.01.2003), quando os juros passam a ser de 1% ao mês (art. 406). Devem, ainda, ser pagos os juros contratados de 0,5% ao mês (termo inicial: A contar da citação). 5. Os juros remuneratórios, compreendidos como acessório que são do principal, observam o mesmo prazo

⁷ TRF 4ª R. – AC 2002.72.01.000125-9 – 3ª T. – Relª Juíza Fed. Vânia Hack de Almeida – DJU 02.08.2006 – p. 411



FLÁVIO PIERRO DE PAULA
OAB/PR 41600

11

prescricional. 6. Honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa, situação que se mostra em perfeita sintonia à norma contida no art. 20 do CPC.⁸

Assim, **requer que** a contagem dos juros remuneratórios seja a partir da data de aniversário daqueles rendimentos creditados irregularmente, fluindo a partir de então, pela diferença a correção monetária e os juros remuneratórios de todo o período, bem como a contagem dos juros de mora a partir da citação no percentual de 0,5% ao mês.

7) GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Considerando que o autor(a) não está em condições de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família, **requer** lhe sejam concedidos os benefícios legais da justiça gratuita conforme Lei nº 1060, de 5 de fevereiro de 1950.

8) DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, **requer a Vossa Excelência:**

1. A procedência do pedido para o fito de condenar a instituição financeira requerida a recompor os prejuízos havidos nas contas poupança, referente ao expurgo inflacionário de 42,72% do período de janeiro de 1989 e correção monetária pelos índices da poupança em todo o período, **nos termos do cálculo anexo.**

2. A incidência de juros remuneratórios contados das datas de aniversário de 0,5% ao mês até a entrada em vigor do **novo Código Civil** (10.01.2003), quando os juros passam a ser de 1% ao mês, **nos termos do cálculo anexo**, bem como juros de mora no percentual de 1% ao mês, devidos a partir da citação da instituição financeira requerida.

3. **Requer** o julgamento antecipado do feito nos termos do **art. 330, I do Código de Processo Civil** **eis que** se trata de matéria de direito, e em não sendo este o entendimento provará o alegado com a produção de todas as provas admitidas em direito: documental, pericial, testemunhal e depoimento pessoal do representante legal da instituição financeira.

4. A citação da instituição financeira na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia.

⁸ TRF 4ª R. – AC 2005.72.09.000482-0 – 3ª T. – Relª Juíza Fed. Vânia Hack de Almeida – DJU 20.06.2006 – p. 407



FLÁVIO PIERRO DE PAULA
OAB/PR 41600

12
f

5.A condenação do Requerido nas custas processuais e honorários advocatícios, **na forma do art. 20 do CPC.**

6.A concessão do benefício da **justiça gratuita conforme lei n° de 5 de fevereiro de 1950.**

7. **Requer** por fim a concessão dos benefícios do **art. 71, da Lei 10.741/03**, com prioridade na tramitação, uma vez que o Requerente possui mais que **60 anos de idade.**

Atribui à causa o valor de **R\$ 8.172,75** (Oito mil cento e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos), para efeitos meramente fiscais.

Requer ainda que todas as publicações sejam feitas em nome de Flávio Pierro de Paula, OAB/PR 41.600, **sob pena de nulidade**, sendo que o autor comparecerá a audiência a ser designada independente de intimação.

Termos em que,
Pede deferimento.
Londrina, 29 de dezembro de 2008.


Flávio Pierro de Paula
OAB/PR 41.600